

*lig.*

revista de psicanálise

12

Nº1 · 2018



ISSN 2238-9083

VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010

VERSÃO ONLINE



revista de psicanálise

ANO 7, Nº 1, JAN-JUN/2018 - PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

REVISTA SEMESTRAL DA SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

ANO 7, NÚMERO 1, JAN-JUN/2018

ISSN 2238-9083 VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010 VERSÃO ONLINE

SIG Revista de Psicanálise é uma publicação semestral da Sigmund Freud Associação Psicanalítica e tem como objetivo publicar artigos teóricos e teórico-clínicos, resenhas e entrevistas no campo psicanalítico.

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados pertencem a SIG Revista de Psicanálise.

A reprodução total dos artigos desta revista em outras publicações, ou para qualquer outra utilidade, por quaisquer meios, requer autorização por escrito do editor. Reproduções parciais de artigos (resumo, abstract, mais de 500 palavras do texto, tabelas, figuras e outras ilustrações) deverão ter permissão por escrito do editor e dos autores.

As normas para a publicação e instruções para submissão de artigos estão disponíveis em:

<http://sig.org.br/sig-revista-de-psicanalise/>

VERSÃO ONLINE DA REVISTA EM: <http://sig.org.br/sig-revista-de-psicanalise/>

TIRAGEM: 130 EXEMPLARES | IMPRESSÃO: DEZEMBRO DE 2018

S574 Sig: revista de psicanálise / Sigmund Freud Associação  
Psicanalítica. - Vol. 7, n. 12 (jan./jun.2018). - Porto Alegre:  
Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2012-

Semestral  
ISSN 2238-9083

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sigmund Freud Associação  
Psicanalítica.

CDU 159.964.2(05)

Bibliotecária responsável: Clarice da Luz Rodrigues, CRB 10/1333.

*Sig* revista de psicanálise

REVISTA DE PSICANÁLISE

PUBLICADA POR SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

PORTO ALEGRE, RS - BRASIL

2018

**SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA**

**GESTÃO 2017/2018**

**Presidente:** Eneida Cardoso Braga

**Diretora Científica:** Carolina Neumann de Barros Falcão

**Diretora de Ensino:** Janete Rosane Luiz Dócolas

**Diretora Administrativa:** Isabel Cristina Moraes Doval

**Diretora da Clínica Psicanalítica:** Luciana Maccari Lara

**Diretora de Comunicação:** Daniela Trois Feijó

**Secretária do Conselho Deliberativo e Fiscal:** Lizana Dallazen

**SIG REVISTA DE PSICANÁLISE**

**Editora Responsável:** Clarice Moreira da Silva

**CORPO EDITORIAL:**

Alfredo Jerusalinsky	Edson Luiz André de Souza	Marina Lucia Tambelli Bangel
Almerindo Boff	Eneida Cardoso Braga	Miriam Chnaiderman
Ana Lúcia W. dos Santos	Eurema Gallo de Moraes	Mônica Medeiros K. Macedo
Bárbara de Souza Conte	José Luiz Novaes	Nelson da Silva Júnior
Bianca Savietto	Julio Bernardes	Patrícia Alkolombre
Carolina N. de Barros Falcão	Karin Wondracek	Paulo Endo
Cláudia Perrone	Lizana Dallazen	Rafael Marucco
Cristina L. Saint Martin	Luciana Maccari Lara	Roberta Araujo Monteiro
Christian Ingo Lenz Dunker	Luís Claudio Figueiredo	Sidnei Goldberg
Daniel Kupermann	Magda Mello	Simone Perelson
Débora Farinati	Maria Cristina Poli	Sissi Vigil Castiel
Denise Costa Hausen	Marília Etienne Arreguy	Vera Blondina Zimmermann

**COMISSÃO EXECUTIVA:**

Cláudia Maria Perrone  
Cristina Gudolle Herbstrith  
Felipe Canterji Gerchman  
Lísia da Luz Refosco

**PROJETO GRÁFICO:**

Débora Dutra  
\*Capa: arte sobre fragmento da obra de Henri Matisse (reprodução), Litografia para a Verve, 1937.

**DIAGRAMAÇÃO:**

Marconbrasil Comunicação Direta

\*Os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

# SUMÁRIO

## SUMMARY

<b>EDITORIAL/CONTENTS</b> .....	7
<b>ARTIGOS/ARTICLES</b>	
DIFERENÇA: UMA MARCA DA PSICANÁLISE .....	11
Difference: a mark of Psychoanalysis - <i>Janete Rosane Luiz Dócolas</i>	
BISSEXUALIDADE, ÉDIPO E AS VICISSITUDES DA SEXUALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO .....	17
Bisexuality, Oedipus and the vicissitudes of Sexuality in the constitution of the subject - <i>Magda Medianeira de Mello</i>	
BISSEXUALIDADE, ÉDIPO E AS VICISSITUDES DA SEXUALIDADE .....	25
Bisexuality, Oedipus and the vicissitudes of sexuality - <i>Sissi Vigil Castiel</i>	
O ESTATUTO DA DIFERENÇA EM PSICANÁLISE .....	33
The status of difference in psychoanalysis - <i>Eurema Gallo de Moraes</i>	
EU É UM OUTRO .....	39
I is another - <i>Bárbara de Souza Conte</i>	
<b>EM PAUTA/ON THE AGENDA</b>	
BREVE APRESENTAÇÃO .....	45
Seção Em Pauta	
MARIA MARINA: AS ENCRUZILHADAS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SEXUAL .....	47
Maria Marina: the crossroads of the construction of the sexual identity - <i>Julia Gaertner Geyer</i>	
CIDADES (IN)VISÍVEIS .....	53
(In)visible Cities - <i>Arthur Toledo Rodrigues</i>	
O DEVER E O DEVIR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PSICANÁLISE NO PROCESSO DE VISTORIA DE COMUNIDADES TERAPÊUTICAS .....	59
Duty and Becoming: an experience report on psychoanalysis in the process of inspection of therapeutic communities - <i>Róger de Souza Michels</i>	
A PSICANÁLISE E A VIOLÊNCIA DE ESTADO ONTEM E HOJE .....	65
Psychoanalysis and State Violence: from the past to the current days - <i>Ágata de Mesquita Barbi</i> - <i>Giordanna Conte Indursky</i>	

## SUMÁRIO

### CONVIDADO/GUEST

TEORIA DA INDIFERENÇA EM FREUD ..... 71

Theory of indifference in Freud

- *Christian Ingo Lenz Dunker*

(IN)DIFERENÇAS SOCIAIS, (IN)DIFERENÇAS DE GÊNERO: O OLHAR DA PSICANÁLISE  
PARA AS MASCULINIDADES TRANS ..... 79

Social (in)differences, gender (in)differences: the view of psychoanalysis on trans  
masculinities

- *Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen*

### ENTREVISTA/INTERVIEW

ENTREVISTA COM CHRISTIAN INGO LENZ DUNKER ..... 89

### RESENHAS/REVIEW

SOBRE ÉTICA E PÓS-VERDADE..... 95

About ethics and post-truth

- *Daniela Sevegnani Mayorca*

GÊNERO: UMA CATEGORIA POLÍTICA ..... 101

Gender: a political category

- *Mariana Lütz Biazi*



InDiferençaS. Esse foi o título-tema da Jornada Externa da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, que ocorreu em junho de 2018. A potência do tema criou a ideia de realizarmos uma edição alusiva à Jornada, cujos trabalhos apresentados estão aqui publicados. Dessa forma, é grande a satisfação de poder oferecer a possibilidade de leitura a um público ainda maior e deixar registrada a qualidade das construções dos convidados, que abrilhantaram as discussões que ocorreram nos dois dias de atividade. A Jornada foi um sucesso, com grande público e ricos debates. Agradecemos especialmente à diretora científica Carolina Neumann de Barros Falcão, responsável pela criação do tema e pela organização da Jornada, junto com a diretoria e com as comissões da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Essa importante atividade institucional e a realização desta edição especial da Sig Revista de Psicanálise confirmam o potencial criativo e executivo quando realizado de forma conjunta e sinérgica como foram os movimentos dessa gestão.

Iniciando a apresentação deste excelente número, contamos na seção **Convidado** com dois nomes de peso no cenário psicanalítico brasileiro, Christian Ingo Lenz Dunker e Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen. Os renomados psicanalistas foram os convidados especiais da Jornada, cujas conferências foram destaque no evento. Agradecemos a dedicação dos colegas para adaptar suas conferências em textos para publicarmos nesta edição.

*Teoria da Indiferença em Freud* é o trabalho de Christian Dunker, que parte da bela indiferença na histeria, perpassa pela cultura do narcisismo, em especial o narcisismo à brasileira,

para chegar em uma teoria do reconhecimento. Desenvolve sobre a indiferença em Freud e levanta instigantes questões: “Seria preciso perguntar como nossa cultura do narcisismo dos anos 1970 transformou-se ou especificou-se, nos anos 2010, em uma cultura da indiferença”. Remetendo ao trabalho de Jurandir Freire Costa, Dunker alude à indiferença ligada ao pouco valor da vida do outro, como neutralidade e rebaixamento da afetação ao sofrimento do outro, e até a si mesmo. O autor remete ao amor e afirma que a indiferença é o narcisismo de alta periculosidade, pois passa da docilidade à violência baseado apenas na experiência de admitir ou negar a existência do outro. Afirma que “se consideramos o narcisismo como uma patologia do amor, percebe-se que as três hipóteses sobre a gênese de nossa violência narcísica respondem por três maneiras distintas de negação da relação de reconhecimento: a negação do agente-outro (amor), a negação dos meios (desejo) e a negação dos fins (gozo)”. A partir de alguns constructos lacanianos, encerra seu texto ofertando algumas ideias para uma teoria do reconhecimento.

Nossa segunda convidada, a psicanalista Patrícia Porchat desenvolve seu artigo intitulado *(In)diferenças sociais, (in)diferenças de gênero: o olhar da psicanálise para as masculinidades trans*, esclarecendo que trabalha com a ideia de *transidentidades*, e não transexualismo ou transexualidade. Recheando com argumentos históricos e sociais, Porchat especifica o tema no campo psicanalítico, mostrando a importância desse para o trabalho dos psicanalistas e para os sujeitos escutados. Refere que se trata “de um salto qualitativo para a escuta analítica de pessoas trans convocá-las a falar de um outro lugar que não

seja o lugar de paciente. Para escutá-las como sujeito, é preciso tirá-las da condição de abjetos". A autora também escreve sobre a desigualdade nas relações de gênero e sobre a violência de gênero, indicando ainda a negligência com relação às denúncias de violência contra a população LGBT. Afirma que as diferenças e a sociedade indiferente produziram seus efeitos, e questiona o que significa ser um homem e ser uma mulher na sociedade atual. Explana sobre a opção utilizada "(in)diferenças" de gênero no título de seu trabalho, relacionando à diversidade de gêneros, diferenças entre os gêneros masculino e feminino, e gêneros que não se diferenciam em homem ou mulher. Lança interrogações sobre essa proliferação que denomina como indiferenças de gênero: "Seria apenas algo da ordem da diversidade de manifestações e expressões humanas, uma multiplicidade de gêneros? Seriam respostas sintomáticas às indiferenças sociais? Seriam soluções psíquicas, ou seja, pontos de equilíbrio e estabilização do sujeito? Seriam expressões identitárias da atualidade ou, já existentes, e apenas permitidas pela atualidade?". Oferecendo algumas hipóteses e novas perguntas, Porchat finaliza seu escrito, proporcionando ao leitor o movimento necessário, conforme a própria autora expõe em seu texto, que se deve ter quando se decide se aventurar nesse campo.

Seguindo a beleza desta edição, apresentamos a seção **Em Pauta**, espaço especial e conquistado pelos autores que foram premiados com a publicação de seus trabalhos apresentados como temas livres na Jornada. Foram muitos trabalhos inscritos, que passaram por criteriosa e dedicada avaliação. Os quatro temas livres agraciados com sua publicação na Sig Revista de Psicanálise, edição especial da Jornada Sig 2018 InDiferençaS estão intitulados como *Maria Marina: as encruzilhadas da construção da identidade sexual*, de autoria de Julia

Gaertner Geyer; *Cidades (in)visíveis*, de Arthur Toledo Rodrigues; *O dever e o devir: um relato de experiência sobre a psicanálise no processo de visita de comunidades terapêuticas*, de Róger de Souza Michels; e *A psicanálise e a violência de Estado ontem e hoje*, das autoras Ágata de Mesquita Barbi e Giordanna Conte Indursky. Oportunos e relevantes temas são desenvolvidos pelos autores em seus escritos, que são a expressão da abrangência e da diversidade da Psicanálise como campo teórico e prático, seja através da escuta clínica, seja através da escuta e intervenção no e com o social.

Já entre os **Artigos** desta publicação, estão os trabalhos apresentados por psicanalistas da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, convidadas para diferentes mesas redondas que compuseram as atividades da Jornada. Calcadas em alicerces teóricos que denotam sua envergadura psicanalítica, as autoras desenvolveram suas construções acerca dos temas propostos, proporcionando ricos debates no momento das atividades e realçando a qualidade desta edição. Bárbara de Souza Conte é a autora de *Eu é um outro. O Estatuto da Diferença em Psicanálise* é o título do trabalho de Eurema Gallo de Moraes. Janete Rosane Luiz Dócolas discorre seu escrito *Diferença: uma marca da Psicanálise. Bissexualidade, Édipo e as vicissitudes da sexualidade* é o título do trabalho de Sissi Vigil Castiel. Magda Medianeira de Mello intitulou seu artigo como *Bissexualidade, Édipo e as vicissitudes da sexualidade na constituição do sujeito*. De forma inteligente e estimulante, as psicanalistas discorrem sobre fecundos e capitais conteúdos, ofertando ao leitor proposições que amplificam o pensamento crítico e fundamentado, condições essenciais para a vitalidade da Psicanálise.

Na cativante seção **Entrevista**, Christian Dunker foi nosso convida-

do para responder a algumas perguntas que a leitura de algumas de suas obras e vídeos instigaram, entrelaçados com o tema da Jornada. Desejosos em conhecer mais suas elaborações, percorremos os temas do desamparo e da indiferença no cenário social, assim como sobre a noção de “lógica do condomínio”, perpassando pelo sumiço da empatia pelo outro e os efeitos das redes sociais na deformação no tamanho do eu. Conversamos também sobre o “complexo de impostura” na Psicanálise brasileira e sobre o que define uma instituição psicanalítica. É explícita a generosidade de Dunker ao alinhar pontos e proporcionar que acompanhem a construção de suas ideias, propiciando uma imprescindível reflexão crítica.

Por fim, na parte de **Resenhas**, contamos com o trabalho de Daniela Sevegnani Mayorca, intitulado *Sobre ética e pós-verdade*, que discorreu de forma fluida sobre temas tão importantes e atuais através do livro *Ética e pós-verdade*, de Christian Dunker, Vladimir Safatle, Cristovão Tezza, et al. *Gênero: uma categoria política* é a segunda resenha, de autoria de Mariana Lütz Biazi, comentando sua leitura crítica sobre o livro de Patrícia Porchat, *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Com sagacidade, as autoras das resenhas fornecem ao leitor sua experiência com a leitura dessas obras, apresentando considerações e estimulando a curiosidade.

Ainda são muitos os agradecimentos a quem dedico o número desta revista. À comissão executiva da Sig Revista de Psicanálise, composta por Cristina Gudolle Herbstrith, Felipe Canterji Gerchman e Lísia da Luz Refosco, por sua parceria e afincos nos trabalhos de elaboração, organização e revisão desta e de todas as edições que construímos juntos durante a gestão de 2016 a 2018 na Sig. À diretoria da instituição pelo apoio e incentivo para a criação e confecção

de cada publicação pelas quais fomos responsáveis. A todos os membros da Sig, por reconhecerem nosso trabalho e a importância da Sig Revista de Psicanálise como espaço de difusão e compartilhamento do saber psicanalítico e dos saberes que com esse dialogam. A cada participante da Jornada Externa da Sig 2018 InDiferençaS, que demonstrou entusiasmo ao saber que esta edição especial seria produzida, o que fortaleceu ainda mais nossa dedicação para que isso se realizasse.

Ter sido editora desta prestigiada revista durante esse período de tempo confirmou ainda mais a importância do trabalho coletivo, sério, embasado em preceitos éticos e teóricos, respeitando os movimentos que novos saberes propiciam, mantendo a abertura ao diálogo, aspecto essencial para a preservação do vigor da Psicanálise.

Clarice Moreira da Silva

Editora responsável



## DIFERENÇA: UMA MARCA DA PSICANÁLISE<sup>1</sup>

### DIFFERENCE: A MARK OF PSYCHOANALYSIS

Janete Rosane Luiz Dócolas<sup>2</sup>

**Resumo:** O inevitável encontro com o outro, desde as experiências constitutivas do sujeito com as figuras primordiais até as exigências da vida na cultura, impõe o confronto com a complexa questão da diferença. A expressão dos arranjos psíquicos que trata de dar conta dos enigmas e conflitos que estão no cerne dessa questão – estruturante do sujeito e de sua sexualidade – é invenção singular, mesmo que atravessada por aquilo que marca determinada época. Esses são os pontos a partir dos quais o presente texto se desenvolve e convida a trabalhar.

**Palavras-chave:** Diferença. Psicanálise. Teorias sexuais infantis. Castração.

*Abstract: The inevitable encounter with the other, from the constitutive experiences of the subject with the prime figures to the demands of life in the culture, imposes the confrontation with the complex issue of the difference. The expression of the psychic arrangements which are responsible for coping with enigmas and conflicts present in the core of that issue, structuring the subject and their sexuality, is singular invention, even though permeated by what shapes a determined epoch. These are the points from which the present text develops and invites working.*

*Keywords: Difference. Psychoanalysis. Infant sexual theories. Castration.*

Pensar em diferença, no campo da psicanálise, implica tratar de questões bastante complexas. Ao olhar para o sofrimento e para o sujeito de maneira diferente daquela que sustentava os saberes e práticas clínicas de sua época, Freud criou um método de investigação e tratamento da alma, também diferente do que existia até então. Suas descobertas introduziram modificações não só no deciframento e tratamento das patologias e dores delas advindas, mas também em conceitos – tais como sexualidade, ampliada para além de sexo e inconsciente – que se modificou para além do oposto de consciente. Conceitos que já existiam e eram objeto de estudo da sexologia e da filosofia, mas que com Freud modificam-se. Surgem novos conceitos e a própria concepção de sujeito passa a ser diferente. Assim, nasce um novo campo do saber – a psicanálise. Nasce de uma diferença instituída por seu criador na forma de pensar e tratar o sujeito e me ocorre, então, considerar a diferença como a marca originária da psicanálise. Uma marca que lhe é implícita e que está por toda parte na obra de seu criador, desde a metapsicologia, passando pela psicopatologia, até os textos da cultura.

Um ponto que me parece crucial para pensar o estatuto da diferença em psicanálise diz respeito ao inevitável encontro com o outro. Esse outro que está desde sempre, como nos diz Freud, e que se encontra no cerne das vivências

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na mesa “O Estatuto da Diferença em Psicanálise”, Jornada Externa InDiferençaS da Sigmund Freud Associação Psicanalítica em junho de 2018.

<sup>2</sup> Psicóloga (PUCRS), Psicanalista, Membro Pleno, Coordenadora e Supervisora da Sigmund Freud Associação Psicanalítica.  
E-mail janeteldocolas@gmail.com

constitutivas do sujeito. Bem sabemos que a criatura humana não sobreviveria sem a assistência alheia, já que chega ao mundo sem as condições básicas e necessárias para prover a satisfação de suas necessidades e aliviar as tensões internas advindas dessa insatisfação – é um primeiro encontro marcado por uma diferença, uma diferença de gerações, ou, minimamente, de condições para lidar com o desamparo. Esse outro, da Experiência de Satisfação (FREUD, 1895), é também o dos investimentos que possibilitarão à criança ter ela própria seu narcisismo e a partir daí vivenciar os desdobramentos da trama edípica e os processos identificatórios que lhe permitirão investir em seus desejos e amores. A marca da diferença nessa relação com as figuras primordiais, quando são vividos os complexos constitutivos do sujeito, tem um alcance estrutural e histórico para a organização do desejo, do psiquismo e da alteridade.

Muitas são as questões que emergem nessas vivências, como problemas, ou como diz Laplanche (1988), enigmas, e cada um vai ter que resolver esses problemas ou enigmas na sua vez de ser criança. São questões universais que a cada um se apresentam no processo de se tornar um sujeito.

Com a curiosidade e a sensibilidade aguçadas por interesses narcisistas, por exemplo, pelo temor de perder os cuidados, a proteção e o amor das figuras primordiais, extremamente valorizadas pelo lugar importante que ocupam na vida da criança quando da chegada de irmãos ou observação de outras famílias; a criança se põe a investigar e a criar teorias a fim de resolver essas questões que lhe inquietam e angustiam. Mesmo considerando a singularidade do sujeito, a influência da educação e a distinta intensidade da pulsão sexual – do que pode decorrer oscilações individuais na conduta sexual infantil e, sobretudo, no interesse e curiosidade sexual – é possível pressupor o que seria e o que teria que ver com a sexualidade infantil. O alvoroço provocado por essa constatação da existência de uma sexualidade infantil é bastante conhecido por todos nós psicanalistas. Também é bastante conhecido nosso aquele que, na psicanálise, representa o primeiro investigador criança e que muito contribuiu para a confirmação do que Freud escutava de seus pacientes adultos e das deduções chegadas a partir de seus discursos na análise. Hans é um personagem importante, bem conhecido e que merece ser lembrado.

No texto *Sobre as teorias sexuais infantis* (1909) nos encontramos com as suas contribuições a Freud e também com uma observação de que os casos que deram origem ao texto eram todos do sexo masculino. A primeira pergunta com que se ocupa a criança, nos diz Freud, é sobre a origem dos bebês (ou numa formulação mais filosófica, de onde viemos?). Esse é o grande enigma e o tema da diferença vai surgindo em torno dessa questão. Quem pode e quem não pode ter bebês? Como e por onde eles saem de dentro do corpo da mãe? O que o pai tem a ver com isso já que nomeia o pequeno de seu filho? Para responder a essas questões a criança empreende suas investigações e se depara, então, com a diferença entre os sexos. Ou seja, chega na diferença entre os sexos a partir de uma curiosidade que tem a ver com a percepção da existência de um outro e, sobretudo por um interesse narcísico. Com os elementos que vai encontrando em sua investigação, e isso é muito bem descrito no caso do pequeno Hans (FREUD, 1909) e também no texto *Sobre as Teorias Sexuais Infantis* (FREUD, 1909) a criança chega à percepção da diferença sexual, diferença que sempre esteve presente mas que em determinado momento é percebida.

Embora parecendo desde cedo perceber que homens e mulheres são diferentes, essa diferença não estaria relacionada a sexo, a órgãos sexuais e sim a signos mais exteriores, já que para a criança todos os caracteres sexuais – pri-

## ARTIGO

mários, secundários e sociais – entram nessa distinção de gêneros e a presença de um não implica a ausência de outro. A teoria de Freud é que, diante da diferença de sexos, a criança, independente de ser menino ou menina, cria uma primeira teoria de que todos os seres, homens e mulheres, tem pênis. Ocorre que a constatação dessa diferença traz consigo uma ameaça, geralmente enunciada pelos adultos, que num primeiro momento são seres confiáveis – algo importante corre risco de ser perdido. O que está posto na compreensão freudiana é que, no centro dessa experiência de confronto com a diferença dos sexos, está o temor à castração e desmentir a diferença com essa primeira teoria é uma forma que a criança encontra para solucionar a angústia de castração.

A castração já tinha estado presente no célebre texto sobre a *Interpretação dos sonhos* (1900), mas passa a ocupar um lugar bastante relevante na teoria psicanalítica principalmente pelo caráter de ameaça nela implícito. Segundo Freud (1909), para os meninos a ameaça de castração coloca em questão a perda de uma parte do corpo, ter seu corpo ameaçado pelo outro, e para as meninas incide na perda do amor do outro.

A segunda teoria sexual infantil, de que os bebês nascem pelo ânus, desprendendo-se do corpo da mãe como cocôs, possibilitaria a ideia de que homens e mulheres podem ter bebês. Nessas duas teorias então – a terceira diz respeito ao caráter agressivo das relações sexuais – fica desmentida a diferença entre os sexos, o que se daria na tentativa de resolver questões que se apresentam como enigmáticas e, sobretudo, segundo Freud, para dominar a ameaça de castração. Então, a criança chega à questão da diferença, isso a angustia e ela tenta resolver essa angústia criando teorias.

Alguns pontos interessantes até aqui: confronto com diferença sexual, ameaça da perda de algo importante – dentro disso outra diferença, já que meninos e meninas temeriam perdas também diferentes – e busca de solução para o que esses enigmas e descobertas provocam no pequeno investigador. A teoria criada por Freud nessa questão da diferença sexual é falocêntrica e traz a ênfase dada por ele, para a falta, mais especificamente para a castração, e para a angústia de castração. A importância parece estar mais na falta que na diferença.

Lacan dirá, mais tarde, no Seminário IV (1956-1957) que “indicar que alguma coisa não está ali é supor sua presença possível, isto é, introduzir no real, para recobri-lo e perfurá-lo, a simples ordem simbólica (p.224)”.

Não raras vezes estudiosos se perguntam e críticos acusam sobre quanto a psicanálise, nessas formulações sobre as teorias sexuais infantis e também sobre a feminilidade, teria ficado atravessada pelas determinações culturais e ideológicas da época em que foi criada, podendo estar aí uma fonte da relevância atribuída por Freud ao pênis, identificado como falo, ou seja, representante de poder. Essas teorizações são de uma época em que o poder era claramente associado ao sexo masculino. Fica a pergunta sobre onde estaria situado o falo nos tempos atuais e quanto isso poderia estar atravessando os questionamentos e teorias construídas e se esse atravessamento interferiria na validade dos achados. Pergunta sempre relevante.

É importante lembrar que nos estudos freudianos encontramos algumas aberturas a perspectivas inéditas para pensar a sexualidade e esse reconhecimento é valioso para bem aproveitar esse legado, fazendo-o trabalhar e avançar.

A anatomia não é o destino, já dizia Freud no início dos anos 1900, afirmando que se tornar homem ou mulher implica um longo e complexo ca-

minho, no qual a singularidade vai fazer o ponto de chegada. Um ponto de chegada que geralmente coincide com o sexo anatômico, mas não sempre. Revolucionária e libertadora essa compreensão, que se deu em tempos em que a própria ciência não tinha chegado a saberes sobre a complexidade existente na rede de interações dos genes e dos hormônios que definem o sexo de cada célula do organismo e que o transexualismo não era tema recorrente como viria a ser mais tarde. Já estava posto, então, que não basta ter sexo masculino para tornar-se um homem, assim como ser do sexo feminino não garante tornar-se uma mulher. A questão não se restringe a um corpo determinado simplesmente ou não tão simplesmente assim, por cromossomas e hormônios. Essa constatação de que o corpo humano é mais que um corpo biológico e que busca não só a satisfação de necessidades, mas também o prazer, nós a encontramos bem no início dos estudos de Freud (1895) quando ele expõe o conceito de Experiência de Satisfação. Conceito fundamental para a compreensão das origens do aparelho psíquico e também da sexualidade.

Os caminhos e objetos para a obtenção de satisfação serão inventados singularmente. A sexualidade, que dita essas invenções, tem mais a ver com o pulsional (FREUD, 1915) que com o corpo, mesmo que o corpo tenha sua parte nisso.

O corpo, escutado por Freud naquilo que as históricas de seu tempo mostravam e escondiam, segue sendo carne através da qual o sujeito fala da sua sexualidade, a si mesmo e ao outro – muitas vezes parece falar mais ao outro que a si mesmo. Características da nossa época incrementam a visibilidade e convocam o olhar a todo custo. A excessiva valorização do corpo e possivelmente, também, o afrouxamento da repressão, que já não faz as barreiras que fazia em outras épocas, tem aberto cada vez mais possibilidades para a manifestação daquilo que sempre foi da sexualidade, por exemplo a bissexualidade, mas que ficava no domínio da fantasia. A passagem dessas fantasias para o real do corpo e das relações tem colocado em cena as soluções encontradas pelo sujeito para resolver aquilo que a ele se apresenta como questão, problema ou enigma.

Podemos pensar que o corpo sempre foi expressão dos arranjos psíquicos feitos para dar conta dos dilemas da sexualidade e que são, em alguma medida, atravessados pelo social. A luta por liberdade, o combate à violência e a busca por reconhecimento são algumas marcas dos tempos atuais e parece que tem interferido na forma como aquilo que diz respeito a como o sujeito se relaciona com seu corpo, seu sexo, sua sexualidade e seus conflitos, se expresse, tornando-se uma espécie de bandeira que precisa estar sempre hasteada.

O corpo segue sendo palco de soluções para os conflitos e para os problemas sexuais com que se depara ao longo de sua história – história escrita a partir do vivido no desenvolvimento sexual, que é singular, mas está sempre permeada pelo social. Seja qual for a solução encontrada para esses problemas ou questões que sempre existiram e existirão, ela é uma invenção do sujeito, mas uma invenção na qual não está sozinho. Seja em que “status” for, o outro faz parte da vida do sujeito, desde sempre, desde antes de sua chegada ao mundo, já que cada um nasce inserido numa rede de relações e desejos que o antecede.

Quanto ao corpo, eu me arriscaria pensar, que ele apresenta-se hoje mais enigmático que nos tempos primeiros da psicanálise. Parece que mais do que nunca nos ajuda o que postulou Freud (1915) sobre a fonte da pulsão estar no limite entre o soma e o psíquico, o que necessariamente implica o corpo no desejo e naquilo através do que vai buscar a satisfação. Corpo implicado



## ARTIGO

também naquilo que não se constituiu desejo e que permaneceu traumático, excesso, enigma. Também nos ajuda o postulado sobre os destinos da pulsão – retorno contra a própria pessoa, transformação no contrário, recalçamento e sublimação – e, as suas características. A pulsão pressiona incansavelmente numa busca por sua finalidade, que é a satisfação; contudo há uma diversidade de objetos através dos quais os desejos podem ser satisfeitos, afinal, diferente do que se passa no campo do biológico, em se tratando da pulsão, não há uma soldadura, uma predeterminação de objeto, através dos quais os desejos podem ser satisfeitos.

Com toda a sua complexidade, a sexualidade, apresenta questões perpassadas por aquilo que marca diferentes épocas e culturas. Mas o que a organiza parece girar em torno de um eixo, digamos assim, composto por enigmas quanto a nascimento, sexo, amor, morte, desamparo. Encontramos isso em Lévi Strauss, retomado por Lacan (2008) em seu livro *O mito individual do neurótico*.

E assim como o enigma se faz a cada sujeito na época em que o vive singularmente, também nós, na época em que vivemos nossa prática da psicanálise, nos confrontamos com diferenças, por exemplo de manifestações dessas soluções, que nos levam a investigar e teorizar. Para além das novas soluções, nos confrontamos também com o surgimento de novas questões. Ocorre-me que o advento da internet, por exemplo, com todas as mudanças que tem introduzido em praticamente todos os setores da vida, coloca uma questão que me interessa pensar: A presença da imagem do corpo, da voz e, principalmente, a interação em tempo real, mas na ausência do corpo real, que efeitos teria nessa questão do confronto com a diferença, no processo de constituição psíquica do sujeito? Que desdobramentos essas novas e diferentes possibilidades de lidar com a falta, produzem não só na subjetividade, sempre atravessada por aquilo que é de uma época – lembremos que bater em crianças para educá-las, escravizar e ser cruel com os negros foi considerado normal numa época não muito distante da nossa – mas também na sua constituição psíquica?

Com que diferenças nos deparamos quanto ao que inquieta, desorienta, angustia e deseja o sujeito que nos endereça sua fala é uma questão.

O que busca alguém que se anima a aventurar-se pela psicanálise é diferente do que buscavam os caminhantes que inauguraram essa trilha? Afinal, em meio a tantas conquistas que interferem na vida do homem e que, inclusive, como afirmou Freud (1930) em *Mal-estar na civilização*, exacerbam sua onipotência, endeusando-o cada vez mais, ele segue tendo que dar conta, do início ao fim, do que é da sua própria condição de humano. E para que isso ocorra, precisa inventar-se.

A capacidade de se autoinventar é uma característica central do ser humano e poderíamos afirmar que é uma universalidade que se expressa e se transforma no singular (CECCARELLI, 1999). Penso que impulsionada por Eros essa autoinvenção leva a soluções favoráveis a si mesmo e aos demais. Impulsionada por Tânatos, leva à desintegração, ao sem sentido e mortífero. Joyce McDougall (1983) teoriza sobre os prejuízos causados por soluções perversas quando elas, por exemplo, saem do âmbito do privado e vão para o social.

Para finalizar, quero retomar o que referi inicialmente sobre pensar a diferença como marca originária da psicanálise e que parece ser, também, aquilo a que se propõe quem a procura.

Se ao passar por uma análise não se produzir algo da ordem da diferença, mesmo que uma mínima diferença, aliada mais a Eros que a Tânatos, ocorre-

-me que não poderíamos falar que a psicanálise ali esteve. A diferença está onde a psicanálise está, mesmo que seja para com ela confrontar-se para seguir indagando, teorizando e inventando, porque essa é uma forma de resolver as questões que do início ao fim da vida vão provocar “o vivente”.

Ocorre que a diferença está onde um sujeito está. Ela faz parte daquilo que o constitui. Sem o confronto com a diferença, não se constitui um sujeito singular. Diferença entre o que está dentro e fora, entre o prazer e o desprazer, entre o Eu e o outro, entre o que é possível e o que não é, entre o que é e o que pode vir a ser. Então, a diferença tem o estatuto de ser o que possibilita a entrada em movimentos estruturantes do sujeito, da alteridade e da civilização.

E quanto à castração, mais famosa que a diferença? Ocorre-me que nunca vamos conseguir resolver todas as questões suscitadas pelo confronto com a diferença. Vamos ter que seguir investigando, criando teorias e inventando soluções.

#### REFERÊNCIAS

- CECCARELLI, P. L. **Diferenças sexuais**. São Paulo: Escuta, 1999.
- FREUD, S. Proyecto de una psicología para neurólogos. In: FREUD, S. **Sigmund Freud obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1895. v. I.
- \_\_\_\_\_. Analisis de la fobia de um niño de cinco años – caso del pequeño Hans (1909). In: FREUD, S. **Sigmund Freud obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1909.
- \_\_\_\_\_. Tres ensaios de teoria sexual. In: FREUD, S. **Sigmund Freud obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1909. v. X.
- \_\_\_\_\_. Teorias sexuales infantiles. In: **Sigmund Freud obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1909. v. X.
- \_\_\_\_\_. Pulsiones y destinos de pulsión. In: **Sigmund Freud obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1915. v. X.
- \_\_\_\_\_. El malestar en la cultura. In: **Sigmund Freud Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1930. v. X.
- LACAN, J. **O Seminário, Livro 4 a relação de objeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1956-1957.
- \_\_\_\_\_. **O mito individual do neurótico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LAPLANCHE, Jean. **Teoria da sedução generalizada**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1988.
- MCDUGALL, J. **Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

# BISSEXUALIDADE, ÉDIPO E AS VICISSITUDES DA SEXUALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO<sup>1</sup>

BISSEXUALITY, OEDIPUS AND THE VICISSITUDES OF SEXUALITY IN THE CONSTITUTION OF THE SUBJECT

Magda Medianeira de Mello<sup>2</sup>

**Resumo:** O tema da sexualidade ocupa a humanidade desde as origens, mas Freud marcou a importância da evolução psicosexual do ser humano como quem inaugura, na ciência, as palavras para pensar com cuidado. A psicanálise tem sido interrogada pela sociedade e convocada a se posicionar frente à vigência de seus paradigmas, principalmente frente à cultura. Debater questões da diversidade; de gênero, de sexo, trans, enfim, sexualidade(s), e, é claro, o implícito aspecto do encontro amoroso ligado à escolha de objeto, deflagra a livre expressão da sexualidade implicada no encontro com o outro, tal como nos primórdios da vida, na base da constituição psíquica do sujeito e os posteriores desdobramentos marcados num ritmo próprio.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Sexualidade. Bissexualidade. Édipo. Constituição do sujeito.

*Abstract: The subject of sexuality has preoccupied mankind since its inception, but Freud has marked the importance of the psychosexual evolution of the human being as one who inaugurates, in science, the words to think carefully. Psychoanalysis has been questioned by society and called to position its paradigms, especially in relation to culture. It discusses issues of diversity; sexuality, and, of course, the implicit aspect of the love encounter related to the choice of object, and deflagates the free expression of the sexuality implied in the encounter with the other, as in the beginnings of life, in the base of the psychic constitution of the subject and the subsequent unfoldings marked in a proper rhythm.*

**Keywords:** Psychoanalysis. Sexuality. Bissexuality. Oedipus. Constitution of the subject.

O objeto da Psicanálise interroga sobre a formulação humana enquanto expressão da própria experiência, no campo do inconsciente e da sexualidade, que representa o verdadeiro fio condutor da singularidade.

A sexualidade e o infantil proporcionaram a invenção da Psicanálise, abrindo espaço para se debater a diversidade sexual humana e as questões de gênero e sexo, bissexualidade, enfim, sexualidades: questões trans, de gênero e sexo.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na mesa "Bissexualidade, Édipo e as vicissitudes da Sexualidade na constituição do sujeito", Jornada Externa InDiferençaS da Sigmund Freud Associação Psicanalítica em junho de 2018.

<sup>2</sup> Psicanalista. Doutora em Psicologia pela Universidad Autónoma de Madrid. Membro Pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Presidente da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul (2018-2020). E-mail: magdamello23@gmail.com

Hoje a Psicanálise se ocupa menos da sexualidade reprimida, no sentido de proibida. Ocupa-se do sujeito e no desvendar da complexidade de onde nasce o retrato interior que cria vida no destino particular que alcança a experiência amorosa, uma história inédita e única.

O que inaugura a subjetividade do sujeito psíquico abre espaço para versões singulares, apoiadas na capacidade de enfrentar as tensões, conflitos e prazeres nas vicissitudes de criar e recriar. Tem um nome: sexualidade.

Do biológico à sexualidade e ao amor há um trajeto de ligações a serem construídas. Mas a memória ainda contém um acervo atemporal útil para pensar os caminhos desta história humana partilhável. Os elementos que, durante séculos, foram moldando essa experiência se transformaram em lógicas enigmáticas. Ao longo do tempo, e em cada cultura, a sexualidade se expressa e adota diferentes formas. É o discurso que define uma época e o ser humano é sujeito de sua época, assim um sujeito diverso. Essa condição impõe o desafio de pensar os discursos<sup>3</sup> sobre a Sexualidade, olhar o presente implica ainda em perguntar (se) e interrogar (se) sobre um passado.

Em termos históricos, citaremos aqui apenas neste recorte dos séculos antecedentes aos escritos freudianos, estudados por Foucault (1978), e concordamos quando este retrata, em sua obra *História da Sexualidade*, os efeitos da repressão social a respeito do referido tema. Foram anos de segredos, de silêncios, de manipulação da vida privada das pessoas, visando à submissão, a ordem, a dominação das massas. O silêncio do desejo em nome da ordem chegou ao extremo das punições. Na Idade Média as sociedades ocidentais introduziam à confissão, alguém que em tese não teria vida sexual, julgaria a gravidade do pecado centrado na vida amorosa/sexual do outro. A ideia era reduzir sexo à reprodução, heterossexualidade com legitimidade matrimonial, conforme políticas sexuais praticadas e aplicadas no século XVII. O sentimento de culpa foi intensificado, como se não bastassem os conflitos intrapsíquicos humanos edípicos ou constitutivos.

No século XVIII, os mecanismos de poder se aperfeiçoam, implantando na política, na economia e nas técnicas sobre o falar de sexo, uma forma de analisar, contabilizar e classificar de forma quantitativa e causal o tema do sexo. Não se considerava a sexualidade, mas o aperfeiçoamento das técnicas de controle pertencentes ao estado. Para o autor, sexo parecia ser tema de ordem pública. A questão era manter o poder, a ordem, a asepsia social. Os escrúpulos e o “moralismo” acentuavam a hipocrisia social. O exercício do poder (FOUCAULT, 1978).

Entrava aí a normatização da sexualidade. As classificações e a patologização dos seres humanos. Com a chegada de Freud e outros pensadores, também se intensificaram as classificações, a normalidade e a patologia no viés da sexualidade. A homossexualidade permanece como patologia no DSM até 1994, quando alguns movimentos sociais modificaram algumas posições preconceituosas em relação à sexualidade.

Assim, cada contexto histórico-político teve sua psicopatologia, ou seja, tentativas de decompor o sofrimento psíquico em seus elementos de base para, a partir disso, compreendê-lo, estudá-lo e tratá-lo (MELLO; BECKER, 2016).

Foi, no entanto, Freud quem inaugurou a metapsicologia que nos permite escutar o sofrimento psíquico das dores inomináveis para o sujeito. As clas-

## ARTIGO

sificações e os enquadres não importam muito para quem sofre e para quem trabalha com a singularidade do sujeito.

De acordo com Ceccarelli (2005), a psicopatologia, cujo campo conceitual é a psicanálise, trata de resgatar o *pathos* como paixão, escutar o sujeito que traz uma voz única a respeito de si, transformando aquilo que causa sofrimento em experiência e em ensinamento interno. O sintoma diz algo do sujeito, da sua subjetividade. Sem dúvida, nossa escuta é determinada pelo modelo que elegemos, aqui psicanalítico. Em Freud, descobrimos o inconsciente e suas produções atemporais. *Pathos* é assujeitamento, portanto, as meras classificações visam a assujeitar o ser humano à normatização ou sexualidade heteronormativa.

As ciências humanas na contemporaneidade, por outro lado, vão se preocupar em trazer à luz esta questão e desfazer mitos criados sobre sexo (biológico) e sexualidade (psicológica). Para Agamben: “A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela” (2009, p. 59).

Superamos muitas questões, a humanidade cresce na ordem da ciência, inventa, globaliza, compartilha conceitos, mas cresce também em preconceitos. Por que a homofobia? O que denotam os fenômenos atuais sociais que ainda não foram compreendidos? O que não assimilamos? O conceito de sexualidade infantil?

Afinal, que lição a Psicanálise nos ensinou? Quais descobertas estão vigentes? Freud considera que o sofrimento e o poder dos sintomas nascem do peso da verdade histórico-vivencial. Na experiência humana de crescimento, tudo depende de como se elabora o viver que surge no caminho. Esta posição é a garantia conceitual da singularidade. Significa também que, além de sobreviver, importa a construção de complexidades psíquicas.

Vivemos em um tempo de acelerações marcado por relações protegidas pela fugacidade, na era do excesso e da indiferença com o próprio excesso. Em meio a essa realidade colocamos acento no tema da sexualidade por meio da observação de determinantes e implicações conceituais e culturais, incluindo ideologias. Pensar a complexidade da sexualidade implica interrogar os fundamentos e significa examinar a inter-relação de conceitos centrais que fundaram a psicanálise.

Para Freud o psiquismo é um espaço entre eu e o outro e a sexualidade se instaura a partir do *plus* que resulta deste espaço psíquico.

Assim, a estruturação psíquica se dá através da experiência de satisfação, e pela via da sexualidade infantil, na dimensão da bissexualidade, se encaminha o primordial da sexualidade humana. A matéria-prima de complexas capacidades humanas, mediante as representações, é a origem da dimensão psíquica da sexualidade. Tais representações são estruturadas gradativamente, em articulações singulares que tecem a subjetividade do discurso amoroso de um sujeito original, cujo enunciado não corresponde a uma linguagem direta e simples. Estão em jogo: o amor, as alegrias e a felicidade, mas principalmente a diferenciação, a autonomia e a liberdade.

Essa articulação fundamental entre o sentido de liberdade e a fragilidade

da autonomia atravessa o domínio da sexualidade humana. Assim, podemos afirmar que a sexualidade é singular e nasce da posição de desamparo originário para a construção de capacidades de autonomia e arbítrio, de um sujeito psíquico sexuado. Viver incluído na cultura, satisfeito com os destinos do prazer, de acordo com sua trama identificatória e a história singular do circuito pulsional, se traduz no destino humano.

E o Édipo, qual o significado? Inclusão ou exclusão? Em qualquer forma de amar, o fantasma da triangulação, da exclusão ou da perda do objeto estão presentes. O binário abre espaço para o múltiplo, inclui o terceiro, independente da relação. A lógica é a significação de eventos traumáticos que permitem ligar o sexual aos fundamentos somáticos e não necessariamente a escolha de objeto X ou Y.

Condição que inclui a dimensão da cultura, o lugar do semelhante humano, é campo de abertura para pensar a sexualidade como uma construção, que nem sempre irá coincidir com o sexo biológico. Bleichmar (2014) refere que houve uma história de dificuldades para reconsiderar a homossexualidade em relação ao que Freud chamou de “bissexualidade constitutiva”. Então, tomamos esse aspecto para pensar se esse paradigma segue vigente ou não nos tempos de hoje. A autora questiona a lógica binária e a lógica da diferença e se pergunta se seriam correlativas à teoria fálica e à teoria da castração. Conceber o humano é fazer circular as teorias de gênero a respeito das teorias falocêntricas de castração, ao mesmo tempo encontrar-se com as questões do Complexo de Édipo. A novela do complexo de Édipo apresenta a circulação do falo como significante.

Assim, quando Freud (1905/2010) propôs a sexualidade infantil e a bissexualidade originária, afirmou que nascemos com um sexo anatômico, definido biologicamente, porém com uma disposição bissexual.

A perspectiva de fronteira, que emerge com a ideia de uma disposição bissexual, nos permite interrogar sobre a dimensão da sexualidade, articulando pensar a variedade de alternativas possíveis das experiências humanas. A história do indivíduo inclui as diferenças e contém a marca singular que o estrutura como sujeito psíquico e sujeito sexuado para o exercício da sexualidade e da liberdade de eleger o objeto sexual e o amor. São caminhos de um singular plural que se inscreve na cultura.

O sexo que habita o ser humano nasce da trajetória própria particular de viver e expressar a sexualidade num contexto pessoal e partilhável na cultura. Deste modo, as subjetividades correspondentes abrem-se para interrogações a partir de uma escuta livre de preconceitos conceituais, para adentrar na subjetividade humana.

Pode-se dizer que viver a própria sexualidade de maneira emancipada é em si um ato revolucionário, uma audácia de liberdade e independência, que nasce com rupturas e construção.

A Psicanálise, com mais de cem anos, ainda é um discurso subversivo. Segue assim quando acorda e adentra no desejo que habita o inconsciente, para ser narrado com mil caras de diversos gostos. A generalização é impossível, tamanha a variedade de alternativas. O desafio significa interrogar e “historizar” essa trama complexa que tece as pessoas em todas suas diferenças (JORNADA ANUAL DA BRASILEIRA, 2017).

A lógica secreta da vida de cada um mostra seu efeito apenas naqueles pequenos e ínfimos detalhes que são como uma marca. Misterioso segredo de

## ARTIGO

um sinal de nascença, alterado com o crescimento na difícil arte de conservar raízes e de criar asas. Nesses desenhos pessoais, com especial colorido do amor, é onde se incluem os recursos e, também, os desamparos e os sofrimentos. São plenitudes e convulsões da singularidade que revelam e escondem tudo.

O objeto da Psicanálise pergunta sobre a expressão da própria experiência, no campo do inconsciente e da sexualidade, um fio condutor da singularidade. Formular a pergunta é essencial para abrir a interrogação. Também para espantar a psicopatologização sobre o viver humano, tendência questionável, normopata e adaptativa.

O desafio da Psicanálise abriga a proposta de pensar subjetividades e as sexualidades, sem normatizações morais, psicopatológicas, classificatórias, religiosas ou estatísticas. Os limites e fronteiras nos desafiam a enfrentar os preconceitos teóricos e ideológicos. Também revelar caminhos e direções. É interessante compreender o psiquismo construído a partir da condição de indiferenciado despreparo, um desamparo originário, na vivência em dois, com três, com o mundo e com a cultura humana. Campo da ancoragem da subjetividade e da experiência com a alteridade. Do singular ao plural! Uma encruzilhada entre ser e ter, na construção do caminho de amar mais além de si próprio e do autoerotismo.

À medida que uma dialética do sujeito se funda a relação originária eu-não-eu, ponto de partida primitivo de diferenciação entre o eu e o mundo, resulta fecundo incluir a lógica da bissexualidade.

Pois será neste terreno que se constituirá o ego do prazer purificado quando afirma “eu não sou o outro”, esse do desprazer, onde nasce e se reafirma a diferença, inicialmente entre “o eu e um outro”, regido por um mal-estar, depois a diferença revisitada na experiência com angústia, um susto de espanto, mediante a posterior descoberta da diferença anatômica. Macho ou fêmea, que ainda é a biologia. A lógica não é a escolha do objeto. A lógica binária abre caminho para o múltiplo. Édipo hoje é a entrada do terceiro na dupla e não necessariamente alguém do sexo oposto. Bleichmar ressalta que o complexo de Édipo está impregnado na cultura humana e que a psicanálise postula um não absolutismo em relação a este tema. Ou seja, o Édipo propõe acento à proibição do gozo intergeracional. Isso abre espaço para se sair da ideia que remete a proibições apenas entre pais e filhos (BLEICHMAR, 2014). A construção do sujeito sexual se dá na cultura e na singularidade.

Assim, a descoberta da diferença sexual está formulada a partir de um outro, mesmo que desde a dialética da ameaça de castração, está significada como outro sexo, uma pertença, “eu sou”, ou “eu não sou”. Macho ou fêmea, diferença de sexos, da biologia para construção de ser, existir na complexidade psíquica, de pensar e sentir.

A lógica dual, campo endogâmico da indiferença, ficaria escassa demais para entender o múltiplo do mundo, o exogâmico e a alteridade. A diferença biológica de sexos tem consequências psíquicas, um saber sobre a diferença entre os sexos remete ao reconhecimento do diferente. Assim, abrimo-nos para incluir as sexualidades.

O desafio na atualidade é pensar sobre a proposta dos transgêneros com novas configurações sexuais. Não é exclusivo de nossos tempos experiência de incompatibilidade entre o sexo anatômico e a identidade sexual. A lógica binária é típica da lógica da sexualidade infantil enquanto descobre a diferença.

Interrogamos o que significa ser humano sexuado e quais são os seus alcances e limites. Questionamo-nos sobre o corpo, a lei, a finitude e a morte num entrelaçamento necessário para alcançar a marca humana da pulsão sexual, da sexualidade e do amor.

A liberdade sexual conquistou *status* de transparência, apesar da violência, mas isto é outro tema abrangente. A sedução que acompanha Eros é cheia de vida e capaz de fazer ligações plausíveis e conquistar a pessoa amada, tão desejada, através da sedução. Assim, o tema do amor, do encontro com o outro, ocorre no terreno invisível e simbólico da subjetividade e no espaço intangível da abstração que se inaugura a sexualidade com base no corpo.

Considerando os registros inscritos da história singular, a sexualidade sulcou caminho para o amor – uma inevitável forma de ligação. Naturalmente, o amor está relacionado à libido e à vida, uma energia ligada psiquicamente com propósitos construtivos que tramitam nos seres humanos. Eros atua para a conservação da vida através de representações que são acionadas para encontrar saídas na realização do desejo de ser feliz. Tomando um pouco da mitologia, foi na busca de apaziguamento das forças internas que Eros encontrou-se com Psiquê e se amaram. Eros (amor) buscou em Psiquê (alma) a plenitude, porém se depararam com forças malignas a tentar destruir esse amor. Este mito representa as forças destrutivas presentes nos seres humanos que poderão ser comparadas à morte das possibilidades de viver e de levar adiante projetos em conjunto. Assim, todos temos amor e ódio dentro de nós mesmos; todos temos amor e destrutividade. Preponderar o amoroso dentro de si possibilita as saídas necessárias para as mais variadas e impactantes situações de vida. A energia desligada, um excesso para o sujeito, inviabiliza o trâmite psíquico salutar, a exemplo dos traumas. A paralização do sujeito frente a novas possibilidades na vida decorre de um excesso que ficou impossível de metabolizar, impedido de encontrar as palavras para as coisas. Surge então uma quantidade de angústia muitas vezes insuportável. A angústia, quando perde sua característica de sinal de alarme interno, deixa-nos sem ação.

As palavras reencontradas ou inauguradas dentro de um ineditismo psíquico operam como formas de ligar um enigma a outro e transformar o mal-estar em algo possível de se pensar. Encontrar as palavras para as coisas e acionar a capacidade de amar novamente faz com que as pessoas alcancem a satisfação em viver, qualificando suas vidas. Cabe dizer que, nos tratamentos psicológicos, o caminho para a cura passa por transformar morte em vida, destruição em construção. Através da fala e da palavra, pensar é possível e daí provém o encontro do sujeito consigo mesmo. Este é o legado da psicanálise. Poderíamos nos questionar se o amor poderia ser um facilitador da cura. Preferimos as perguntas às respostas! Mas o amor transferencial em tratamento poderá ser uma via de acesso à sexualidade uma vez que, instaurada a possibilidade transformadora de morte em vida, através do trabalho em relação aos fantasmas e desejos, viabilizaria encontros satisfatórios singulares posteriores no analisando.

O reconhecimento de si como objeto de desejo permite o reconhecimento do outro como objeto do seu desejo. Entender que a vida impõe limites e que não se pode tudo, ao mesmo tempo em que não se vive sozinho, permite o estabelecimento de laços amorosos com o semelhante nas relações sociais e profissionais bem como na intimidade.

O amor da intimidade e a sexualidade implicam o encontro com o outro e a escolha amorosa a partir de um encantamento inicial, em que se aciona



## ARTIGO

internamente a esperança baseada em ideais de cada um culminando na promessa de felicidade. O prazer sobrevém do gozo do corpo e da sua capacidade representativa que envolve a sedução e o cuidado. Para perfazer esta trajetória de ligações libidinais da vida psíquica significa que os sujeitos postos em cena tiveram um tempo de vida para a construção da capacidade de amar ancorada na troca. Uma corrente amorosa sexual e uma corrente de ternura convergem na mesma pessoa quando encontramos o amor. Assim, Freud referiu que, se for somente sexual ou somente terno, o amor toma características insatisfatórias para o caminho próprio de busca de satisfação. Então, com base no corpo, no prazer e na sexualidade encontram suas vias de satisfação independente de terem nascido homem ou mulher, de serem trans ou homossexuais, bi ou heterossexuais, dentre suas inúmeras designações as quais encontramos na cartografia da construção cultural. Está em jogo o encontro com o outro e a satisfação, ou seja, cenário, os personagens, o contexto que cria histórias e tece narrativas possíveis nos diz da singularidade dos sujeitos desejantes.

## NOTAS

<sup>3</sup> Para Giorgio Agamben, “é contemporâneo ‘aquele que tem um olhar fixo em seu tempo, para perceber não as luzes, mas sim a obscuridade. Todos os tempos são obscuros” (2009, p. 62).

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é o Contemporâneo? In: **O que é o Contemporâneo?** E outros ensaios. Tradutor Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- BLEICHMAR, S. **Las teorías sexuales en psicoanálisis**. Qué permanece de ellas en la practica actual. Buenos Aires: Paidós, 2014.
- CECCARELLI, P. R. O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 471-477, set./dez. 2005.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Ed. atual. Rio de Janeiro: Imago, 2010.
- FOUCAULT, M. **Historia de la sexualidad**, la voluntad de saber. 2. ed. Madri: Siglo Veintiuno, 1978. v. 1.
- JORNADA ANUAL DA BRASILEIRA (SBPdePA). **Diversidades**. Mesa: Sexualidade no sujeito diverso. 2017.
- MELLO, M.M.; BECKER, N.H. Efeitos do padecimento na subjetividade dos retirantes na obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos. **Rev. Humanística e Teologia**, Portugal, 2016.



## BISSEXUALIDADE, ÉDIPO E AS VICISSITUDES DA SEXUALIDADE<sup>1</sup>

BISEXUALITY, OEDIPUS AND THE VICISSITUDES OF SEXUALITY

Sissi Vigil Castiel<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho trata do tema das vicissitudes da sexualidade a partir de indagações feitas à psicanálise no nosso tempo. Utiliza-se uma fundamentação interdisciplinar, levando-se em conta contribuições de autores clássicos e contemporâneos. Com isso, discutem-se conceitos tal qual sexualidade, Édipo, teoria da castração, bissexualidade, pulsão perverso-polimorfa e perversão. Conclui-se que tanto a posição feminina quanto a masculina são da ordem do tornar-se e se relacionam também às implicações da relação com o objeto primário em um tempo anterior.

**Palavras-chave:** Inconsciente. Psicanálise. Sexualidade. Teoria Freudiana.

*Abstract: This work deals with the theme of the vicissitudes of sexuality, from questions made to psychoanalysis in our time. An interdisciplinary foundation is used, and contributions of classic and contemporary authors are taking into account. Concepts such as sexuality, Oedipus, castration theory, bissexuality, perverse-polymorph, and perversion are discussed. It is concluded that both the feminine and masculine positions are of the order of becoming, and related with the implications of the relation with the primary object in an earlier time.*

*Keywords: Unconscious. Psychoanalysis. Sexuality. Freudian Theory.*

A evidência de mudanças nas formas de expressão da sexualidade, observáveis tanto na clínica como na cultura, requer um olhar sobre as formulações psicanalíticas no sentido de identificar nos enunciados teóricos os elementos permanentes do funcionamento psíquico. A formulação freudiana da sexualidade infantil foi realizada durante a vigência da família nuclear monogâmica o que não quer dizer que a formulação esteja condicionada a isto.

No entanto, a forma como as famílias de hoje se compõem requer que coloquemos os enunciados psicanalíticos a trabalhar no sentido de aparar reducionismos. Não se trata de fazer caber uma teoria aos tempos atuais, trata-se de retomar os pressupostos frente às novas demandas da cultura e da clínica. Nada mais obliterante, para a teoria e a clínica psicanalítica, que a resignação aos novos tempos, em forma de tolerância, por medo de envelhecer junto com uma teoria caduca ou uma adequação ao politicamente correto dada a sua superficialidade e falta de consistência, que tantos danos têm causado no mundo em que vivemos e na clínica. Trata-se do entusiasmo com a teoria a partir do que a clínica indaga. Afinal, como diz Luis Hornstein (2012, p. 232): “Herdar teorias é

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na mesa “Bissexualidade, Édipo e as vicissitudes da Sexualidade na constituição do sujeito”, Jornada Externa InDiferençaS da Sigmund Freud Associação Psicanalítica em junho de 2018.

<sup>2</sup> Psicanalista, doutora em psicanálise pela Universidade Autônoma de Madri, membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. E-mail: sissi.castiel@gmail.com

um privilégio e um dever a cumprir. Exige atualizar seus princípios, seus métodos, dando conta de suas fontes, suas referências conceituais, seus fundamentos e suas finalidades. Herdar é efetuar uma leitura problemática, histórica e crítica, diferenciando entre história caduca e o atual.”

A cultura demanda à psicanálise, e o diálogo entre a sociologia, a filosofia, a psicologia e a psicanálise é enriquecedor para todos. O devir do pensamento psicanalítico deve incluir as relações entre a psicanálise e disciplinas conexas e o olhar para como se apresenta a cultura. No entanto, não se pode esquecer que a psicanálise tem seu objeto de estudo e relacionar-se com outras disciplinas assinala para as múltiplas determinações da subjetividade, mas sem que esqueçamos a especificidade do pensamento psicanalítico, importando esquemas alheios ao método e à metapsicologia. Abrir-se ao conhecimento de outras áreas do saber não significa apagar os fundamentos próprios. Althusser (1985), em *Freud e Lacan*, afirma que o objeto da psicanálise é o inconsciente e é específica a modalidade de sua matéria, assim como a especificidade de seus mecanismos é de uma ordem completamente distinta da matéria ou dos mecanismos que o biólogo, o neurologista, o antropólogo, o sociólogo, o psicólogo e o filósofo têm para conhecer. Dito isto, entendo que precisamos fazer trabalhar a metapsicologia, pois existe sim a redução própria de alguns conceitos, mas também existem as leituras que reduzem os conceitos. Além disso, uma coisa é a utilização dos conceitos para pensar a cultura, outra é utilizá-los na clínica e no que diz respeito ao sofrimento do sujeito, nos quais um psicanalista não pode perder o estatuto que tem o inconsciente como gerador do sofrimento.

Uma das indagações que nosso tempo traz à psicanálise é como ela vai se posicionar frente a questão do gênero e vem cabalmente demonstrar que a heterossexualidade é apenas uma das posições sexuais entre muitas, à medida que nada é natural no que diz respeito à sexualidade.

Nesse sentido, Judith Butler (2007) aponta que a assimilação entre masculino/feminino, homem/mulher atua para manter a naturalização que a palavra gênero vem contestar. Para a autora, o gênero é ambíguo e deveria ser abolido. Sua teoria *queer* aponta para uma fluidez na ideia de gênero e para a necessidade de se desmanchar o binarismo homem/mulher. Para ela o gênero é como o sujeito se designa, é mais importante que o biológico. Mas de qualquer forma, para ela, é sempre performático, antiessencialista, é uma construção histórica. Com isso quer demonstrar também que em nossa cultura a heterossexualidade é compulsória e que há uma relação de poder do heterossexual ante o homossexual. Além disso, a crítica da autora à psicanálise se relaciona ao lugar do simbólico no Édipo. A posição simbólica do pai, na psicanálise lacaniana, não cede às demandas por uma reorganização social da paternidade, necessárias a uma reconfiguração e reatualização das relações de parentesco distanciadas da cena edípica e direcionadas a um pós-estruturalismo *queer* da psiquê (BUTLER, 2014).

Para Butler (2014), os diversos gêneros não se encaixam no binarismo masculino/feminino e assimilar o gênero à sua expressão normativa é reconso-lidar o poder da norma em delimitar a definição de gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos são desconstruídos e desnaturalizados. Manter o gênero em separado de masculinidade e feminilidade é salvaguardar uma perspectiva teórica que permite analisar como o binarismo masculino e feminino esgotou o campo semântico de gênero. Este último é por natureza performático (BUTLER, 2017).

Butler (2017) questiona, em Lacan, o lugar da ontologia, dizendo que ele refuta a superioridade que se outorgou à ontologia na metafísica ocidental, à medida que o sujeito está precedido por um simbólico representado pelas estruturas de linguagem da cultura. Para a autora, em Lacan, desde a perspectiva ontológica, não há acesso ao ser, senão uma busca anterior do ser do falo. Ainda que a autora faça a diferença entre ser o falo e ter o falo, coloca que ser o falo é ser o significante do desejo do outro; é ser o objeto, o outro de um desejo masculino. Entendo que quando Lacan enuncia que o simbólico precede a um sujeito à medida que antes mesmo de nascer ele já é nomeado, e que depois que nasce, dada a natureza imagética do ser humano, na melhor das hipóteses, ele se torne o objeto de desejo do outro, está falando do caráter narcisista da relação inicial. Ser o falo se relaciona a ser um complemento narcísico da mãe e vice-versa, fundamentalmente ser um só, não há outro, trata-se do mesmo. Nesse sentido, o que o sujeito é, nesse momento, performático. O sujeito é, inicialmente, um efeito de linguagem e, além disso, um efeito do desejo do outro. É preciso a presença de um terceiro para romper esta completude, de forma que o sujeito se desaliena do desejo do outro e possa assumir seu próprio desejo. Isto inclui sua posição sexual. Esse percurso ontológico comporta uma construção. O sujeito é falado no início, portanto, performático.

É a origem narcísica do vínculo inicial da criança com os objetos primordiais que faz do sujeito um objeto alienado. No entanto, esta alienação não está relacionada ao gênero, esta alienação diz respeito ao ser como um todo. Portanto, não se relaciona a ser o outro de um desejo masculino. A desalienação não pode prescindir da saída do narcisismo. A construção do sujeito e de seu próprio desejo estão em estreita relação com a perspectiva da alteridade, o outro como outro. Estar com o outro como outro é necessariamente estar com outro gênero? Não, mas estar com o outro é prescindir da posição narcísica para a qual é necessário o terceiro. Penso que reside aí a importância de Édipo, já que é através dele que é possível um terceiro, não se trata tanto se esse terceiro é masculino, é o pai, e sim se é alguém que rompa a completude da relação inicial e que introduza a questão da renúncia.

A questão da natureza performática do gênero apontada por Butler parece estar de acordo com a concepção de Lacan (1953-1954) a respeito do caráter imaginário do eu, bem como sua ideia de que história é construção que pode ser desfeita e reconstruída. Por outro lado, ao considerar a importância do percurso ontológico do sujeito para a construção da subjetividade, também não se pode negar a importância dos restos das vivências com os objetos parentais, aspectos que vão constituir o inconsciente e que vão estar presentes naquilo que virá a ser o sujeito. Aspecto também salientado por Jacques André em um texto denominado *O inconsciente desespero da política* (ANDRÉ, 2014), quando afirma que a necessidade da consideração da multiplicidade dos gêneros não isenta do questionamento a respeito do movimento de redução psíquica a figura do Um, o que é uma dívida que se paga a Narciso.

De certa forma, esses apontamentos servem para que a psicanálise não ceda de suas próprias descobertas. Entendo que a descoberta freudiana da sexualidade infantil, em seu polimorfismo, está aí para demonstrar que as posições relativas ao gênero são muitas e esse é um dos nossos fundamentos que não podemos esquecer, ao adotar uma posição normatizante alheia ao ideário psicanalítico. Por outro lado, a psicanálise está para lembrar que a necessária consideração sobre a multiplicidade dos gêneros não nos libera de pensar suas relações com o inconsciente, o narcisismo e o Édipo. Precisamos trabalhar por

uma psicanálise capaz de considerar a diversidade; no entanto, somos determinados por nossa história e é justamente o reconhecimento desses fatores que poderá nos dar liberdade de ser e escolher. Porém, ainda parece incerto como a cultura vai articular essas questões.

Isso implica a necessidade de retomada de conceitos: sexualidade, Édipo, a teoria da castração, a bissexualidade, a pulsão perverso-polimorfa e a perversão. Em primeiro lugar, a sexualidade em Freud é uma decorrência teórica. Freud entende que, diferentemente de todo mamífero, o ser humano vem ao mundo absolutamente desaparelhado para atender às suas necessidades, precisa do outro para isso. Como uma decorrência de estado de prematuridade e dependência, ao ser satisfeito em suas necessidades experimenta prazer no contato com o outro humano. Esse prazer, que vai além da satisfação da necessidade, é de outra ordem, não diz respeito ao aplacamento da necessidade instintual. Freud, em *Três ensaios* (1905), chama de sexual a esse prazer sentido corporalmente e que o sujeito quer que se repita quando estiver em novo estado de necessidade. Isso implica dizer que a necessidade impacta diferentemente o ser humano dos outros mamíferos e por isso Freud diferenciou o que ocorre no humano do instinto que move os animais. Daí por diante o que leva o homem a agir não é a necessidade e sim o prazer. Esse prazer, que ele chama de sexualidade, não diz respeito a sexo e sim às diferentes formas de busca de prazer, que tem o corpo como fonte e objeto em um primeiro momento.

Essa concepção de sexualidade tem muitas decorrências. Em primeiro lugar, as experiências de prazer vividas junto ao outro ficam guardadas como memória e o lugar onde estão guardadas as memórias é o inconsciente. Então, a sexualidade tem um papel na constituição do psiquismo e do inconsciente, o que quer dizer que a concepção que Freud tem da subjetividade se ancora na sexualidade. De fato, dos cinco conceitos fundamentais que regem a psicanálise em Freud poderia se dizer, com tranquilidade, que a sexualidade é o fundamento do edifício de onde se derivam todos os outros conceitos, dado o lugar que ela ocupa na constituição psíquica (CASTIEL, 2015).

Essa relação entre prazer e sexualidade, e o papel que têm na vida humana, trata de caracterizar a ampliação que Freud faz no conceito de sexualidade que vai muito além do genital. Assim, a sexualidade do início da vida se caracteriza pela ausência de metas fixas e por isso Freud a chama de sexualidade perverso-polimorfa o que está em estreita relação com a bissexualidade, justamente para reafirmar a pluralidade da sexualidade perverso-polimorfa. O polimorfismo sexual, que acompanha a ideia de bissexualidade, alude à extensão para além das metas genitais que está presente desde o início. A relação entre pulsão sexual perverso-polimorfa e bissexualidade é que a pulsão perverso-polimorfa é anterior ao descobrimento da diferença anatômica, e isto quer dizer a disposição para o prazer em qualquer zona erógena, independente das zonas genitais e por isso mesmo bissexual, porque é anterior à diferença anatômica. É por isso que Freud faz uma diferença entre a bissexualidade biológica proposta por Fliess e a bissexualidade psíquica que é o que ele propõe (CASTIEL, 2015).

Isso implica pensar que existem muitas consequências psíquicas relacionadas à sexualidade infantil que não dizem respeito à genitalidade. A teoria da sexualidade infantil não tem como objeto único mostrar o trajeto da sexualidade parcial à sexualidade genital, por isso a identidade sexual não é o núcleo da problemática psicanalítica da sexualidade, é um dos aspectos, ainda que as categorias masculino e feminino participem em áreas diversas como sinais

## ARTIGO

culturais anteriores ao descobrimento da diferença anatômica e coexistem de modo paralelo à sexualidade pulsional dos primeiros tempos da vida.

A existência do outro humano que cuida da criança introduz uma sexualidade de caráter anterior ao feminino ou masculino mais além da definição biológica ou de gênero que esse adulto tenha. O menino pode se achar homem a partir de atributos que a cultura põe em jogo. O gênero antecede ao sexo na constituição subjetiva de modo tal que uma criança sabe que é menino ou menina antes de ter alguma noção a respeito da relação que implica isto com o prazer sexual e antes de que isso fique ressignificado pela diferença anatômica. Os sinais culturais que designam o feminino e o masculino fundam uma realidade que se sustenta com uma concordância com um real preexistente. A diferença sexual é ressignificada posteriormente pela diferença anatômica e isso marcará zonas de conflito e de recomposição com relação às moções enfrentadas anteriormente. Gênero e sexo não coincidem. O gênero se refere às atitudes e crenças adotadas pela sociedade e transmitidas pelos adultos, que têm a seu cargo o cuidado da criança. No entanto, esse gênero se constitui em paralelo à outra realidade que é do corpo somático e a inter-relação entre o corpo e a cultura permeada pela relação com o outro (BLEICHMAR, 2014).

Os estudos de gênero fazem visível a ideia de que existe, na cultura, uma hierarquia entre o masculino e o feminino; existe a dominação e, portanto, há a necessidade de problematizarmos a concepção do feminino e do masculino e a hierarquia estabelecida pela hierarquia imposta por uma cultura historicamente dominada pelo masculino. Além disso, o estudo dos gêneros deixa clara a necessidade da visibilidade das múltiplas formas que os gêneros se estabelecem. É através desses estudos que a cultura pode se questionar a respeito de direitos e de igualdade. Portanto, torna-se indispensável para a civilização o estudo dos gêneros, o que não quer dizer que a psicanálise e o estudo dos gêneros possam se equivaler, a relação pode ser de contribuição, não de equivalência, à medida que o objeto de estudo da psicanálise é a subjetividade e esta é constituída através da sexualidade onde o gênero é um dos aspectos que é definitivamente constituído em um segundo tempo da sexualidade. A sexualidade infantil tem um valor em si mesma dado que ela é quem constitui o sujeito e não se trata de uma etapa preparatória da sexualidade genital. A psicanálise faz parte da discussão sobre os gêneros, à medida que pode contribuir com a ampliação que faz do conceito de sexualidade e de como a identidade de gênero é uma construção. Além disso, no que diz respeito ao trabalho do psicanalista na clínica, sua ênfase é o sujeito e as implicações que isso traz a respeito da pulsionalidade e do funcionamento psíquico e não somente da identidade de gênero e das escolhas de objeto.

A sexualidade perverso-polimorfa se caracteriza por ser pano de fundo onde estruturas se desenvolvem. Se as experiências de prazer que o bebê humano tem junto ao outro é que propiciam o início da sexualidade do sujeito, isto implica que a sexualidade não é endógena, o adulto tem uma função constitutiva da sexualidade infantil. E isto tem como consequência que esse outro passa a ocupar um lugar diferenciado para o sujeito, dada a necessidade em termos de prazer e necessidade que se tem dele. Esse lugar de ancoragem, dada a dependência do sujeito do outro, representa o sustento no sentido da estrutura de quem o sujeito é. Por consequência, o que o outro diz que eu sou, eu me identifico e passa a ser eu; o investimento dessa imagem é o que constitui o narcisismo do sujeito. Assim, o papel que o outro que cuida e as mensagens que ele passa sobre quem é o sujeito são fundamentais para o ser, sem as quais

um sujeito não se constitui. Dessa forma, a psicanálise não pode concordar com a ideia de que devemos não dizer nada sobre o sujeito para não o constranger de ser o que quiser. O processo de se tornar sujeito não pode prescindir da presença inicial identificante do outro, ainda que seja para depois afastar-se dela. Portanto, a atribuição de um sexo ao filho, que pode estar ou não de acordo com o sexo do indivíduo, depende do desejo parental. Mas a saída da captura narcisista e de apropriação do desejo próprio depende da presença de um terceiro.

A existência de Édipo tem sido questionada atualmente, dada as questões relativas ao narcisismo muito mais evidentes hoje. O Édipo diz respeito à estrutura que envolve as relações da criança com seus objetos parentais e a constituição do sujeito como resultado dos conflitos entre o narcisismo e alteridade. É a intervenção de um terceiro que coloca o fim da relação fusional entre a mãe e a criança e torna-se um eixo na formação do psiquismo, à medida que se contrapõe à instabilidade da imagem narcísica que está na dependência do olhar do outro.

Em *Os complexos familiares na formação do indivíduo*, Lacan (1938) aponta que a relação narcísica com o semelhante é a experiência fundamental do desenvolvimento imaginário do ser humano, tem uma função decisiva na constituição do sujeito. É primeiro num outro que o sujeito se vê. Nesse sentido, o complexo de Édipo seria o eixo fundamental na formação do psiquismo, pois possibilitaria ao sujeito se descolar do olhar materno. Para tanto, a imago paterna seria fundamental, pois possibilitaria a saída do registro narcísico. Mais tarde, no *Seminário V, As formações do inconsciente*, Lacan (1958) analisa o complexo de Édipo, desde a prioridade do simbólico, do sujeito através da mediação do falo, o que daria ao Édipo o estatuto de estrutura. Entendo que o Édipo e a castração colocam em evidência, entre outras tantas coisas, a triangulação, a saída do narcisismo, o papel do terceiro e sua importância para a construção da alteridade.

As postulações de Green sobre o terceiro permitem colocar em evidência o pai não como um pai feroz da horda primitiva, mas sim como um terceiro objeto entre o filho e mãe, ao qual o futuro sujeito se identifica. O triângulo edípico assim constituído, possibilita a construção da imago materna de forma original por sua ausência (GREEN, 2001).

Assim, se vê que o complexo de Édipo não é um ponto de partida, mas um momento estrutural na forma que se vão rearticular os enlaces primários com os objetos, é um efeito de uma recomposição que a entrada de um terceiro elemento propicia como corte e de inscrição da metáfora paterna como chama Lacan. Em minha opinião, o que define o Édipo não é a genitalidade infantil nem a posição heterossexual ou homossexual, mas sim a possibilidade da passagem do narcisismo à alteridade. Portanto, o que o Édipo inaugura é a chance de uma relação diferente com o objeto. O narcisismo indispensável para a constituição psíquica é a presença do objeto dentro de si, causando indistinção entre o eu e o outro, é captura, e o Édipo é o que possibilita um rearranjo. Efetivamente, não importa se o terceiro é o pai, é o homem; importa que exista um corte feito por um terceiro. A família não precisa ser montada tradicionalmente na forma de pai, mãe e filho para que a teoria psicanalítica se verifique. Ocorre que isto é diferente de dizer que o pai não importa. Se as mulheres de hoje têm trabalhado para o reconhecimento justo de seu lugar, não é necessário afirmar seu lugar a partir da desqualificação do masculino, repetindo o mesmo modelo do qual se pretendia escapar.



Quando, a partir de 1923, Freud passa a pensar na premissa fálica e nas consequências psíquicas da diferenciação anatômica, o ponto de partida é o masculino, através do qual formula o papel da angústia de castração como eixo organizador da sexualidade infantil. Nessa ocasião, Freud aborda o complexo de Édipo desde o ponto de vista das identificações secundárias, a heterossexualidade e a homossexualidade. Há uma leitura superficial que pode ser feita a partir disso, e que efetivamente foi feita por alguns setores, que é a de que o desenvolvimento psicosexual parte de um narcisismo que prescinde de objetos, é um estado fechado sobre si mesmo, e a partir daí o sujeito vai se relacionando com os objetos ao seu entorno de uma forma parcial até chegar ao Édipo que determinará a relação de objeto total a partir da castração e a posição heterossexual. Dentro desse contexto, a posição homossexual é desviante. Nessa mesma linha, a sexualidade feminina foi entendida como a da posição invejosa do pênis e a sexualidade masculina como dada e não como algo da ordem do tornar-se. Nessa leitura reduzida, a sexualidade infantil é somente um preparo para sua forma final, a genitalidade. O que fez com que outros teóricos colocassem o Édipo em questão, por entenderem que o Édipo estaria de acordo com uma heterossexualidade compulsória. De fato, dentro dessa leitura parece ser assim. Mas há outra possibilidade de leitura do texto freudiano em que a teoria da castração deve ser pensada em um lugar mais amplo, que é o que lhe corresponde. Ter um pênis, não é ter o falo. A função fálica se refere a um objeto qualquer, suposto. Um objeto suposto que possa tamponar a falha fundante do sujeito, ou seja, que lhe permita a completude. Assim, percebe-se que a teoria da castração é relacionada ao fim do narcisismo como período. O que não quer dizer que o narcisismo, à medida que é estrutural no sujeito, não subsista nele para sempre. Não é uma vicissitude do desenvolvimento, é um organizador que diz respeito ao reconhecimento da incompletude, o reconhecimento da alteridade não se reduz ao reconhecimento da diferença anatômica. A teoria da castração comporta uma vertente de possibilidade. Diante da renúncia à captura, que alternativas há para o ser e isto vai muito além da identidade sexual. É empobrecedor reduzir a sexualidade infantil, a castração e o Édipo à diferença sexual anatômica.

Nesse sentido, a psicanálise está para pensar os impasses e as passagens entre o narcisismo e alteridade, dentro deste contexto se articulam os conceitos de sexualidade, inconsciente, narcisismo, Édipo e castração, conceitos dos quais não se pode prescindir. A sexualidade perverso-polimorfa é o exercício da pulsão parcial e do autoerotismo, anterior ao amor de objeto. As renúncias se estabelecem no momento em que a satisfação da pulsão atenta contra o amor de si mesmo ou do outro, aspecto que não pode prescindir da presença de um terceiro que coloca a perda da dimensão dual como uma possibilidade a ser considerada pelo sujeito.

Estou de acordo com Silvia Bleichmar, quando ela afirma que, o que se precisa colocar em destaque, a respeito da perversão, é que ela é a dessubjetivação do outro e o caráter parcializado de seu corpo como lugar de gozo, despojando o outro da possibilidade de instalar-se como sujeito em uma perspectiva intersubjetiva. A partir dessa ideia pode-se pensar que a homossexualidade não se trata de uma perversão à medida que nela, assim como na heterossexualidade, estão dadas as possibilidades de, na relação genital com o outro, um reconhecimento da intersubjetividade e do prazer compartilhado. Os modos de escolha narcisista incluem formas de amor narcisista tanto homossexuais como heterossexuais. Existem homossexualidades neuróticas, perversas e psicóticas, tal como na heterossexualidade.

Da mesma forma, a premissa fálica implica na leitura da sexualidade feminina e masculina. Entendo que é preciso articular a premissa fálica à sexualidade perverso-polimorfa e a teoria da castração. Se partirmos da ideia de que a sexualidade perverso-polimorfa, e a bissexualidade (que não se tratam de uma genitalidade precoce, como já foi dito), é um tempo que repercute de forma importante no vir a ser, então é necessário pensar de que forma ela impacta na identidade sexual. Qual a importância do objeto primordial na identidade sexual? Silvia Bleichmar (2014) demonstrou que no caminho da masculinidade, há uma posição homossexual de base que precisa ser transposta para a assunção da masculinidade. Na sexualidade feminina, o distanciamento do objeto primário e todas as suas consequências são indispensáveis para o ser mulher. Assim, percebe-se que tanto a posição feminina quanto a masculina são da ordem do tornar-se e se relacionam também às implicações da relação com o objeto primário em um tempo anterior.

## REFERÊNCIAS

- ALTHOUSSER, L. **Freud e Lacan Marx e Freud**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANDRÉ, J. **O inconsciente desespero da política**. Conferência apresentada na Jornada da Constructo. Porto Alegre, 2014.
- BLEICHMAR, S. **Las teorías sexuales en psicoanálisis: que permanence de ellas en la práctica actual**. Buenos Aires: Paidós, 2014.
- BUTLER, J. **El género en disputa – el feminismo y la subversión de la identidad**. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- \_\_\_\_\_. Regulações de gênero. **Cadernos Pagú**, n. 42, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASTIEL, S. De que sexualidade falamos? In: MACEDO, M. et al. (Org.). **Neurose: leituras psicanalíticas**. 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2015.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. **Edição brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. VII.
- GREEN, A. **El tiempo fragmentado**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.
- HORNSTEIN, L. El pensamiento clínico: complejidad en la obra de Green. **Revista de Psicoanálisis**, Buenos Aires, v. LXIX, n. 1, p. 231-244, mar. 2012.
- LACAN, J. **Os complexos familiares na formação do indivíduo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1938.
- \_\_\_\_\_. **O seminário – livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1954.
- \_\_\_\_\_. **O seminário – livro 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1958.

# O ESTATUTO DA DIFERENÇA EM PSICANÁLISE<sup>1</sup>

## THE STATUS OF DIFFERENCE IN PSYCHOANALYSIS

Eurema Gallo de Moraes <sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho versa sobre o estatuto da diferença em psicanálise e trabalha a questão das consequências que a vivência de indiferença deixa no psíquico. Para isto, retoma contribuições de autores clássicos e contemporâneos como fundamentação teórica, e um recorte clínico é utilizado como ilustração da argumentação. Conclui-se que o exercício de uma escuta sensível possibilita revigorar o reconhecimento da diferença, estatuto da psicanálise.

**Palavras-chave:** Alteridade. Escuta. Indiferença. Psicanálise.

*Abstract:* This paper deals with the status of difference in psychoanalysis and works on the consequences of the experience of indifference in the psychic. Contributions from classic and contemporary authors are used as theoretical foundation and a case report is used as an illustration of the argumentation. It is concluded that the exercise of a sensitive listening makes it possible to reinvigorate the recognition of difference, the status of psychoanalysis.

*Keywords:* Otherness. Listening. Indifference. Psychoanalysis.

A psicanálise entra no debate do cenário cultural do século XIX com um discurso, com uma posição e com uma interpretação que marca a diferença sobre o pensamento que permeava as observações da época.

A histeria, por exemplo, sabemos, era até então entendida ora como um teatro representado por mulheres desequilibradas, com as quais a convivência era considerada de mau gosto; ora como o demônio do desejo que certas mulheres carregavam no corpo. Na perspectiva dessas leituras, as neuróticas ocupavam o *lugar-alvo*, tanto dos olhares preconceituosos quanto dos tortuosos caminhos científicos daqueles tempos.

Nesse panorama, Sigmund Freud vem contestar o entendimento vigente e, sem muitas reticências, apresenta um parecer no qual afirma que a histeria é um padecimento psíquico. Portanto, seus males não são do corpo, mas, sim, um sofrimento da alma.

Algumas semanas atrás, em um seminário sobre *A origem e a evolução do método psicanalítico*, na SIG, um dos colegas observou: "A medicina pensa a cura, a psicanálise pensa o sofrimento do sujeito". É pertinente a observação, pois a psicanálise abre, indiscutivelmente, um corpo teórico aos encantos e desencantos da sexualidade, aos desdobramentos das artimanhas do inconsciente, às intensidades pulsionais, as quais, regidas pelo recalçamento, incorporam in-críveis possibilidades de destino.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na mesa "O Estatuto da Diferença em Psicanálise", Jornada Externa InDiferençaS da Sigmund Freud Associação Psicanalítica em junho de 2018.

<sup>2</sup> Psicanalista, Membro Pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, Doutora pela UAM, Madrid. Autora de livros e artigos de psicanálise publicados em revistas nacionais e internacionais. E-mail: euremagallo@gmail.com

Desse modo, surge o sujeito psiquicamente considerado em sua reflexão que dá ao humano uma singularidade intransferível, incorporando, portanto, o estatuto da diferença.

Nesse sentido, Freud registra, sem rasuras, a marca da diferença tanto na arte da interpretação, como na sensibilidade diante de narrativas de sofrimento; ou seja, vai delineando o método psicanalítico nas interrogações e nas incertezas da clínica, e, no exercício contínuo da escuta, elabora a construção terapêutica da psicanálise como uma experiência de possibilidades. Trata-se de herança valiosa, legado conquistado.

“A concepção da subjetividade como *produzida*, e não como *natureza humana* é a vertente mais fecunda do freudismo”, afirma, sem hesitar, Silvia Bleichmar. E continua seu raciocínio:

Sua força não só reside na racionalidade de seus enunciados, mas em sua capacidade clínica transformadora. Se a produção de sujeitos psíquicos é uma empresa sempre social, a psicanálise teve a enorme virtude de colocar a materialidade mesma que constitui a premissa dessa produção, de isolar as variáveis que a compõem; o caráter social da transformação da cria humana em sujeito psíquico, não se diluindo na sociedade em seu conjunto, não se confundindo com a produção geral de mercadorias ou de objetos, mas movimentando-se sob os modos concretos que lhe dão origem (BLEICHMAR, 2015. p. 62).

A partir dessa perspectiva, de pensar uma subjetividade produzida, é que a história encontra um ponto de inserção maior na teoria e na prática psicanalíticas.

**O sujeito é em si, é no outro e é com o outro**, afirmo.

Não temos dúvidas de que o sujeito se dá não só nos movimentos pulsionais entre as tópicas, mas também nos ordenamentos de suas vivências: inconsciente, sexualidade, recalçamento matéria-prima própria, experimentados e vividos em relação ao outro. O sujeito tem seu psiquismo tecido nas tramas das diferenças entre subjetividades.

Ou seja, o sujeito não se define pela sua relação com seus pais, mas, sim, por sua relação ao inconsciente. Penso que situar esta diferença é muito importante para manter vigentes os aportes de uma psicanálise sempre contemporânea, sem que nossa compreensão de sujeito se dilua em interações intersubjetivas, comprometendo os postulados freudianos de base.

Esses postulados são desafiados por inúmeras situações nas quais os sujeitos sofrem alterações significativas na raiz da constituição do seu psiquismo e, simultaneamente, irrompem-nas na construção da subjetividade de suas histórias pessoais. Refiro-me a frequentes e corriqueiras experiências traumáticas que, mais que gerar impessoalidade, provocam um desmoronamento da subjetividade que escoça, como consequência, na própria noção de humano. São experiências de excesso – as guerras, a injustiça social, os preconceitos, as perseguições, as torturas, a violência, enfim, tudo o que desregula o psíquico, fragiliza a identidade e ameaça o alcance do laço social como esperança.

Estas experiências de excesso também produzem uma diferença que desafia o pensamento psicanalítico, mas, sobretudo, o reconhecimento da diferença precisa desafiar **a indiferença dos psicanalistas**.

Assim, com esta temática – **a da indiferença** –, abro a minha participação nesta mesa. O conceito foi pensado e trabalhado por Mônica Kother Macedo e por mim à ocasião dos nossos estudos direcionados a nossas teses de doutorado, na medida em que aquelas investigações teóricas foram gestadas na fecundidade de ilustrações da clínica.

Particularmente, eu estava entusiasmada em refazer o roteiro da psicanálise em relação ao entendimento da perversão para uma proposta de encontrar caminhos possíveis de analisabilidade aos analisandos que, colocados à margem da teoria, ficaram também marginalizados em relação à nossa escuta.

São analisandos que produzem uma narrativa em atos – atos insistidos em repetições, soltos, violentos, que atordoam e desconcertam –, os quais, uma vez historiados, encontram-se tecidos em experiências vividas sob o predomínio de uma economia psíquica de excesso, muito além de um trâmite possível para uma aparelhagem psíquica, denunciando, assim, os repetidos encontros sinistros entre o eu e o outro.

São sujeitos marcados a ferro e a fogo (expressão de Joel Birman) por experiências traumáticas de abuso; surge então a expressão cunhada como *trauma-abuso*. Ao desconstruí-la, considero:

- o trauma se refere ao excesso do(s) acontecimento(s) e seus efeitos atordoantes no psiquismo;
- o abuso é a violência da indiferença, é o desmentido da percepção da diferença que existe entre o eu e o outro. Sob o efeito da indiferença o abuso é a intromissão desmedida na condição de ser do outro.

Para este momento, resumo: o trauma é o inominável, o irrepresentável na magnitude do acontecimento, e o **trauma-abuso** constitui-se no testemunho atuado na violência da indiferença.

Na direção do estudo de minha investigação, considerei o **trauma-abuso** como o alicerce do padecimento perverso, sendo a repetição na produção de atos transgressivos a manifestação da dor da indiferença.

Encontrei, nas anotações freudianas, respaldo ao meu raciocínio. Freud (1895) escreveu:

Cada acontecimento, cada impressão psíquica, estão providos de certo valor afetivo (Affektbetrag) – quantidade de afeto – do qual o ego se livra pela via de uma reação motora ou por um trabalho psíquico associativo. Se o indivíduo não pode ou não quer tramitar o excedente, a recordação desta impressão adquire a importância de um trauma. (FREUD, 1895, p. 209).

Sublinho o destaque dado à ocorrência do acontecimento cujo valor afetivo resulta um excesso de quantidade que fica à mercê das condições psíquicas do sujeito em processá-la.

O sujeito, assim aprisionado nos efeitos do excesso das cenas, registra psiquicamente as inscrições de dor. Essas forças silenciosas encontram em atos sua forma de expressão.

Esses atos, sob o domínio da indiferença, do excesso e do desmentido, formatam suas manifestações em repetições transgressivas à lei da alteridade. Ou seja, o sujeito transgredir ao desmentir a diferença que a presença do outro afirma, há uma intromissão no espaço psíquico do outro; a partir desse momen-

to o sujeito movimenta-se em uma realidade clivada, e, assim, perdido em si, também não encontra o outro.

São narrativas que, sob o domínio dos efeitos da indiferença de narciso, transgridem no reconhecimento da diferença entre a função, a posição e o valor dos personagens da trama edípica. Observa-se, como resultado deste enredo invertido, um transbordamento de angústia que encontra, no descontrole dos atos, a única via de acesso à relação com o outro.

Acredito que encontrei, na minha curiosidade teórica, respaldo para restaurar a analisabilidade a esses analisandos, os quais não só adentram o espaço transferencial, comandados por narciso, dominados pela pulsão de morte e aprisionados psiquicamente na indiferença, mas também contam sobre atos repetidos que alteram o ritmo da escuta de qualquer analista.

Apresentam interpretações persecutórias constantes, inibições severas, um tanto de angústia que se infiltra alterando o sono e a alimentação; observa-se, também, que as atenções básicas frequentemente estão desreguladas. O ritmo da perversidade desses atos é modulado entre nuances do gozo, da hostilidade, da crueldade, enfim, tanto o sujeito como o outro estão em risco sob o efeito e na repetição da indiferença.

Nossa escuta, ao transitar entre os movimentos das narrativas dos analisandos, as quais testemunham os efeitos da indiferença tanto na frágil construção de recursos psíquicos, como nos impasses que predominam na construção da subjetividade, é desafiada a construir intervenções que possam oferecer ao analisando uma experiência de especularidade, na qual se possa ver, contemplar-se na diferença inaugural deste outro encontro entre subjetividades.

É na clínica que, indiscutivelmente, nossa aventura teórica encontra as figuras que ilustram nossas argumentações. Assim, recorro e recorto esta que me parece apresentar uma estética especial ao momento.

Maio de 1992.

Antônio, um homem jovem, muito bonito, professor encantado pelas disciplinas exatas, evidencia os recursos de sua inteligência tanto na clareza do relato como na qualidade do raciocínio que sustenta. Procura análise porque acha sua “equação pessoal, uma incógnita, sabe, assim o X da questão?”.

Relata que traz em si uma peculiaridade: pela manhã é Antônio, professor de Matemática no Ensino Secundário. Assim é e se mantém até chegar em casa; reside em outra cidade, próxima de onde trabalha.

Entretanto, ao sair à tarde, transforma-se em Helena em todos os detalhes do feminino e sob os cuidados e a atenção de sua exigência. Apresenta-se aos vizinhos e amigos ora Antônio, ora Helena, como cada um fosse o irmão gêmeo do outro. Para ele, tratava-se de um jogo fácil de ganhar, uma vez que suas atividades como Antônio ocorriam em um espaço, onde os amigos também eram os colegas de trabalho; como Helena, seu grupo era outro e se divertir era o verbo.

Para confirmar a veracidade deste jogo duplo, conta sobre a observação do porteiro do prédio: “Helena, vocês são irmãos só porque são gêmeos, mas são muito diferentes, o Antônio é quieto, sisudo, é educado sempre cumprimenta, mas tu sempre alegre, com novidades para contar, não tem tempo ruim, e gosta de uma festa, hein? ”

Antônio logo acrescenta: “Não sou travesti, sou, sim, dois em um!”

## ARTIGO

Narra uma infância e uma juventude marcadas por extremos. Apresentar o pai como um homem exigente é ficar muito distante da realidade, era, sim, “um carrasco, um ditador, sua palavra era a palmatória. Nunca me enxerguei naqueles grandes olhos azuis, aqueles olhos enxergavam apenas a si mesmo”.

A mãe, uma figura silenciosa, deslizava nos afazeres domésticos, tudo era perfeito, sem sujeira e a cozinha tinha cheiro e sabor. Lembra do olhar meigo da mãe; percebia que ali tinha um colo, um embalo talvez, “mas tenho dúvidas se experimentei, se me aproximei como gostaria”.

“Queres saber como sobrevivi? Imaginava histórias a partir destes olhares que não me viam ... criava dramas, tragédias, crimes, ficava tudo dentro de mim ... me misturava entre os personagens da minha imaginação.”

Trabalhamos juntos durante um longo tempo; ao final do quinto ano do processo de análise, Antônio tomou duas decisões: residir em um país da Europa e fazer a cirurgia para ser definitivamente Helena.

Assim nos separamos!

Passados mais ou menos cinco anos, em 2002, Helena me chamou dizendo que estava no Brasil com o marido; solicitou um horário porque precisavam conversar. Aguardei-os, estava emocionada, curiosa e apreensiva.

O tema do casal, Helena e Hanz, referia-se à decisão de adotar um bebê, vontade compartilhada; o entrave estava na diferença de posição entre eles diante da adoção. Para Hanz, uma criança precisa saber da sua condição de adotada, enquanto Helena defendia que somente iria fazê-lo se isto não fosse revelado.

Estava ali, em cena, a repetição. A repetição de histórias, de processos atualizados, de experiências em *après-coup*. Escutei-os atentamente, mas apenas assinalei que precisavam continuar conversando sobre o assunto e que possivelmente o encaminhariam de maneira que ficasse tranquilo para todos. No meu íntimo apostava no alcance do processo de análise de Helena.

Passaram-se dois anos, em 2004, Helena me chamou para participar a chegada de Izabel, uma linda e saudável menina, adotada desde o nascimento.

Contou-me que, no nosso último encontro, meu olhar revelou o que efetivamente precisava ser dito; precisava, sim, afirmou, “desativar a bomba da repetição”. Portanto, tinha contado para o marido sua história, não tinha sido nada fácil, mas estava muito tranquila e, agora, na expectativa do novo desafio – ter uma família.

Aproveitava também para me contar um sonho que tivera recentemente. No sonho, procurava lenha para acender a lareira e não a encontrava. Foi ao sótão da casa, abriu um baú, o qual estava cheio de palmatórias, não eram uma ou duas, eram muitas, muitas ... “Fiz um fogo daqueles e o frio passou ... aqueceu a sala e ficamos todos bem ... mas, acredita, parece incrível, também aqueci minha alma. Esta última parte não é do sonho, é para ti, pensando melhor, é para nós”.

É possível que Helena, ao ver-se, com amor, no meu olhar, também pôde perceber a diferença do outro. Quebrou, assim, o circuito pulsional da parcialidade como meta, inaugurando um movimento sublimatório na direção de um real que não mais precisa ficar preso em seu imaginário como um fantasma assustador; ao contrário, pode ser aproveitado como uma outra experiência de viver.

São processos de análise que requerem outras construções nestas fissuras psíquicas. Precisamos, então, como analistas, criar intervenções que facilitem o devir da diferença em ser e em ser com o outro.

É necessário que continuemos pensando sobre os desafios que à clínica propõem esses analisandos psiquicamente alicerçados nos efeitos de vivências de indiferença e que têm no ato-dor inscrições que testemunham seus sofrimentos.

A vivência de indiferença deixa no psíquico a marca da crueldade do abuso, rasurando os traços fundamentais à subjetividade – *o amor, o pudor e a vergonha*; conseqüentemente, fratura o essencial à alteridade – *a confiança*.

Acredito que, no exercício de uma escuta sensível, está o restauro possível em revigorar o estatuto da psicanálise: o reconhecimento da diferença, na medida em que o estatuto da diferença é *ser visto/ver-se/ver*.

#### REFERÊNCIAS

BLEICHMAR, S. **Do motivo de consulta à razão de análise e outros ensaios psicanalíticos**. Tradução Rogéria Coutinho Brandani, Maria Cristina Perdomo. São Paulo: Zagodoni, 2015.

FREUD, S. Algunas consideraciones con miras a um estudio comparativo de las parálisis motrices orgánicas y histéricas. In: STRACHEY, J. (Ed. e Trad.). **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1976. v. 1, p. 193-210.

MORAES, G. E. Perversão: analisabilidade de um destino em cena. In: MACEDO, M. M. K.; WERLANG, B. S. G. (orgs.). **Psicanálise e universidade**: potencialidades teóricas no cenário da pesquisa. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

MORAES, G.E.; MACEDO, M.M.K. **Vivência de indiferença**: do trauma ao ato-dor. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.



# EU É UM OUTRO<sup>1</sup>

## I IS ANOTHER

Bárbara de Souza Conte <sup>2</sup>

**Resumo:** A partir do texto *Anotações sobre uma pichação*, de João Moreira Salles, o presente artigo aborda duas falas - *não fui eu* e *eu não* - que nos indagam sobre duas negações: enquanto na primeira o sujeito não se implica com o outro, pois não o reconhece, na segunda ele legitima sua ação. Essas posições são discutidas a partir dos textos freudianos que apontam a organização pulsional sustentada pelo recalque e pelo desmentido, o que implica em ações éticas distintas. Esta compreensão do reconhecimento do outro aponta para a possibilidade de que pactos coletivos possam substituir pactos denegativos e a violência, enquanto excesso e repetição, possa ser transformada.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Desmentido. Violência. Reconhecimento. Alteridade.

*Abstract: From the text Notes on a graffiti, by João Moreira Salles, the current article deals with two lines - it was not me and I do not - that ask us about two negations: while in the first the subject does not get involved with the other, since he does not recognize him, in the second he legitimizes his action. These positions are discussed from the Freudian texts that point to the drive organization supported by repression and disavowal, which implies different ethical actions. This understanding of the recognition of the other points to the possibility that collective pacts may replace denegative pacts, and violence, while excess and repetition, can be transformed.*

**Keywords:** *Psychoanalysis. Disavowal. Violence. Recognition. Otherness.*

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na mesa "O Estatuto da Diferença em Psicanálise", Jornada Externa InDiferença da Sigmund Freud Associação Psicanalítica em junho de 2018.

<sup>2</sup> Psicanalista. Doutora em Psicologia pela Universidade Autônoma de Madrid. Membro Pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Coordenadora do Projeto Sig Intervenções Psicanalíticas. Coordenadora do Projeto Clínicas do Testemunho/SIG (2013/2015). Integrante da equipe do Clínicas do Testemunho/Instituto APPOA (2016/2017). E-mail: barbara.conte@globocom

O "Eu" é uma ficção na qual, no máximo, podemos ser coautores. Eu é um outro. (Rimbaud)

Este trabalho foi inspirado no artigo de João Moreira Salles *Anotações sobre uma pichação* (SALLES, 2018). Trata de uma frase que começava a aparecer nos muros do Rio de Janeiro. Ela dizia *Não fui eu*. Em seu artigo, João Salles comenta: "ao menos para mim, as duas coisas – desabafo e pichação – eram manifestações distintas de uma mesma ideia: se cheguei até aqui apesar dos outros, o que diz respeito ao mundo não me concerne. *Não fui eu*. O sujeito desta frase é indeterminado, não é responsável pelo que passa ao seu redor, preocupa-se consigo mesmo e isso lhe basta. Inexiste nós. Existe eu. E eu é inocente. Ao afirmar que *Não fui eu*, com tinta escorrendo pelas mãos, por assim dizer, é prova de que, sim, foi você" (p. 26-27).

Marca o negado como afirmação: modelo do recalque. Mas diz também que, “apesar dos outros, o que diz respeito ao mundo não me concerne”, evidenciando outro mecanismo que quer manter algo alheio ao ego, *desmentido*.

O autor contrapõe essa imagem à história de Joachim Fest, historiador alemão, sobre seu pai Johannes, professor em uma escola em Berlim. Logo após a ascensão de Hitler ao poder em 1933, o novo regime mandou que as escolas compilassem a lista de todos os alunos judeus. Johannes iniciou seu processo de resistência negando-se a fornecer a lista, o que culminou com sua demissão, expulsão dos filhos da escola, proibição de trabalho e a família foi banida da comunidade, o que levou todos os seus membros ao isolamento e à miséria, até o final do nazismo. Certo dia, frente à pressão dos filhos sobre sua resistência ao regime, Johannes convocou seus cinco filhos e disse que iria contar-lhes algo para torná-los adultos. *Etiam si omnes, ego non. Mesmo se todos os outros, eu não!* Citação do Evangelho segundo São Mateus, quando Simão Pedro afiança a Cristo que ele, o primeiro dos apóstolos, não o abandonará. Simão não cumpriu sua fala, pois o negou por três vezes, sendo que a última dizendo que não o conhecia e, assim, “entregando” Jesus. Já Johannes sustentou até o fim sua oposição ao totalitarismo e terror de Estado.

Partindo das ideias desse belo artigo temos, então, um *Não fui eu* e um *Eu Não*, duas negações, mas posições distintas. A primeira de quem não se implica com o outro, pois não o reconhece; a segunda que legitima seu não por sua ação, pois depois de 13 anos ele poderia dizer que não foi ele que sustentou o nazismo.

Ressalto que as situações de extrema violência se associam a novas perguntas tanto na clínica como na cultura, por serem estas indissociáveis, o que pode nos levar a novos achados e, quem sabe, a novas respostas. Foi assim quando as neuroses de guerra levaram Freud a retomar a teoria do trauma. É assim hoje frente ao enfraquecimento do sujeito na condução do pacto social que nos indaga sobre como, então, responsabilizar-se, compartilhar uma ação ética diante da ruptura do pacto democrático que coloca em jogo o desmentido e a cisão do ego.

Indaga-nos, também, sobre os dispositivos que a psicanálise dispõe para operar individual e coletivamente na escuta de sujeitos afetados pela violência de Estado. Este trabalho, assim, apresenta questões que são fruto das inquietações dos projetos desenvolvidos no SIG Intervenções Psicanalíticas.

Passamos a considerar as duas negações no contexto da convocação dessa mesa: o estatuto da diferença em psicanálise sob o ponto de vista do não reconhecimento da diferença ou de sua legitimação. Quem sou eu e quem é o outro da indissociável inscrição de que *Eu é um outro*. Iniciamos com *Totem e Tabu* (FREUD, 1913/1990) e suas duas teses: uma que indica que, “para tornar-nos adultos”, há uma primeira interdição que gera renúncia; e outra que legitima o assassinato do pai primevo a partir do pacto coletivo dos irmãos. Ou seja, há um trabalho subjetivo, próprio de cada um, de ter em si a lei, e há um trabalho coletivo, um pacto de não repetição do assassinato que vale para todos e que legitima a lei. Do ato singular de renúncia de matar, de possuir o interdito e de devorar o inimigo, o simbólico pode advir e a coletividade legitimar-se a partir do ato singular de muitos.

O coletivo, então, é obra de semelhantes, não idênticos, e tem como consequência duas posições: “que eu me reconheça, ou não, no ato singular de um indivíduo específico, mas que não negue minha responsabilidade no projeto

## ARTIGO

comum” (SALLES, 2018, p. 28). Portanto, o reconhecimento do outro e da confiança no outro conduzem à ação. As duas posições, em que eu me *reconheço*, ou não, no ato do outro, levam em conta o tabu como interdito, mas somente o *eu não* é porta-voz da renúncia que possibilita o pacto coletivo, uma vez que se responsabiliza e sustenta a ação de oposição, pois o extermínio está interditado pelo tabu – diferente de Eichmann, que dizia estar apenas cumprindo ordens.

Com Freud aprendemos em nossa prática as inúmeras manobras que o psiquismo constrói frente ao sofrimento e ao conflito. Quando o interdito é selado e se instala como herdeiro do complexo de Édipo, temos não só o estatuto de que EU seja diferente de EU, mas também que o outro seja algo em mim e diferente de mim, como *disse* Hegel (1999) ao falar do reconhecimento e da diferença. Se assim for, podemos pensar na responsabilidade em relação ao outro. Ao trilhar essa via, pensamos na necessária transformação do eu ideal em ideal do eu, legitimação do sujeito perante a lei, e do superego como representante da ação ética em relação aos outros sujeitos. Afirmamos, então, que há um eu atravessado pelo outro onde se torna possível um pacto coletivo que promove transformação, criação, diferente da polarização eu e outro, que se caracteriza pela radicalidade da pura inversão/oposição. Nessa perspectiva, ressalto a importância dos pactos coletivos frente a situações de violência como possibilidades de criação.

#### DO RIVAL AO INIMIGO

Pensando com Freud, localizamos o conhecido e o desmentido em seu texto *Uma perturbação de memória na Acrópolis* (1936/1990), às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

Freud situa, inicialmente, o desmentido ao campo da memória, algo falseado pela memória, referindo-se ao *fausse reconnaissance*, falso reconhecimento, do dito e do percebido. “Se viu obrigado a crer em algo cuja realidade até então parecia incerta: então a Acrópolis existe tal como aprendemos na escola?” afirma em sua carta a Romain Rolland (1936/1990, p. 215). A incredulidade gera a desfiguração de um fragmento da realidade e é deslocada de duas maneiras: remete ao passado e é transladada de mim para Acrópolis. A dúvida muda de conteúdo: o que estava posto em mim recai na realidade objetiva. De não acreditar que eu pudesse fazer tal coisa, passo a não acreditar que algo existe à custa de um enunciado falso acerca do passado (ele não existe).

Nessas construções, Freud afirmava a importância da angústia de castração. Estar ou não estar o pênis. Ver ou não ver um vazio, um buraco. Afirma, assim, que aquilo que há de estranho primeiramente em mim – a angústia de castração – é deslocado ao outro, mas com esse importante significante – é deslocado ao outro enquanto rival, estranho, desconhecido, estrangeiro (FREUD, 1936/1990, p. 218). Dessas afirmações de Freud podemos pensar que o *não fui eu* em questão hoje é a realidade desfigurada que não reconheço. E a realidade desfigurada hoje – diferente da constatação de Freud de que a Acrópolis existia, pois está deslocada de mim – é indicada, então, como uma realidade que não existe “se não existe o corpo não houve a morte”, desfigurando a via simbólica. E se não há registro de memória que dê suporte à história, ou ela é silenciada/apagada ou reinventa-se a cena (autos de resistência) ou ignora-se o ocorrido. E, por fim, o embate com outro rival que supõe o reconhecimento de que um ganha e o outro perde torna-se o banimento do inimigo. Nesse contexto, voltamos a nos

perguntar: Como, então, responsabilizar-se por algo da realidade assim desfigurada? Como compartilhar uma ação ética?

Em 1933, Freud já fora indagado por Einstein quanto à possível ameaça ao processo civilizatório frente ao por que da guerra. Em resposta, ele afirma que, diante da violência, há de se instalar traços de identificação e estabelecer vínculos amorosos que legitimem a existência do eu e do outro e oportunizem o reconhecimento da diferença.

Sabemos do fracasso do poder não legitimado quando a Liga das Nações, criada para manter a paz entre as nações, deixa de existir e permite a ascensão de Hitler. Esse resultado levou, novamente, os povos à guerra e fez, mais uma vez, Freud ampliar sua compreensão de que o desmentido estivesse além do campo pulsional (da memória, do prazer/desprazer e da realidade) como organizador do eu e do inconsciente. Em 1937, com a *Cisão do ego como mecanismo de defesa* frente ao excesso do real que a guerra anunciava, apontava para que um novo pacto de não repetição tivesse que operar: que o diferente de mim não fosse tomado como estrangeiro/inimigo, passível de ser destruído. Abriu o horizonte da compulsão de repetição e do real para o tema do outro – da alteridade na dimensão do efeito traumático.

Não por acaso esse trabalho começou a ser escrito no Natal de 1937 e foi interrompido em função de seu exílio para Londres em 1938, aí já como inimigo/estrangeiro do regime totalitário nazista.

Na nota introdutória, James Strachey (1937/1990, p. 273) assinala que o artigo aprofunda a indagação do eu e seu comportamento em situações difíceis. Entrelaçam-se nele dois temas que vinham ocupando Freud: a noção de “desmentida” (*verleugnung*) e a ideia de que ela resulta em uma “cisão” do eu. Desmentida do quê? De uma realidade insuportável que é percebida, mas refutada sob a forma de uma cisão do eu. Portanto, um mecanismo que se desloca do âmbito do pulsional (como na descrição do fetiche, conflito entre a exigência da pulsão e o veto da realidade objetiva) e é dirigido para o real do trauma. Algo que adquire tamanha intensidade que cliva o eu, onde parte reconhece a diferença do outro (falta do pênis da mãe) e a outra desmente a diferença (coloca o diferente na condição de banido).

Podemos pensar, a partir desse texto, que ficou “em aberto” por Freud, que nem toda a desmentida produz perversão (como quando tinha o fetiche como modelo). Amplia a noção de cisão para um mecanismo frente ao excesso do real, da violência, que introduz necessariamente a questão do outro sob outra categoria de diferença, além da sexual e geracional. Introduz o outro em sua condição de viver ou ser matável (Agamben), eliminando-o sem restos.

Para nos auxiliar neste ponto, introduzo Tzvetan Todorov (1993), que propõe que, entre o reconhecimento da diferença e o desmentido, instalem-se eixos para pensar a alteridade: “1) um julgamento de valor de quem vale ou não; 2) uma ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro, em que o que está em jogo é a submissão, e 3) conhecer ou ignorar ao outro. Entre se identificar com o outro ou ser assimilado por imposição, há um terceiro termo que é a neutralidade ou a indiferença” (TODOROV, 1993, p. 183). Ao pensarmos nesses eixos, temos que a alteridade supõe formas de identificação e de reconhecimento ou o seu oposto, o assujeitamento, ou a aniquilação do outro com violência.

Levamos em conta que dar valor, reconhecer, não submeter e não ignorar o outro supõem formas de identificação e de reconhecimento que estabelecem uma aproximação com o outro e que cria um entre: algo a conhecer. Ou temos o seu oposto: desfazem-se os laços sociais por assujeitamento ou aniquilação e violência, em que o entre é ignorado por indiferença e neutralidade. Todorov nos faz pensar que *entre* o reconhecimento e a aniquilação há uma criação entre um e outro: *a identificação*.

Retomando, então, o artigo de Moreira Salles, penso sobre o que pode ser o duplo sentido do desabafo, pichação – não me responsabilizo e ignoro o que é insuportável e me torno incrédulo, desmentindo a realidade. *Versão não fui eu*, sem responsabilização, só o desabafo.

Mas também podemos pensar, com a experiência da escuta e do testemunho coletivizado que a psicanálise promove, desarmar a destrutividade e os pactos denegativos que trabalham para tamponar o mal-estar na cultura. Que talvez a pichação – como uma imagem – possa tomar um caminho de criação, fazendo aparecer sob a forma de traços de memória os efeitos do *não fui eu*, trazendo à tona um alerta à não repetição. O *não fui eu* pode ser um ato de desmentida, que parece denunciar uma não responsabilização ou ser tomado como vários atos-imagens que se repetem como um eco, uma repetição que introduz a criação, a alteridade. Repetição como possibilidade de religação que produz um “desvio” de sentido que Emmanuelle Berger chama de repetição alterante, princípio de uma interpretação analítica fundada sobre a ressonância do dito (PORGE, 2015). Desvios de sentido que, ao serem tornados repetidos e coletivizados, “pervertem” o desmentido, alertam para uma memória. Possível transformação, por *après coup*, de sentidos desligados, criação de um sentido onde havia um vazio. Abertura de uma identificação.

No texto da Acrópole, Freud narra o momento quando o rei Boabdil, o último rei mouro em Granada, no século XV, recebeu as cartas que informavam que Alhambra fora retomada pelos espanhóis, *joga-as* no fogo e *mata* o mensageiro, ou seja, ignorou o acontecido e o outro. Diferente desse ato, a pichação pode ser um chamado à memória, uma tentativa de tirar do assujeitamento e da indiferença os que se calam.

Já o *Eu não é*, por sua vez, a experiência limite da resistência, da afirmação do valor, da organização, do não ignorado da violência do real, que envolveu o destino de toda a família, mas fez Joachim Fest *tornar-se um homem* que se responsabilizou por sua memória e escreveu como historiador o livro *Memórias da Infância Alemã*, dedicado a seu pai, e a biografia mais famosa sobre Hitler, que deu origem ao filme *A Queda*.

Finalizo reafirmando o pacto coletivo como instauração de uma aproximação frente ao que pode ser conhecido e não ignorado. Transformação que não ocorre por imposição, mas por identificação e que aparece no testemunho de um sobrevivente de Auschwitz que disse que “a adesão ao nazismo começa desde a infância em duas condições, quando uma criança concebe a seu semelhante como alguém de menos valor, e quando não adquire a capacidade de dizer não” (VIÑAR, 2005, p. 36). Alerta para nosso tempo sombrio.

## REFERÊNCIAS

FREUD, S. (1913 [1912-13]). Tótem y Tabú. In: **Sigmund Freud Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. v.13.

\_\_\_\_\_. (1936) Carta a Romain Rolland (Una perturbación del recuerdo em la Acrópolis). In: **Sigmund Freud Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. v.22.

\_\_\_\_\_. (1933[1932]) Por qué la guerra. **Sigmund Freud Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. v.22.

\_\_\_\_\_. (1940[1938]) La escisión del yo en el processo defensivo. **Sigmund Freud Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. v. 23.

HYPPOLITE, J. **Gênese e estrutura da fenomenologia do espírito de Hegel**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

VIÑAR, M. Alegato por la humanidad del enemigo. In: Kunzler, F.; Conte, B. (Orgs.). **Cruzamentos 2: Pensando a Violência**. São Paulo: Escuta, 2005.

PORGE, E. Entre voces y silencios. In: **LaPsus Calami: La Angustia y lo Unheimliche. Convergencia – Movimento Lacaniano por el Psicoanálisis Freudiano**. Buenos Aires: Letra Viva Editorial, 2015.

SALLES, J. M. Anotações sobre uma pichação. In: **Piauí** 139, abril. São Paulo, 2018.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

## BREVE APRESENTAÇÃO

### SEÇÃO EM PAUTA

A seção **Em Pauta** desta edição conta com quatro diferentes trabalhos: *Maria Marina: as encruzilhadas da construção da identidade sexual*, de Julia Gaertner Geyer; *Cidades (in)visíveis*, de Arthur Toledo Rodrigues; *O dever e o devir: um relato de experiência sobre a psicanálise no processo de vistoria de comunidades terapêuticas*, de Róger de Souza Michels; e *A psicanálise e a violência de Estado ontem e hoje*, de Ágata de Mesquita Barbi e Giordanna Conte Indursky.

Os textos aqui publicados são os quatro temas livres premiados na Jornada Externa da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, cujo tema foi InDiferençaS, ocorrida no ano de 2018. As inscrições tiveram um número expressivo de participantes, cujos trabalhos foram analisados e avaliados de forma criteriosa e respeitando os quesitos exigidos. Tarefa difícil frente à riqueza e qualidade dos trabalhos apresentados.

Os temas desenvolvidos nos escritos expõem a abrangência da Psicanálise como saber e como fazer, evidenciando a ética da escuta clínica psicanalítica e sua potencialidade transformadora, bem como sua relevância na dimensão social e política. As produções desses autores ressaltam a diversidade e a importância dos temas concernentes à Psicanálise e seu diálogo com outras áreas de saber.





## MARIA MARINA: AS ENCRUZILHADAS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SEXUAL<sup>1</sup>

MARIA MARINA: THE CROSSROADS OF THE CONSTRUCTION OF THE SEXUAL IDENTITY

Julia Gaertner Geyer<sup>2</sup>

**Resumo:** Atualmente, a psicanálise vem sendo chamada a dar sua contribuição nas diversas discussões acerca do conceito de gênero, identidade sexual e as novas formas de subjetivação na contemporaneidade. Uma vez a teoria da sexualidade sendo a grande ruptura epistemológica freudiana, não poderíamos nos omitir a entrar neste tão acirrado debate. Sendo assim, é através da minha experiência clínica com Marina Maria, uma paciente intersexo, que proponho o pensar e a escuta da psicanálise, seu alcance, seu objeto de estudo e suas diferenças nas discussões e entendimentos sobre o conceito de gênero e de identidade sexual.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Intersexo. Gênero. Identidade sexual.

*Abstract: Currently, psychoanalysis has been called upon to make its contribution in the various discussions about the concept of gender, sexual identity and the new forms of subjectivation in contemporary times. Once the theory of sexuality being the great Freudian epistemological rupture, we could not omit ourselves to enter into such a heated debate. Thus, it is through my clinical experience with Marina Maria, an intersex patient, I propose to think and listen to psychoanalysis, its scope, its object of study and its differences in the discussions and understandings about the concept of gender and sexual identity.*

*Keywords: Psychoanalysis. Intersex. Gender. Sexual identity.*

<sup>1</sup> Texto apresentado como tema livre na Jornada Externa InDiferençaS da Sigmund Freud Associação Psicanalítica em junho de 2018.

<sup>2</sup> Psicanalista, membro efetivo e membro do Espaço Psicanalítico para Estudantes da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. E-mail: [jugeyer@gmail.com](mailto:jugeyer@gmail.com)

se ausentem de posicionar-se enquanto seu lugar e seu modo de pensar, bem como entender os sujeitos psíquicos e os processos subjetivos da identidade sexual. Todavia, acho importante ressaltar que demarcar o nosso objeto de estudo não significa não reconhecer outros, apenas delimitar aquilo que pertence à psicanálise e o fazer psicanalítico.

Sendo assim, é através da minha experiência clínica e da minha escuta enquanto analista que me pus a pensar o assunto, tomando como partida uma história que tive o privilégio de acompanhar e que tanto me fez refletir acerca do meu lugar enquanto psicanalista no entendimento da identidade sexual. Com isso, apresento Maria Marina, nome que propus a esta paciente.

Em uma dada sexta-feira, no meu último horário da manhã, abro a porta da minha sala para chamar Maria Marina que aguardava a sua primeira sessão comigo. Dela, só conhecia seu nome. Olho para a sala e percebo que ali estava ela. Ela? Onde estava ela? Eu pensei. Maria Marina, um nome duplamente feminino, estava de chuteiras, calça de abrigo e de forma ambivalente vestia uma blusa tipicamente feminina. Convido Maria a entrar. Sentada à minha frente, olhando uma a outra, a adolescente, que buscava alívio para a sua dor, instiga em mim um inicial estranhamento. Ela tinha feições e o corpo de um homem. Seu cabelo estava raspado, o rosto tinha traços fortes, e seu corpo, pouco coberto pelas roupas compatíveis com as altas temperaturas de dezembro, mostrava-se definido, com uma musculatura tipicamente de um adolescente em desenvolvimento. Impossível negar que eu estava confusa, fiquei surpresa com a menina que se apresentava. Ao olhá-la inicialmente, percebi um menino, mas sabia que este não era o meu lugar e que muito além de enxergar, precisava lhe escutar. Entendi que precisava ir além do campo visual e abrir espaço para a narrativa de Maria e somente assim poderia conhecê-la, escutar sua demanda, seu sofrimento e sua história. Esbocei-lhe um sorriso e, sem precisar dizer uma palavra, ela pôs-se a falar. Contraditoriamente ao seu aspecto físico, Maria Marina tinha uma voz doce, de risadas de uma adolescente encabulada por estar ali a contar toda a sua trajetória de ambivalências, desamparo e certamente muito sofrimento.

Maria Marina é a última filha do casal. No seu nascimento constatou-se uma malformação nos órgãos genitais, aquilo que atualmente a medicina denomina de intersexualidade, ou seja, sujeitos com a genitália ambígua. Maria Marina havia nascido com um pênis e uma vagina e, meses após o seu nascimento, a equipe médica, juntamente com a sua mãe, decidiu por realizar aquilo que eles denominam de “cirurgia corretiva”. Retiraram-lhe o pênis e lhe foi designado o sexo biológico feminino. Porém, a complexidade se apresenta quando Maria Marina, possui o fenótipo (ou seja, sua aparência física) masculino. Do ponto de vista do corpo anatômico, Maria Marina apresentava uma vagina em um corpo de homem. Aos dois anos de idade, foi realizada a primeira cirurgia de reconstituição vaginal, sendo necessária repeti-la alguns anos mais tarde, quando ela tinha oito anos, devido ao desenvolvimento corporal que a paciente teria ao longo dos anos. Através de inúmeros exames que lhe foram feitos, verificou-se que ela apresentava um útero, porém não possuía o canal vaginal.

As vicissitudes da vida de Maria trazem na sua história marcas traumáticas de extremo desamparo. Aos seis anos, sua mãe veio a falecer, sendo necessário que o pai iniciasse os cuidados com a filha. Entretanto, seu pai sendo um alcoolista grave, a falta dos cuidados básicos e o risco iminente foram decisivos para que ela fosse enviada para um abrigo municipal. Quando lhe questionei o

motivo da morte de sua mãe, ela me dizia não saber, porém sentia que seria de desgosto: *“Ela morreu porque não aguentou me ver”*.

Nas suas primeiras sessões me conta da sua angústia de ter que *“decidir-se”* menino ou menina. Estava com dezesseis anos, período da sua última reconstituição vaginal e aguardava a data da cirurgia. Maria me diz: *“o médico me perguntou o que eu queria ser, porque agora está na hora de eu tomar os remédios de hormônio e eu preciso decidir se quero ser menina ou menino. Foi muito ruim ter que decidir isso, mas eu já me decidi, eu quero ser menina. Se eu for menina vou me sentir melhor perto das minhas amigas. Eu não me sinto bem assim, não gosto de quem eu sou. Queria ter menos músculos, menos corpo de homem. Eu gosto de uma menina da minha escola, o nome dela é Luiza, penso nela o tempo todo. Uma vez ela me disse que eu estava linda, foi quando me maquiaram na escola. No início eu não gostei, me senti estranha, mas depois, quando a Luiza me disse que eu estava linda, daí eu comecei a gostar de tudo aquilo. O que tu acha que eu devo fazer para chegar perto dela? Porque eu acho que assim, do jeito que eu sou, ela não vai gostar de mim. Acho que eu tenho que ser mais feminina, tenho que ter mais jeito de mulher. Por isso que eu acho que mais tarde, as coisas vão melhorar. Mais tarde, quando eu fizer a cirurgia. Eu fiz aquela coisa de entrar na máquina sabe? Como é que eles chamam? Ressonância né? Ah sei lá. Fiquei com medo, aquilo é estranho. Os médicos estão tentando descobrir o que tem dentro de mim, se tem coisas de menino ou se tem coisa de menina”*.

Percebia que Maria tinha uma grande expectativa frente a essa cirurgia, retirando-se da necessidade de pensar-se e poder trilhar o caminho da sua sexualidade, independente do processo cirúrgico ou hormonal. Questionava-me que identidade sexual seria essa que ela idealizou a qual estaria posta apenas no campo do visual, do biológico e da aparência? Sabia que durante os nossos encontros teria que pôr Maria a pensar. E então lhe questionei: *“E o que tu sentes que tem dentro de ti?”*. E ela me responde com um olhar entristecido: *“sinto que tem mais coisas de menino dentro de mim. Eu gosto de fazer serviço de homem, pegar peso, cortar grama. A Luiza me perguntou como eu era antes, e eu disse que eu me vestia mais como um menino, mas que agora, depois da cirurgia, eu vou ter que me vestir mais como menina, usar roupas coloridas, com flor, bonecas, usar brinco”*. Chamava-me atenção as palavras *“vou ter que”* e lhe questionei: *“e é isso que tu queres?”*. E ela me responde: *“é isso que eu vou ter que fazer, só assim eu vou me sentir melhor perto das meninas”*.

No decorrer da análise de Maria, muitas perguntas eu me fazia. O caso me inquietava, muitas vezes me perdi para depois me encontrar enquanto analista. Primeiro, possivelmente porque naquele tempo ainda estávamos juntas em sua análise, eu me pus a pensar sobre como eu entendia Maria clinicamente, seu movimento pulsional, estruturação e constituição psíquica. Hoje, motivada pelas discussões atuais sobre os chamados estudos de gêneros e novas cartografias sexuais, resgatei a narrativa de Maria naquilo que, enquanto psicanalista, eu entendia a respeito de corpo, sexo, sexualidade e gênero. Entretanto, ao fazer este percorrido, surpreendi-me ao perceber que esses dois tempos não estão tão distantes assim.

Ao resgatar Freud, bem como as inúmeras críticas atuais a respeito de suas ideias, fica claro que somente através de uma leitura aprofundada de suas teorias é possível entender que ele estava muito além de seu tempo ao sustentar a importância do devir e não do biológico, nem do convencional da feminilidade e da masculinidade, assim como a incerteza e a instabilidade a respeito desses

significados. Entretanto, ao trabalhar com conceitos que são produtos de uma lógica binária, acabou sendo criticado por defender aquilo que ele mesmo gostaria de combater. Uma leitura atenta de seus escritos nos permite observar que nestes masculinidade e feminilidade “são pontos de chegada e não de partida” (CECCARELI, 2010, p. 274).

Logo, tanto a subjetividade quanto a sexualidade são produtos, e, por isso, singulares, resultados das encruzilhadas da história das relações que a criança estabelece com os outros desde o seu nascimento ou mesmo antes, no desejo e no projeto de seus pais. E são estes marcos das relações com este outro que vão estabelecendo as bases indefinidas e indeterminadas da pulsão. É necessário distinguir alguns conceitos e entender que Freud não fala, no sentido estrito, da estruturação de homens e mulheres e sim da construção da feminilidade e da masculinidade, sendo que estes últimos não correspondem somente aos primeiros (TUBERT, 2003).

Abastecidos disso, quando retomamos a narrativa de Maria, é possível resgatarmos a teoria do estágio do espelho em Lacan (1949), que, ao procurar a imagem de si, a criança encontra apenas a imagem do outro, com a qual se identifica e se aliena. Marcas de uma fase dual, onde a criança, que ainda não tem acesso a fala, é falada pelos outros (LACAN, 1949). Aprisionada no espelho materno, Maria, neste primeiro tempo de sua análise, não podia acessar o que ela mesma percebia que “tinha dentro dela”. Precisava corresponder à imagem do desejo da mãe: a Maria Marina, menina, de nome que não por acaso, afirmava duplamente o desejo da filha na mãe. Mas poderíamos questionar se esse era o real desejo de Maria ou se a fantasia de ter matado a sua mãe de desgosto não lhe era tão cara a ponto de resgatar a feminilidade tão desejada por ela. Que preço assustador teria para Maria o reconhecimento de seu próprio desejo? Talvez a quebra do espelho, algo que naquele momento Maria não suportava fazer.

Por motivos pessoais, ela e eu nos despedimos antes de que sua cirurgia acontecesse. Mais tarde tive notícias. Maria não realizou a cirurgia, interrompeu o processo hormonal, assumiu a identidade masculina e atualmente mora com a sua companheira. Futuramente pretende mudar de nome e por motivos de saúde terá que realizar a retirada do útero. O custo? A raiva que lhe assola pelo reconhecimento do desejo materno.

A encruzilhada onde se encontrava Maria Marina, ao ter que responder à pergunta médica sobre qual seria a sua “escolha” nos ilustra que esta “escolha” por si só já é uma encruzilhada. A identidade sexual é uma trajetória com diversos atravessamentos, pontos de uma história que se cruzam e se amarram resultando naquilo que Joel Birman (2010) chama de “corpo-sujeito” (BIRMAN, 2000, p. 21), palco do processo identificatório e cartografia singular do prazer e da dor, na qual narrativas e histórias demarcam o processo do corpo erógeno e da pulsão.

Sendo assim, se a construção da identidade sexual se situa no ponto de convergência do universal e do singular, da igualdade e da diferença, não há para a psicanálise normas convencionais e estadísticas para definir a masculinidade e feminilidade (TUBERT, 2003). Eu me alio a Silvia Bleichmar (2009) quando ela insiste em utilizar a denominação identidade sexual e não de gênero, entendendo que o gênero adquiriu um caráter claramente social, determinando um modo de conduta prescrito. Com isso, a identidade de gênero passou a aludir à dimensão psicológica assentada no sexo biológico. Poderíamos

entendê-la como o atrelamento da anatomia às normas socioculturais daquilo que se tem por masculinidade e feminilidade. Sendo assim, este conceito último não é suficiente para recobrir a identidade sexual, uma vez que são insuficientes para compreender as formas de constituição do desejo.

Los estudios de género deben entonces encontrar su lugar preciso, como parte do sistema ideológico-representativo que intenta una bipartición representacional respecto a los sexos biológicos, pero el psicoanálisis de ningún modo puede retroceder ante la afirmación realizada por quienes propician el sexo del lado de la biología, y el género del lado de la representación. (BLEICHMAR, 2009, p. 107).

Assim sendo, entendo que sexualidade não é gênero e, este último, compreendido apenas como um modo de ordenamento do masculino e feminino pelo social, não é objeto de estudo da psicanálise, já que não encontramos na sua origem a relação entre o desejo, o inconsciente, a história, as fantasias, o sexual e a escolha de objeto.

Entretanto, ao meu ver, a importância dos estudos de gênero está em realizar avanços consideráveis ao desprender os enunciados que fazem dos conceitos de feminino e masculino uma dependência direta da biologia, possibilitando novas abordagens do tema e retirando da invisibilidade sujeitos em sofrimento. Caracterizam-se por estudos de extrema validade ao trazer à cena política dos direitos humanos a legitimidade de diferentes sexualidades.

Com isso, concluo que mesmo com objetos de estudos pautados na sua diferença, a psicanálise e outras teorias devem estar atravessadas pelo compromisso ético de enxergar o humano nos sujeitos, bem como a importância da construção de cada subjetividade em sua unicidade. Assim, se o conceito *queer* tem na sua origem a ideia de “cada um em sua particularidade” (PORCHAT, 2014, p. 81), entendo que a psicanálise é *queer* por essência.

## REFERÊNCIAS

- BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade:** a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BLEICHMAR, S. **Paradojas de la sexualidade masculina.** Buenos Aires: Paidós, 2009.
- CECCARELLI, P. R. Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões. In: RIAL, C.; PEDRO, J.; ARENDE, S. (Orgs.). **Diversidades:** dimensões de gênero e sexualidade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 269-285.
- LACAN, J. **O estádio do espelho como formador da função do eu.** In: \_\_\_\_\_. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- PORCHAT, P. Entrevista com a psicanalista Patricia Porchat sobre Psicanálise e Transexualidade. **Sig: revista de psicanálise**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2014
- TUBERT, S. ¿Psycanálisis y Género?. In: GENEVIÈVE, F. et al. (Orgs.). **Del sexo al género:** los equívocos de un concepto. Madrid: Cátedra, 2003.



## CIDADES (IN)VISÍVEIS<sup>1</sup> (IN)VISIBLE CITIES

Arthur Toledo Rodrigues<sup>2</sup>

Resumo: As transformações que ocorrem nas cidades afetam diretamente as dimensões sociais, marcada pela atitude de reserva que os indivíduos desenvolvem uns para com os outros. Em virtude da forte ligação com questões intrapsíquicas, os trabalhos de Melanie Klein e outros autores ingleses pouco são utilizados para a compreensão de questões mais gerais e fenômenos sociais como a cultura e a vida nas cidades. Nesse sentido, o presente trabalho propõe realizar uma aproximação entre duas dimensões aparentemente distintas: a do mundo interno e a do mundo externo, pensando as dinâmicas de inclusão e exclusão que constituem o espaço urbano. À medida que ansiedades esquizoparanoides se manifestam nas relações entre o corpo e o espaço da cidade, esta passa a ser palco e reflexo das escalas e experiências de violência – real e fantasiada. Desta forma, a experiência individual na cidade é pautada por uma matriz em que se entrecruzam experiências, temores e estímulos múltiplos, gerando espaços opacos e espaços luminosos; ultimamente, o que se quer ver e o que se necessita ocultar. Em última instância, os problemas urbanos estimulam a fortificação de manobras defensivas intrapsíquicas, em um processo que se reelabora na experiência de conceber e viver a cidade.

Palavras-chave: Refúgios psíquicos. Identificação projetiva. Cidades.

*Abstract: The transformations occurring in cities directly affect social dimensions, marked by the reserve attitude that individuals develop toward each other. Because of the strong connection with intrapsychic issues, the works of Melanie Klein and other English authors are little used for the understanding of more general questions and social phenomena such as culture and life in cities. In this sense, the present work proposes to make an approximation between two apparently distinct dimensions: one regarding the internal world and the other the external world, thinking about the dynamics of inclusion and exclusion that constitute the urban space. As schizoparanoïd anxieties manifest themselves in the relations between the body and the space of the city, it becomes a stage and a reflection of the scales and experiences of violence - real and fantasized. In this way, the individual experience in the city is based on a matrix in which multiple experiences, fears and stimuli intersect, generating opaque spaces and luminous spaces; lately, what you want to see and what you need to hide. Ultimately, urban problems stimulate the fortification of intrapsychic defensive maneuvers in a process that is reworked in the experience of conceiving and living in the city.*

*Keywords: Psychic refuges. Projective identification. Cities.*

<sup>1</sup> Texto apresentado como tema livre na Jornada Externa InDiferençaS da Sigmund Freud Associação Psicanalítica em junho de 2018.

<sup>2</sup> Psicólogo, psicanalista. Membro associado da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Coordenador do comitê de Melanie Klein e a Escola Inglesa de Psicanálise da SPRGS. E-mail: a-tr@hotmail.com

O pensamento kleiniano, em virtude da forte ligação à realidade psíquica, ao mundo interno e às fantasias inconscientes, via de regra, não favorece uma aplicação para questões gerais como cultura e vida social. Diferentemente de Freud, que possui um interesse universalista pela cultura e na civilização em vários de seus textos, Melanie Klein, desde o início de sua obra, focou apenas em aspectos intrapsíquicos. De um modo geral, suas teorizações são sobre um mundo interno privado, muito distante do mundo público em que normalmente habitamos.

Porém, na década de 1950, um grupo kleiniano bem consolidado dentro da Sociedade Britânica de Psicanálise passou a ter, como foco de interesse, diversos aspectos sociais. Entre os participantes do grupo estava Hanna Segal, analisanda de Melanie Klein e grande estudiosa de sua obra. Seu texto *O Silêncio é o verdadeiro crime* (1957), escrito após o período da Guerra Fria, fala de um mundo dominado por ansiedades esquizoparanoides, envolvidas em uma escala de violência fantasiada e real que se manifesta em âmbito universal. Nesse caso, introjeção e projeção, mecanismos constituintes do mundo interno dentro da teoria kleiniana, seriam a própria ligação entre mundo interno e mundo social externo, ou seja, fantasias inconscientes sociais e coletivas.

Característico da cultura da modernidade, aspectos como a voracidade e a pressa, o tempo, o controle, a inveja e as defesas maníacas influenciam diretamente em processos grupais, o que implica um impacto também institucional, levando os indivíduos ao uso das instituições para lidar com suas ansiedades persecutórias e suas culpas, assim como as ansiedades depressivas. Se a cultura nos molda – e é por nós também moldada, quanto podemos atribuir à cidade e ao espaço urbano questões que, a princípio, dizem respeito ao mundo interno de cada um?

Historicamente, a cidade atravessa e dá forma à civilização. Os egípcios, por exemplo, construíram uma dinâmica em função e em torno do rio Nilo. Como teriam se organizado em outro local, sem o rio? Nesse sentido, a cidade – expressão territorial e demográfica, nos habita na mesma medida que nós a habitamos. Freud, a partir da *Interpretação dos Sonhos* (1900), propôs um modelo de aparelho psíquico baseado na topografia – e por que não pensarmos em uma geografia psíquica? Regiões mais planas e claras, outras mais obscuras e de mais difícil acesso, espaços luminosos e espaços opacos. Desta forma, proponho discutir a cidade, principalmente no que diz respeito à experiência de exclusão social e violência, a partir das contribuições da psicanálise – principalmente no que diz respeito à escola inglesa.

Como analogia para o mundo interno, a geografia urbana mostra diversos aspectos da vida social e esses possuem o poder de gerar alterações importantes na experiência de cada indivíduo, levando a possíveis modificações em nível de introjeção de objeto e relações objetais. Tensões entre centro e periferia, problemas de urbanização, sensação de insegurança – questões importantes e presentes em um outro espaço: o inconsciente. Em *Notas sobre os mecanismos esquizoides* (1946), Melanie Klein trata da importância dos mecanismos e ansiedades arcaicas de natureza esquizoparanoide, caracterizando o que fica conhecido como identificação projetiva, assim como outras importantes contribuições em relação ao processo de cisão do objeto e do próprio ego. Nesse texto, mesmo que não em foco, fala sobre relações de objeto narcísicas, assim como afirma que não é possível fazer uma cisão no objeto entre bom e mau sem que haja uma cisão subsequente dentro do próprio ego – visto que esses objetos seriam introjetados. Falaríamos, então, de um mundo interno constituído por



pedaços. Fragmentos que ocupariam um espaço e estabeleceriam um tipo de relação com seu entorno.

Uma vez que mecanismos como identificação projetiva e cisão são utilizados, principalmente como defesas contra ansiedades esquizoparanoides, quais poderiam ser os impactos desse uso? John Steiner (1993) trabalha com a ideia da criação de refúgios psíquicos. Segundo o autor, o refúgio psíquico é uma área de relativa proteção e tranquilidade ao paciente contra as tensões geradas em qualquer contato significativo com o analista e esse passa a ser visto como uma ameaça, funcionando como uma área da mente em que a realidade não precisa ser encarada, na qual fantasia e onipotência dominam. Para evitar uma ansiedade intolerável, o sujeito faz uso de um sistema defensivo específico, o que Steiner vem a chamar de “organizações patológicas da personalidade”. Este tipo de organização seria uma tentativa de o indivíduo lidar com sua própria destrutividade primitiva; experiências traumáticas de violência ou descalço no ambiente levam à internalização de objetos violentos e perturbadores. Tipicamente, aparecem como uma casa, caverna, fortaleza, ilha ou local – e por que não uma cidade? Ou uma paisagem?

A cidade, seu crescimento desmesurado, constituída por tantas contradições, sua presença viva no mundo interno de cada um, coloca-se como ponto de fuga das múltiplas perspectivas de pensar e viver juntos. Transitamos constantemente no conflito entre o olhar do outro, o olhar da ambivalência, o olhar do narcisismo e o da defensiva indiferença. Conflito esse que leva o homem urbano a um grande paradoxo: um incremento tremendo de liberdade e autonomia em relação à vida provinciana convive com a pressão da divisão e especialização do trabalho. Esses aspectos evidenciam a individualidade ao mesmo tempo em que anulam a escala do próprio indivíduo, ou seja, o indivíduo encontra-se entre a necessidade de ser diferente e o peso da indiferenciação.

A viagem do sujeito contemporâneo é interior, uma vez que a vida exterior não mais oferece a possibilidade de conquistar o mundo. A conquista, se existe, dá-se no mundo interno. E como se dá essa conquista? Se o externo não mais oferece possibilidade de conquista, é na invisibilidade do outro, do objeto, que se reivindica o próprio espaço, ou seja, partindo de uma concepção de desenvolvimento que se dá via projeção, introjeção e identificação projetiva, é na tentativa de expulsão e controle de partes indesejadas do próprio self que o outro (o eu não tolerável) deixa de existir. Se nega o outro na tentativa de negar a própria realidade psíquica. Rosenfeld (1972) traz uma contribuição importante ao conceito de inveja kleiniana: afirma que relações de objeto narcísicas – aquelas estabelecidas via identificação projetiva em que objeto e self se confundem – também podem ser uma defesa contra a inveja à medida que, ao não reconhecer o outro, as partes hostis do self permaneceriam no objeto e o self não entraria em contato com elas. Uma vez que não se reconhece o outro como diferente de si, não há o que se invejar.

A partir do conceito de refúgios psíquicos de Steiner, identificação projetiva de Klein e narcisismo destrutivo de Rosenfeld, podemos pensar em quanto contradições sociais e psíquicas que se inscrevem na paisagem urbana na forma de detrito, assim como diversos espaços de exclusão (econômica, simbólica e social), não podem fazer da própria cidade uma organização patológica. Nesse contexto, a própria cidade expressaria os sintomas da contemporaneidade.

Cada vez mais prédios imensos são construídos de forma deliberada – e esses precisam de espaço, muito espaço. Em muitos desses espaços haviam pes-

soas que residiam anteriormente e que tiveram um destino. Essas pessoas vão cada vez mais sendo levadas para longe do centro e ocupando espaços marginalizados e afastados. O que seria isso, pensando em uma analogia, se não uma forma de tentar controlar as próprias partes indesejadas do self? A experiência de desigualdade social, nesse sentido, estaria a serviço de uma tentativa de manutenção de uma organização/psiquismo que não pode entrar em contato com as partes intoleráveis do self. As sujas, más e destrutivas. Grandes refúgios psíquicos (e geográficos) são criados e idealizados para que, ao se olhar pela janela, a realidade, externa e psíquica, possa ser negada.

De acordo com Meltzer (1988), a psicopatologia que estudamos e alegamos tratar tem sua base primária na evasão da dor advinda do conflito estético. O impacto da segregação/separação, da privação – física ou emocional – e da violação, tira a essência de seu significado para o processo de desenvolvimento e de sua contribuição como aspectos do processo subjacente e fundamental de evitar o impacto da beleza do mundo e da intimidade apaixonada com outro ser humano. A ideia da morte é central a experiência da vida e do belo – é uma beleza que deve morrer para que possa emergir o contato íntimo e emocional com o outro ser humano.

É apenas no encontro com o outro, com o belo, no intersubjetivo, que pode se dar a experiência emocional verdadeira. À medida em que o urbanismo no país é desenvolvido a partir de uma lógica privada, em que os espaços públicos são pensados e construídos não no sentido de compartilhar a experiência, mas no sentido do consumo, que tipo de experiência é essa e ao que ela poderia levar na esfera mental? De acordo com Bion (1962), a esfera mental necessita ser apreendida em sua dimensão geográfica de mundos múltiplos e se faz necessária uma distinção dos caminhos do mental e do protomental em relação ao mundo externo, ou seja, há uma diferença entre área pública e área privada/secreta.

Do ponto de vista visual, a superfície pública do corpo da pessoa é variável. Do ponto de vista tátil, por exemplo, toda superfície é privada. Dessa forma, cada indivíduo, em sua órbita, tem suas fronteiras podendo ser ultrapassadas o tempo todo, pois é exatamente essa a questão essencial do privado/secreto: que qualquer entrada deve ter, de antemão, um convite. Essa tendência pode ter dois destinos: a intimidade ou a violência, conforme a situação. Vou me deter, nesse caso, à violência.

Segundo Meltzer, desde essa perspectiva, o conceito de violência pode ser também pensado através da perspectiva da violação: violação dos limites da privacidade/secretude – e essas técnicas de violação podem ser extrapoladas para agrupamentos maiores, como na cidade e no planejamento urbano, por exemplo. No momento que o espaço urbano, dentro de uma lógica capitalista, é utilizado como bem de consumo e pessoas cada vez mais se dirigem às periferias por não terem condições de estarem em uma região mais central, a experiência de intimidade com o bairro abre caminho para a de violação, de exclusão. E a exclusão abre caminho para a cisão, a identificação projetiva, a pulsão de morte e a posição esquizoparanoide. Mas também abre espaço para, como afirma Bion (1962, p.37), “formar novos pensamentos”.

Um processo inclusivo, como a introjeção, deve ser capaz, no transcurso da posição depressiva, de incluir a própria exclusão – ou seja, a própria separabilidade. E a exclusão, a aceitação da impossibilidade de um acesso direto e imediato ao objeto ideal, será a condição de possibilidade de integração do

sujeito com ele próprio e ao seu grupo familiar, bem como a preservação de vínculos sociais. As forças da integração – as reparações amorosas – são fortalecidas pela gratidão, auxiliando na dura tarefa de lidar com a separabilidade.

Por mais que o psiquismo tenha uma tendência a integração, é apenas via processo de luto que essas partes que foram colocadas para fora do *self* podem ser, finalmente, recuperadas. É apenas à medida que o sujeito puder encarar a realidade do que pertence ao objeto e o que pertence ao *self*, ou seja, a separabilidade da posição depressiva e o real reconhecimento do outro, que o luto poderá ocorrer. Para que isso ocorra, há uma experiência de perda: a perda de si enquanto objeto ideal. A perda de si enquanto aquele que pode conquistar o mundo. Uma verdadeira introjeção do objeto só pode ser feita ao entender o objeto como externo – encontrando o seu espaço no mundo e na cidade, não sendo o próprio mundo.

#### REFERÊNCIAS

- BION, W. (1962). **Learning from experience**. Londres: H. Karnac, 1993.
- FREUD, S. (1900). **A interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- KLEIN, M. (1946). Notas sobre os mecanismos esquizoides. **Inveja e gratidão e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1985.
- MELTZER, D.; WILLIAMS, M. H. (1988). **A apreensão do belo: o papel do conflito estético no desenvolvimento, na violência e na arte**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- ROSENFELD, H. (1972). Uma abordagem clínica para a teoria psicanalítica das pulsões de vida e de morte: uma investigação dos aspectos agressivos do narcisismo. **Impasse e Interpretação**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- SEGAL, H. (1953). O silêncio é o verdadeiro crime. **Psicanálise, literatura e guerra**. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- STEINER, J. (1997). **Refúgios psíquicos: Organizações patológicas em pacientes psicóticos, neuróticos e fronteiricos**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.



## O DEVER E O DE VIR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PSICANÁLISE NO PROCESSO DE VISTORIA DE COMUNIDADES TERAPÊUTICAS<sup>1</sup>

DUTY AND BECOMING: AN EXPERIENCE REPORT ON PSYCHOANALYSIS  
IN THE PROCESS OF INSPECTION OF THERAPEUTIC COMMUNITIES

Róger de Souza Michels<sup>2</sup>

**Resumo:** A Psicanálise, enquanto ferramenta conceitual e metodológica, não está restrita ao exercício clínico, podendo presentificar-se em qualquer espaço que demande a escuta de um sujeito. Assim, as ações de vistoria em saúde mental, reguladoras das práticas de cuidado ofertadas por instituições privadas, podem se beneficiar do saber psicanalítico. Este ensaio refere-se a um relato de experiência da participação em ações de vistoria de Comunidades Terapêuticas, realizadas em 2017. Conclui-se que a psicanálise inaugura um modo de vistoriar pautado pelo registro do devir, permitindo práticas menos burocráticas e mais potentes ao desenvolvimento da capacidade de reflexão das instituições e seus sujeitos.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Vistoria. Comunidades Terapêuticas. Ética.

*Abstract: Psychoanalysis, as a conceptual and methodological tool, is not restricted to clinical practice, and can be present in any space that requires listening to a subject. Thus, the actions of inspection in mental health, regulating the care practices offered by private institutions, can benefit from psychoanalytic knowledge. This essay refers to an experience report of participation in actions of inspection of Therapeutic Communities, held in 2017. It is concluded that psychoanalysis inaugurates a way of surveying guided by the record of becoming, allowing less bureaucratic and more potent development practices the capacity of reflection of institutions and their subjects.*

*Keywords: Psychoanalysis. Inspection. Therapeutic Communities. Ethic.*

### A PSICANÁLISE NA CLÍNICA PSICOSSOCIAL

Quando escreve *Caminhos da terapia psicanalítica*, Freud (1919/2017) delinea a possibilidade de um serviço público de saúde no qual a Psicanálise possa ser ofertada à população tal qual certas especialidades médicas. Dessa maneira, Freud (1919/2017) expõe as contingências e consequentes desafios inerentes a uma psicanálise aplicada àquela parte da população que sua clínica ainda não havia alcançado. Refletir sobre o alargamento do território de ação clínica da psicanálise implicaria, sobretudo, em refletir sobre a imperiosa necessidade de adaptação daqueles modelos técnicos que nortearam sua atividade até então. Por essa razão, Freud (1919/2017) indica que em tais espaços seria

<sup>1</sup> Texto apresentado como tema livre na Jornada Externa InDiferençaS da Sigmund Freud Associação Psicanalítica em junho de 2018.

<sup>2</sup> Psicólogo. Mestrando em Psicologia Clínica no PPG de Psicologia da PUCRS. E-mail: rogermichels@hotmail.com

demandado “fundir o ouro puro da análise em grande medida com o cobre do sugestionamento direto” (p. 202). Em outras palavras, indica-se a necessária condensação do dispositivo analítico a outras atividades que não necessariamente tomem a ética do desejo como fundamento de sua *práxis*.

Pensar em uma psicanálise amalgamada a outros dispositivos clínicos e fora da aura protetora do consultório particular nos convoca a pensar nos moldes de uma clínica psicossocial – modelo *princeps* do trabalho em saúde mental nos espaços coletivos de ação. O modelo psicossocial é fruto dos movimentos da reforma psiquiátrica e seu conjunto de lutas alinhadas ao fim dos manicômios, em prol do cuidado em liberdade. A partir da reforma psiquiátrica, o louco passa a ser reconhecido em sua cidadania e assim tratado desde uma perspectiva que identifique o convívio social como parte fundamental de seu tratamento (AMARANTE, 2013). A psicanálise trouxe importantes contribuições às lutas da reforma psiquiátrica, sendo considerada ainda hoje uma teoria que potencializa os serviços de saúde mental pública à medida que coloca o sujeito como parte ativa e responsável pelo próprio tratamento (DASSOLER; PALMA, 2011).

Em suma, quando inserida nos serviços substitutivos da saúde mental a psicanálise acrescenta seu puro ouro ao cobre de uma clínica de intenso teor político e que encontra na multidisciplinaridade a receita para sua contínua oxigenação. Nesse sentido, o presente ensaio se propõe a tecer um relato de experiência sobre as potencialidades do saber psicanalítico quando amalgamado a um dos dispositivos mais singulares da atenção psicossocial: as ações de vistoria em saúde mental. Busca-se ampliar a discussão em torno da Psicanálise em extensão, considerando a vistoria como um campo de ação repleto de especificidades que, por vezes, colocam-se em rota de colisão com a ética do desejo, visto que sua gramática costuma ser a mesma do campo jurídico, que impõe deveres aos modos de existir.

#### COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E O ATO DE VISTORIAR

As vistorias em saúde mental abarcadas neste relato de experiência foram realizadas em cinco instituições abertas de caráter residencial destinadas ao tratamento de pessoas com transtornos relativos ao uso e abuso de drogas, atualmente reconhecidas juridicamente como Comunidades Terapêuticas (CTs). Sabe-se que as CTs remontam à proposta desenvolvida pelo psiquiatra Maxwell Jones (1972) de um modelo de tratamento menos hierarquizado e rígido que a instituição hospitalar, onde a comunicação entre os membros viabilizaria um processo terapêutico diferenciado, balizado pelo diálogo e apoio mútuos.

Apesar de suas potencialidades, quando nos conformes do modelo de Jones (1972), no Brasil as CTs enfrentam problemas estruturais que demandam contínua verificação de suas rotinas de trabalho. Devido ao forte sincretismo entre sua terapêutica e fundamentos religiosos – na maioria das vezes de base evangélica –, muitas CTs brasileiras parecem atuar na contramão das propostas da Reforma Psiquiátrica. Tanto o estudo bibliográfico de Perrone (2014) quanto a pesquisa documental de Bolonheis-Ramos e Boarini (2015) indicam, mediante minuciosa análise textual, as proximidades entre o discurso propagado pelas CTs e aquele que um dia justificou ações de exclusão social da loucura no modelo manicomial. As CTs que fundamentam a experiência do presente ensaio não fogem deste panorama.

Situadas em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, as cinco CTs acompanhadas em ações de vistoria possuem importantes características em comum, dentre elas: destinam-se ao público masculino adulto, entre 18 e 60 anos de idade; possuem declarada ideologia evangélica; oferecem práticas espirituais de cunho religioso; desenvolvem atividades laborais com seus residentes; e baseiam-se no modelo terapêutico dos programas Alcoólicos Anônimos (AA) e/ou Amor Exigente (AE). Além disso, apresentam precariedades na equipe de profissionais que, muitas vezes, baseados em concepções moralistas e religiosas acerca do uso de drogas, não praticam efetivamente o cuidado e a promoção de saúde mental com seus residentes. Cabe destacar que a proximidade geográfica entre as instituições faz com que essas compartilhem da mesma equipe técnica, o que acaba por estereotipar suas práticas, além de tornar idênticas suas mazelas.

Se por um lado as vistorias em CTs enfrentam desafios iminentes aos arranjos dessas instituições, por outro lado a própria dureza do ato de vistoriar se oferece como um entrave ao trabalho. Sabe-se que as exigências feitas ao trabalho das CTs encontram-se na resolução desenvolvida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (RDC 29/2011). Nessa resolução constam todos os critérios exigidos de uma comunidade terapêutica, seja no que tange aos aspectos estruturais, seja em seus eixos mais subjetivos, relativos ao cuidado em saúde – sendo esta última a dimensão que demanda a presença de profissionais especialistas atuantes na saúde mental para compor as ações de vistoria.

No entanto, quando inserido em uma ação de vistoria, o técnico da saúde mental esbarra nos limites do ato de vistoriar, uma vez que o objeto ao qual precisa direcionar seu olhar muitas vezes não se encontra na materialidade do observável. Excetuando-se os raros casos em que uma instituição coloca seu morador em situações de maus-tratos e indiscutível violação dos direitos humanos, identificar inadequações no cuidado em saúde mental não pode ser realizado mediante a simples checagem de itens em um protocolo de vistoria. Pode-se dizer, diante de tais limitações, que o protocolo de vistoria em saúde mental não existe, e é por essa razão que recorremos à psicanálise como um arcabouço conceitual passível de flexibilizar a dureza do dever na vistoria ao introduzir a dimensão do devir.

#### VISTORAR EM COMPANHIA DA PSICANÁLISE

Cogitar a confluência entre vistoria e Psicanálise, ainda que no campo da saúde mental, parece um equívoco, pois são diametralmente opostos os *ethos* que sustentam a ação de cada um desses campos. Vistoriar implica checar as condições de determinado objeto tendo como eixo norteador aquilo que é exigido legalmente do mesmo, sendo assim uma das práticas mais comumente utilizadas por órgãos fiscalizadores. À medida que se põe a identificar exigências legais, o vistoriador atua inserido em um campo discursivo no qual dá voz ao imperativo da lei da justiça, por meio da imposição de um dever.

A psicanálise, por outro lado, não atua ordens sobre o sujeito. A dimensão do sintoma é um exemplo paradigmático para compreender o caráter não instrutivo do discurso psicanalítico. A descoberta freudiana consiste especificamente em analisar o sintoma, isto é, compreendê-lo em sua minúcia e assim dele extrair uma significação capaz de transformar o mundo interno do sujeito. Moraes (2015, p. 213) indica que “o exercício da Psicanálise está nas interrogações que provocam descobertas porque abrem espaços, e não nas soluções,

porque estas se fecham em verdades". Assim, pode-se dizer que uma vistoria, à medida que visa soluções à materialidade dos fatos, se fecha em produzir verdades e, portanto, atua no *registro do dever*. A psicanálise, em contrapartida, à medida que visa a produzir interrogantes, produz descobertas e abre espaços, atuando assim naquilo que chamarei de *registro do devir*.

Na filosofia da diferença a noção de devir é levada a seus extremos e assim extrapola definições prontas e decalcadas sobre o sujeito.

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, *as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo.* (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 67, grifos meus).

Com Deleuze e Guattari (2012) temos a conceitualização de um importante dispositivo para pensarmos e definirmos o que é uma vistoria quando acompanhada do saber psicanalítico. Abrir espaços e não se fechar em verdades, como sugere Moraes (2015), é operar em um registro que se baseia em extrair partículas que geram o movimento e produzem novas formas de ser. Portanto, apesar da divergência dessas práticas, é possível fundir o ouro psicanalítico ao cobre de uma vistoria, desde que o sujeito atravessado pela psicanálise se permita atuar em uma zona fronteira que, como sugere a máxima freudiana, não pode preservar purezas ou purismos. Assim, o *registro do devir* é também ao técnico da saúde mental que, diante do *registro do dever*, necessita fabricar novos significados, com os quais possa oferecer lampejos de uma ética psicanalítica àqueles que vistoria.

O diferencial de uma vistoria acompanhada do saber psicanalítico é identificado nos desfechos de sua ocorrência. Ao vistoriar uma CT, o dispositivo da Vigilância Sanitária não oferece, necessariamente, grandes alterações nas rotinas de trabalho da instituição, tampouco gera mudanças na forma como os residentes compreendem a própria condição. O que se faz, quando no *registro do dever*, é somente buscar irregularidades. Quando essas não existem, a instituição obtém um alvará que regulariza seu funcionamento. Quando são observadas inadequações, apresenta-se um prazo para regularização das atividades e, do contrário, a CT é interdita. Não resta dúvida de que o trabalho neste registro tem relevância, pois a materialidade do ambiente é uma condição fundamental a um bom tratamento. Todavia, diante da burocracia deste método, a experiência do sujeito pode ficar velada.

Uma vez acompanhado do saber psicanalítico, o técnico da saúde mental em ação de vistoria atentar-se-á de maneira diferenciada a um ponto em específico, ponto este que será central ao entendimento das condições de cuidado de uma CT: a fala do sujeito que nela reside. Ao escutar a narrativa daquele que se encontra institucionalizado em uma comunidade terapêutica abre-se espaço para que emerga um sujeito que, por intermédio do próprio desejo, tende a se relacionar de maneira singular com seu tratamento e que, portanto, não pode ser enquadrado facilmente em um programa pautado pela promessa de uma cura à drogadição. Em outras palavras, é a partir da narrativa do sujeito institucionalizado que escapa o sintoma da instituição. Ao trabalhar desta forma, o técnico da saúde mental em vistoria passa a atuar tal qual um "operador da psicanálise" (BETTS, 2014).



Betts (2014) apresenta a noção de “operador da psicanálise” quando pensa sobre a maneira como trabalha o psicanalista em extensão: um trabalho que opera a presentificação da noção de não saber no diálogo com outros campos e práticas. Nesse sentido, cabe ao operador da psicanálise assinalar a dimensão do inconsciente justamente nos espaços “onde é recoberto pelas identificações imaginárias que sustentam as diferentes formas de alienação, exclusão e dominação no laço social, nas quais o sujeito do desejo é rejeitado, foracluído, submetido ou alienado” (BETTS, 2014, p. 15).

Quando institucionalizado em uma CT, o sujeito do desejo encontra-se obliterado pela naturalização de um saber totalizante acerca do sofrimento psíquico. A moralidade de um discurso religioso e higienista que prega o “bem” ao cidadão é recorrentemente velada, e até mesmo justificada, pelo discurso biomédico e pela prática burocrática de uma vistoria que atenta à instituição em detrimento do instituído. Adentrar em uma CT visando puramente à garantia de direitos ao cidadão coloca em risco o exercício crítico sobre os procedimentos que certas comunidades terapêuticas utilizam para “tratar” seus residentes. Uma vistoria acompanhada da psicanálise, portanto, é aquela que faz ato à medida que não se submete às certezas e reconhece, tal qual a reforma psiquiátrica, o protagonismo do sujeito como parte essencial no trabalho com seu sintoma.

Rinaldi (2006) coloca que é comum que a saúde mental, de maneira geral, pautue suas práticas pela lógica da cidadania, uma vez que reestabelecer o encontro do louco com a sociedade passa inegavelmente pelo exercício de reconhecimento de seus direitos. Todavia, os benefícios de um olhar ao cidadão podem acarretar na reafirmação da posição de maestria que atua um saber apriorístico sobre o que é o melhor para o sujeito. Nesse sentido, para Rinaldi (2006), praticar psicanálise na saúde mental é escutar a dimensão que vai além do cidadão.

O mesmo ponto se faz necessário na ação de vistoria onde não se deve permitir que o dever da lei da justiça prevaleça sobre o *registro do devir*, registro este que exige do vistoriador uma postura implicada e compromissada com a presentificação de uma escuta do desejo. Nesse sentido, o *registro do devir* se faz em ato: um ato analítico que resiste à tentação resolutiva dos deveres ao escutar aquele que se encontra institucionalizado. Este ato, à moda de Antígona, deve ser levado às últimas consequências, gerando, assim, espaços de crítica fundamentada à terapêutica de uma CT quando esta, apesar de legalizada, faz calar o desejo de um sujeito.

#### REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.
- BETTS, J. Desamparo e vulnerabilidades no laço social – a função do psicanalista. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre. **Desamparo e vulnerabilidades**. Porto Alegre: APPOA, 2014. p. 9-19.
- BOLONHEIS-RAMOS, R. C. M.; BOARINI, M. L. Comunidades terapêuticas: “novas” perspectivas e propostas higienistas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 22, n. 4, p. 1231-1248, 2015.
- DASSOLER, V. A.; PALMA, C. M. S. Contribuições da psicanálise para a clínica psicossocial. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 11, n. 3, p. 1161-1188, 2011.
- DELEUZE, G.; & GUATARRI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. São Paulo: Editora34, 2012.

FREUD, S. Caminhos da terapia psicanalítica. In: \_\_\_\_\_. **Fundamentos da clínica psicanalítica – Obras incompletas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (publicado originalmente em 1919).

JONES, M. **A comunidade terapêutica**. Petrópolis: Vozes, 1972.

MORAES, E. G. Sintoma neurótico – uma interceptação do desejo. In: MACEDO, M. M. K. **Neurose: leituras psicanalíticas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2015. p. 207-216.

PERRONE, P. A. K. A comunidade terapêutica para recuperação da dependência do álcool e outras drogas no Brasil: mão ou contramão da reforma psiquiátrica? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 2, p. 569-580, 2014.

RINALDI, D. Entre o sujeito e o cidadão: psicanálise ou psicoterapia no campo da saúde mental? In: ALBERTI, S.; FIGUEIREDO, A. C. (Orgs.). **Psicanálise e saúde mental: uma aposta**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006. p. 141-147.

## A PSICANÁLISE E A VIOLÊNCIA DE ESTADO ONTEM E HOJE<sup>1</sup>

PSYCHOANALYSIS AND STATE VIOLENCE: FROM THE PAST TO THE CURRENT DAYS

Ágata de Mesquita Barbi<sup>2</sup>

Giordanna Conte Indursky<sup>3</sup>

**Resumo:** Sensibilizadas com o cenário sociopolítico brasileiro atual – como o desmonte de políticas públicas, as ameaças aos direitos conquistados pela sociedade civil no período da redemocratização, a fragilidade e parcialidade do atual sistema Judiciário, a intervenção militar federal no Rio de Janeiro – e atravessadas pela nossa trajetória profissional, buscamos neste trabalho pensar a violência de Estado no período democrático, como herança e efeito do silenciamento sobre os crimes de lesa-humanidade perpetrados pelo Estado na ditadura civil-militar brasileira. Partimos de Freud, Ferenczi e Agamben para articular conceitos como estado de exceção, trauma, desmentido e vida nua. A partir da violência que assola majoritariamente a população preta, pobre e periférica em nosso país, tomaremos para análise quatro cenas: intervenções da polícia em um Centro de Atendimento Psicossocial tipo II e em um serviço especializado para População em Situação de Rua, a fala do general Villas-Boas e a execução de Marielle. Nesse sentido, refletiremos sobre o papel dos psicanalistas frente às experiências-limite do terror de Estado, tomando o testemunho como ferramenta capaz de operar a quebra de silenciamento de experiências vividas e reinscrevê-las na trama social.

**Palavras-chave:** Violência de Estado. Estado de Exceção. Psicanálise. Testemunho.

<sup>1</sup> Texto apresentado como tema livre na Jornada Externa InDiferençaS da Sigmund Freud Associação Psicanalítica em junho de 2018.

<sup>2</sup> Psicóloga (UFSC).  
Psicanalista em formação pela Sigmund Freud Associação Psicanalítica.  
E-mail: agatabarbi@gmail.com

<sup>3</sup> Psicóloga (PUC-RS).  
Especialista em saúde mental coletiva (ESP-RS).  
Psicanalista em formação pela Sigmund Freud Associação Psicanalítica.  
Membro associado da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. E-mail: giordanna.ci@gmail.com

**Abstract:** Besides the professional trajectory, the authors are sensitized to the current social political perspective of Brazil especially to the public policies dismantle, the threatening of civil right which were conquered during the period of redemocratization, the frailty and partiality judicial system, the federal military intervention in Rio de Janeiro. Thus, this article aims to think about the state violence during the democratic period as a heritage and the effect of silencing in which concerns crimes against humanity perpetrated by the State during the civil-military dictatorship. The authors consider some ideas of Freud, Ferenczi and Agamben to relate some concepts as State of Exception, Trauma, Disavowal and Bare Life. The authors analyze four situations in order to understand the violence that plagues most of the black, poor and peripheral population: Police's intervention in s Psycho-Social Care Center and in a specialized center for Homeless People; the speech of a General named Villas-Boas and the execution of Marielle. Therefore, the authors consider the role of psychoanalysts facing these edgy experiences of State terror, taking as a tool the Testimony which is useful to break the silencing of experiences and give them another position in the social plot.

**Keywords:** State Violence. State of Exception. Psychoanalysis. Testimony.

## INTRODUÇÃO

O cenário latino-americano do século XX foi marcado por uma política institucionalizada de repressão, perseguição e uso da violência e o Brasil foi um dos países a instaurar um regime de exceção. A tortura, os desaparecimentos forçados e as execuções, faziam parte do aparato repressivo, mas conforme Indursky e Szuchman (2014, p. 49), foi “justamente o silenciamento sobre tais práticas, desmentindo a existência do terror de Estado, que contribuiu para que no Brasil a própria morte fosse assassinada”. O Estado de direito, portanto, foi constituído sem a ruptura com o regime autocrático violento, além de serem muito recentes os esforços oficiais do Estado em retirar dos calabouços da memória os crimes por ele cometidos. O esquecimento, de acordo com Endo (2013), reforçado pela autoanistia, fica a serviço das violências como forma de alienação, emudecimento e apagamento, que permite a continuação do discurso e das práticas violentas. Partimos da provocação de Agamben (2007) se seria possível e, até mesmo legítimo, dissociar tecnologias subjetivas de técnicas políticas para pensar, enquanto psicanalistas em formação: Qual o nosso papel frente a tantos desmentidos e repetições? Qual a nossa postura ética, ao utilizar os conceitos da psicanálise, sem se deixar cair nem na dualidade do que é interno ou externo, nem na alienação da nossa própria realidade e da prática clínica?

## DISCUSSÃO

O conceito de trauma percorreu a teoria freudiana como um excesso de excitação psíquica, ora calcado na sexualidade e nas fantasias dos sujeitos, ora na irrupção do real. Foi a partir da realidade da guerra que Freud (1920/2010) passou a pensar no evento traumático caracterizado por uma irrupção de estímulo tão intensa, acompanhada pelo terror da surpresa, que inunda o aparelho psíquico de energia e reduz ou impossibilita o trabalho de ligação, inscrição e articulação da energia no circuito pulsional. Gabriela Insua (2013) ressalta que as neuroses traumáticas têm como característica resultarem de um evento exterior, seja qual for o caso: uma catástrofe natural, social, o desaparecimento de um ente amado. Nesse sentido, Endo (2010, p. 80) traz a contribuição de Agamben sobre a soberania que “revela-se como particularmente evidente no seio daquilo que se pode nomear como estado de exceção e que [...] poderemos reconhecer na exceção a forma de expressão do excesso. Exceção, portanto, com dois ‘s’ (excessão)”. Assim, entendemos que a violência de Estado tem esse caráter disruptivo e desestruturante do aparelho psíquico, que passa a ser regido por um funcionamento mais além do princípio do prazer e que, conforme Knobloch (1998), aprisiona o sujeito em um passado que nunca passa, em um presente perpétuo, à medida que as vivências não são passíveis de representação e historização.

Diante do cenário brutal do século XX, as contribuições de Ferenczi foram fundamentais para pensar a dimensão social do trauma. Ele propõe que esse não ocorre pelo evento em si, mas num segundo tempo, em que a vivência e as percepções sobre o acontecimento não são reconhecidas e validadas como tais. “O pior é realmente o desmentido, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento [...] é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico” (FERENCZI, 1931/1992, p. 79). Podemos entender, portanto, a partir de Gondar (2012), que o desmentido está em contraponto ao reconhecimento. O que se desmente é o sujeito, não o evento. Este é o ponto em que nos colocamos a pensar a relação entre o conceito de trauma em Ferenczi e sua

relevância social, política e clínica no silenciamento das violências produzidas pelo Estado.

No decurso da ditadura civil-militar no Brasil, o Estado foi o agente da violência e transgressor do mandato de proteção aos cidadãos por 21 anos, fazendo uso do controle, da tortura, de assassinatos, de desaparecimentos forçados. A Lei 6.683/1979 (BRASIL, 1979), propôs uma anistia ampla, gradual e irrestrita e, como salienta Freda Indursky (2014, p. 224), “estava sendo utilizada para anistiar tanto os torturados quanto os torturadores, tanto os mandantes quanto suas vítimas”. Isso permitiu que os crimes de lesa-humanidade permanecessem silenciados mesmo após o fim do período de exceção, agravados pela negação da responsabilidade do Estado. Os “ecos” desse silenciamento, de acordo com Indursky e Szuchman (2014), se atualizam no laço social, do subjetivo ao coletivo, à medida que a transmissão da história e da herança simbólica é barrada e se impossibilita uma construção de representação do passado, produzindo efeitos nas futuras gerações. Banalizações e perpetrações são formas de reprodução do discurso da violência de Estado, atualizados nas gerações nascidas em regime democrático, que se revelam em jargões como “para que remexer o passado?”, “foi uma *ditabranda*”, “só sofria quem era bandido”, “nem morreu tanta gente assim” e – nas últimas semanas – por “intervenção militar já”. Somos atravessados cotidianamente por esses efeitos, ainda que nem sempre sejam passíveis de traduções, no sentido laplanchiano do termo.

Desta forma, pensamos em alguns fatos atuais que desvelam heranças da ditadura civil-militar brasileira. O assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, em março deste ano, apontam para uma prática de execução com motivações políticas, pelo fato de a vereadora ter sido encarregada da relatoria da comissão que acompanha os desdobramentos da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Tal crime se deu em um contexto no qual o presidente ilegítimo, Michel Temer, havia decretado a intervenção militar no Rio. Chama-nos a atenção que na reunião com o Conselho da República, o General Villas Bôas deu a seguinte declaração: “militares precisam ter garantia para agir sem o risco de surgir uma nova Comissão da Verdade”. Esta fala escancara a fragilidade da Justiça de Transição do Estado brasileiro que, além de não ter punido os agentes violadores do Estado, não garantiu uma reforma nas instituições. Sensibilizadas com a instabilidade sociopolítica que tem se apresentado nos últimos anos e acontecimentos que marcaram o ano de 2018, pensamos no enlaçamento destas situações como efeitos do estado de exceção como regra, que, segundo Agamben (2004), legaliza o que não pode ter forma legal, em situações ou populações específicas não integráveis ao sistema político; e, também, conforme Mendez et al. (2000 apud ENDO, 2010) como marca de um não-estado de direito: ainda que esteja estabelecido juridicamente, não é garantido nas relações sociais cotidianas.

Mas que população específica seria essa, quando pensamos na violência estrutural no cenário brasileiro atual? Segundo o Atlas da Violência (CERQUEIRA et al., 2017), três dados nos chamaram atenção: 1) de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras; 2) no período entre 2005 a 2015 houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros; já a de indivíduos não negros diminuiu 12,2%; 3) o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) possui uma categoria de intervenções legais e operações de guerra. Nesse sentido, conforme os dados do relatório, é possível perceber que a lógica belicista tem como pano de fundo o racismo, à medida que é direcionada majoritariamente aos jovens e negros do sexo masculino, que são assassinados todos os anos no país como se vivessem em situação de guerra.

Frente a esses dados, trazemos brevemente duas experiências da nossa prática como profissionais na rede de atenção psicossocial:

1) Em Florianópolis, no início de 2014, vivenciei um período de conflitos diversos em um estágio no Centro de Referência à População em Situação de Rua (Centro POP). O desinvestimento da prefeitura ficava marcado de início, na localização e estrutura física do serviço: era situado nos camarotes da Passarela do Samba “Nego Quirido”, sem um lugar próprio e adequado. Depois de recorrentes brigas que colocaram em ameaça à integridade física tanto de funcionários quanto de usuários, fez-se necessária a intervenção da polícia militar. Porém, não só os conflitos se repetiram como também a presença da polícia se intensificou no serviço, tornando-se um dispositivo permanente e persecutório por muitas semanas. A partir disso, iniciou-se um processo de precarização, seguido de fechamentos prolongados justificados pela violência e pela dificuldade de controle da situação. Após minha saída, soube por colegas que a presença da polícia se manteve e que foi, depois de alguns anos, substituída pela guarda municipal, que manteve os atos de violência física, verbal e moral.

2) Nesse mesmo ano, durante a Residência Integrada em Saúde, passei por um Centro de Atenção Psicossocial de tipo II (CAPS II) de um município da região metropolitana de Porto Alegre. A polícia se fez presente em alguns momentos no serviço, porém uma situação marcou minha trajetória: um grupo de jovens estavam na frente do serviço esperando uma oficina quando policiais desceram de uma viatura e os “emparedaram”, deixando marcas em seus corpos, questionando quem eram e por que estavam ali. Ao escutar a gritaria, a enfermeira responsável pela oficina foi em direção a eles e, perplexa, explicou quem eram, que estavam à espera de uma atividade e que poderiam “liberá-los”. Sentindo a resistência dos policiais, afirmou que era a responsável por eles. Os agentes, incomodados pela intrusão da funcionária, se dirigiram a ela, “Ah, é? Tu é a responsável por eles? Então, tá. A próxima vez que vocês precisarem da gente, podem chamar. Vocês vão ver só”. No dia seguinte, durante uma reunião de equipe, todos estavam claramente assustados com a ameaça sofrida, e começaram a reproduzir discursos como, “não foi tão grave o que se passou”, “ela não deveria ter falado com eles daquela forma”, “os guris mal se machucaram”.

## REFLEXÕES

Ao pensar este cenário atual e nossas experiências, recorremos a algumas contribuições do filósofo italiano Giorgio Agamben sobre política, soberania e estado de exceção. Para compreender o conceito de vida nua em Agamben, é necessário partir da noção aristotélica utilizada para entender a Vida: *zoé* é a vida comum a todos, natural, biológica; *bios* é a vida qualificada, referente a grupo e ao social – uma aproximação com a vida política, ética, moral. Segundo Endo (2010) e Watkin (2013), a vida nua seria um retorno a *zoé*, um retorno à vida animal, em que o homem pode ser morto como tal, sem que isso seja considerado um crime. No entanto, isso só pode ser executado única e exclusivamente através da esfera da ordem jurídica. A contribuição de Agamben é que *zoé* foi sendo tomada como elemento de controle político, aproximando a biopolítica trabalhada por Foucault para o campo da soberania, que se revela no estado de exceção. Ou seja, para que um cidadão perca seus direitos, ele primeiramente necessita tê-los adquirido. A lógica que se estabelece pelo poder soberano é de uma exclusão pela inclusão. Essa construção é tomada a partir do

direito romano, contudo, possui relevância extrema para pensarmos a cultura contemporânea e o contexto brasileiro.

Como podemos perceber na primeira vinheta, a localização e estrutura do serviço escancaram o desinvestimento nessa população excluída, em que o Estado se apresenta na exceção. No entanto, esta prestação de serviço especializado existe e, então, cria-se um paradoxo: há o direito garantido juridicamente ao mesmo tempo em que se reduz a vida humana à vida nua, indigna, matável. Segundo Castor Ruiz (2011), o paradoxo se estabelece, pois o ato de exceção não é reconhecido como produtor da vida nua, já que formalmente há a garantia de direitos. Logo, o estado de exceção é utilizado como técnica de controle da vida, que se revela, por exemplo, nas cessões de benefícios, cortes de investimento aos direitos básicos de toda e qualquer pessoa humana. A vinheta de número 2 exemplifica quais vidas são essas postas às margens: jovens, negros e do sexo masculino, que possuem duplamente uma intervenção nos seus corpos. Primeiro através do poder exercido pelo saber psiquiátrico e segundo pela marca da cor, da pobreza e da marginalização. No entanto, chama-nos a atenção o segundo tempo dessa vinheta, em que a própria equipe foi afetada pelo excesso da ameaça. O laço social se rompe à medida que o movimento dos funcionários foi o de responsabilizar a enfermeira pelo desenrolar da cena e, além disso, de banalizar a violência sofrida pelos jovens. Gondar (2012) afirma que a neutralidade diante de um sujeito traumatizado é uma atitude produtora de desmentidos. Portanto, encerramos com a reflexão de que o reconhecimento é a base para uma postura ética dos psicanalistas frente a situações traumáticas individuais e coletivas, já que se torna possível a inscrição simbólica – no sujeito e na cultura, na micro e na macropolítica. E, a partir disso, operar a quebra do silenciamento é permitir que os afetados pela violência de Estado se reconheçam como tal para que assim o testemunho possa advir.

#### REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Homo sacer** – o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BRASIL. **Lei 6.683**, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1979.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2017**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

ENDO, P. A violência infinita: entre o silêncio do corpo e o corpo das palavras – diálogos entre Sigmund Freud e Giorgio Agamben. In: ROCHA, L. R. (Org.). **Um movimento psicanalítico: narrativas da teoria, da clínica e da cultura**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 76-85.

ENDO, P. Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. **Revista USP**, São Paulo, n. 98, p. 41 -50, jun., jul., ago. 2013.

FERENCZI, S. Análise de crianças com adultos. In: **Obras completas, Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. Confusão de língua entre os adultos e a criança. **Obras completas, Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: SOUZA, P. C. (org.). **História de uma neurose infantil (“Homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos**. v. 14. (1917-1920). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GONDAR, J. Ferenczi como pensador político. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 193-210, jul./dez. 2012. Disponível em: <[http://www.cprj.com.br/imagenscadernos/caderno27\\_pdf/16-CADERNOS\\_DE\\_PSICANALISE\\_27\\_2012\\_Ferenczi\\_como\\_pensador\\_politico.pdf](http://www.cprj.com.br/imagenscadernos/caderno27_pdf/16-CADERNOS_DE_PSICANALISE_27_2012_Ferenczi_como_pensador_politico.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2018.

INDURSKY, A.; SZUCHMAN, K. Grupos do testemunho: função ética do processo testemunhal. In: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. **Clínicas do testemunho** – reparação psíquica e construção de memórias. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

INDURSKY, F. Uma análise discursiva da lei de anistia e seus efeitos de sentido. In: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. **Clínicas do testemunho** – reparação psíquica e construção de memórias. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

INSUA, G. **Lo indecible** – clínica com lo traumático. Buenos Aires: Letra Viva, 2013.

KNOBLOCH, F. **O tempo do traumático**. São Paulo: EDUC, 1998.

RUIZ, C. B. O estado de exceção como paradigma de governo. **Revista IHU**, São Leopoldo, n. 373, p. 39-41, set. 2011. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4080&secao=373](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4080&secao=373)>. Acesso em: 7 jun. 2018.

WATKIN, W. Agamben e a indiferença. Tradução de Carlos Eduardo Ortolan. **Revista Cult.**, São Paulo, p. 39-41, jun. 2013.



TEORIA DA INDIFERENÇA EM FREUD<sup>1</sup>

## THEORY OF INDIFFERENCE IN FREUD

Christian Ingo Lenz Dunker<sup>2</sup>

Resumo: Este trabalho trata da teoria da indiferença em Freud, tema que inicia com um traço da apresentação semiológica da histeria e segue para uma crítica cultural brasileira. Uma breve revisão conceitual é realizada, fundamentada através de contribuições de autores clássicos e contemporâneos. A discussão integra os conceitos e levanta questões acerca de uma teoria do reconhecimento a partir de Freud e Lacan.

Palavras-chave: Cultura. Indiferença. Narcisismo. Psicanálise.

*Abstract: This work deals with the theory of indifference in Freud, a theme that begins with a trace of the semiological presentation of hysteria and follows a Brazilian cultural critique. A brief conceptual review is carried out, based on contributions from classical and contemporary authors. The discussion integrates the concepts and raises questions about a theory of recognition from Freud and Lacan.*

*Keywords: Culture. Indifference. Narcissism. Psychoanalysis.*

## 1 O PROBLEMA DA INDIFERENÇA

O tema da indiferença em psicanálise começa com um traço da apresentação semiológica da histeria, saber a *belle indifférence*<sup>3</sup>. Stone et al. (2006) nos lembram que a expressão “bela indiferença” aparece em *Estudos sobre histeria* (FREUD; BREUER, 1895) a propósito do caso Elizabeth von R. Já em francês “*belle indifférence*”, para descrever “uma serenidade paradoxal, característico dos histéricos, que acomete pacientes atacados por sintomas invalidantes”. Charcot não é mencionado aqui e só aparecerá como autor da expressão em 1915. A expressão aparece na tese de Janet, orientada por Charcot, sobre *O estado mental dos histéricos*, como uma “*curiosa indifférence* que incide tanto sobre sua própria insensibilidade, constituindo um “*signo diagnóstico particular*”. Tal indiferença não tem nada de ostentatório ou teatral, ela evoca um desinteresse anormal e depressivo, igualmente dirigido a si e ao outro. O valor diagnóstico da “bela indiferença” será atribuído, retrospectivamente, por Janet a Freud, pois representa uma fenomenologia clínica compatível com a hipótese do recalçamento histórico, que será adotada pela psiquiatria no pós-guerra.

A *bela indifférence* histórica não deveria ser confundida com a *trágica indifférence* melancólica tal como se observa da síndrome de Cottard, ou delírio das negações. Neste último caso, a indiferença recai sobre si (apragmatismo, melancolia, analgesia), ao passo que a indiferença histórica é uma forma de interrogar ao outro (tédio, *belle indifférence*, depressão).

<sup>1</sup> Texto adaptado a partir de conferência realizada na Jornada Externa IndiferençaS da Sigmund Freud Associação Psicanalítica em junho de 2018.

<sup>2</sup> Psicanalista. Professor Titular do Instituto de Psicologia da USP junto ao Departamento de Psicologia Clínica. Pós-Doutorado na Manchester Metropolitan University. É Analista Membro de Escola (A.M.E.) do Fórum do Campo Lacaniano. Coordena o Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da USP. E-mail: chrisdunker@usp.br

Há uma distinção crucial entre a indiferença quanto ao *desejo* (que cria os piores efeitos clínicos) e a indiferença com relação ao *gozo* (que se poderia esperar de um fim de análise) e a indiferença em relação ao *amor* (aqui representada pela dupla dimensão narcísica), grupo no qual podemos incluir a presente epidemia de intrasubjetivação egoísta ou a indiferença ativa como atitude de “desprezo social”. Incluem-se aqui, as narrativas clínicas sobre “não sentir mais nada”, de preferência que permitam mostrar como a mesma narrativa pode apontar para estruturas muito distintas, de tal forma que a crítica social da indiferença não se confunde com a crítica clínica da indiferença.

Por fim, poderíamos falar nas três patologias daqueles que não conseguem produzir ou sustentar uma experiência de indiferença (hiper-sensibilidade, reatividade e reação ao gozo do outro), o que nos leva ao problema urgente de uma clínica do preconceito; como intolerância, como impossibilidade de realizar a indiferença diante do gozo do outro. Chegamos assim a quatro tipos de indiferença:

- a) a *bela indiferença* histórica (desejo);
- b) a indiferença como anhedonia depressiva ou anestesia melancólica (equizoidia);
- c) a impossibilidade de indiferença, a intolerância ao gozo alheio (fantasia);
- d) a indiferença como cura, oposto ou luto do amor (narcisismo).

## 2 CULTURA DA INDIFERENÇA

*Cultura do narcisismo*, escrito por Christopher Lash, em 1979, é um clássico. Descrevendo o modo de vida americano nos anos 1970, ele relata uma sociedade que enfraquecia seu sentimento de história, que se tornava aceleradamente confessional e na qual a participação na esfera pública entrava em declínio. O livro é premonitório em vários sentidos: o horror à velhice, a feminilização da cultura, a autoridade burocrático-permissiva, a educação como mercadoria, a autopromoção por meio de “imagens de vitória”, o paternalismo sem pai. O texto de Lash mostra como, o que era diagnosticado como patologia narcísica ou limítrofe nos anos 1950, torna-se uma espécie de normalidade compulsória nos anos 1970. Para que alguém seja considerado “bem-sucedido” é trivialmente esperado manipular sua própria imagem como se fosse um personagem, com a consequente perda do sentimento de autenticidade; dramatizar sua vida em forma de espetáculo, com o correlativo complexo de impostura ou olhar para seu trabalho como se ele fosse uma maratona olímpica, e você um herói predestinado.

Uma peça fundamental deste narcisismo dos anos 1970, é que ele se exprime em experiências de sofrimento marcadas pelo tédio, pelo esvaziamento e pela falta de sentido, expressão direta de vida fortemente marcadas pela fragmentação na vida no trabalho e pela coerção das narrativas concernentes a uma vida familiar pautada por ideias excessivamente conformistas. Não é um acaso que ainda nos anos 1960 Lacan tenha criticado tão duramente uma psicanálise orientada para ideias de ajustamento e adaptação social, inclusive do ponto de vista do funcionamento das associações formadoras.

Diante disso, seria preciso perguntar como nossa cultura do narcisismo dos anos 1970 transformou-se ou especificou-se, nos anos 2010, em uma cultura da indiferença. Certo que estamos diante de dois capítulos distintos dos processos de individualização iniciados na modernidade. Mas, atenção, convém

distinguir processos sociológicos como os de docilização dos corpos, disciplinarização dos afetos, divisão público-privado, de suas conformações narcísicas. Isso é particularmente importante se quisermos evitar pensar uma teoria da indiferença que não a entenda apenas e tão somente como uma exageração ou uma patologia narcísica.

### 3 NARCISISMO À BRASILEIRA

Consideremos agora como a crítica cultural brasileira, notadamente de extração psicanalítica, redescreveu a emergência da cultura do narcisismo em *terra brasilis*. Lembremos que Jurandir Freire Costa logo chamou a atenção para o fato de que havia um capítulo subtraído da descrição de Lash, que ele soube lembrar tendo em vista o caso brasileiro: a violência. Ao contrário do narcisismo norte-americano, que produzia sentimentos de vacuidade, isolamento e solidão, o narcisismo à brasileira era capaz de inverter, inadvertidamente, a docilidade em violência.

Ou seja, já nos anos 1980 sabia-se que o homem cordial, segundo a descrição de Sergio Buarque de Holanda, era também aquele que relutava em entregar seus filhos para que o Estado os criassem em escolas de natureza pública e espírito republicano. Também parecia nítido, desde nossos modernistas, como Oswald e Mario de Andrade, nossa paixão ambigualmente devoradora de alteridades, nossa antropofagia cultural que nunca conseguia ficar indiferente ao estrangeiro, mas que não realizava exatamente pactos e trocas regradas com este que era sentido como alienígena. Nesse caso, nossa indiferença não incide sobre as fronteiras entre o público e o privado, mas no litoral entre o eu e o outro: submissão ou impotência e desmesura de caráter ou autoironia.

Essas são, de fato, duas figuras do narcisismo e, conseqüentemente, da indiferença nacional. Mas há duas outras cujo parentesco com o narcisismo parece secundário.

Para Gilberto Freire, violência e docilidade convivem bem em função das inversões propiciadas pela sexualidade, na qual o mais fraco pode dominar o mais forte para em seguida ser submetido vingativamente por este.

Finalmente, quando lembramos do trabalho de Jurandir Freire Costa, há a indiferença ligada ao pouco valor da vida do outro, como neutralidade e rebaiamento da afetação ao sofrimento do outro, e até mesmo a si mesmo.

### DIFERENTES DIFERENÇAS

Podemos então começar a distinguir, a partir da análise crítica da cultura, quatro modalidades de indiferença. Em alemão “indiferença” não é um termo que sugere, como em português, a simples negação da diferença. Isso ocorre porque “diferença” se diz “*Unterschied*”, literalmente o que “se separa, ou se divide por baixo” e se opõe à identidade (*Identität*). *Unterschied* contém, portanto, tanto a diferença numérica quanto a diferença qualitativa. É este o termo empregado por Freud em *Algumas conseqüências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (1925), *Geschlechtsunterschieds* é o termo empregado por Freud.

Há outra palavra para diferença que é “*Verschieden*” que não procede do verbo *scheiden* (dividir, separar), mas de *verscheiden*, que quer dizer falecer, morrer, expirar. Aqui está a lei de Leibnitz sobre a *Verschiedenheit* ou da

autoidentidade dos indiscerníveis (“*Tudo é qualitativamente diferente de tudo o mais*”).

Além disso, existe o termo latino *Differenz*, que admite o negativo *Indifferenz* e expressa mais atividade do que *Verscheiden*. Ele aparece em Freud quando este se refere ao narcisismo das pequenas diferenças (*narzismus der kleines Differenzen*):

“Nas antipatias e aversões não disfarçadas para com estranhos que se acham próximos, podemos reconhecer a expressão de *um amor a si próprio, um narcisismo que se empenha na afirmação de si*, e se comporta como se a ocorrência de um desvio em relação a seus desenvolvimentos individuais acarretasse uma crítica deles e uma exortação a modificá-los.” (FREUD, 1921/2011, p. 57).

Ou

“Com expressões que diferem pouco da terminologia empregada pela psicanálise, Crawley assinala que cada indivíduo se separa dos demais por um “*taboo of personal isolation*”, e que justamente em suas pequenas diferenças, não obstante sua semelhança em todo o resto, se fundamentam os sentimentos de estranheza e hostilidade entre eles. Seria sedutor ceder a esta ideia e derivar desse “*narcisismo das pequenas diferenças*” a hostilidade que em todos os vínculos humanos vemos batalhar com êxito contra os sentimentos solidários e degolar o mandamento de amar o próximo.” (FREUD, 1918/2006, p. 195).

Ou

“Certa vez discuti o fenômeno de justamente comunidades vizinhas, e também próximas em outros aspectos, andarem às turras e zombarem uma da outra, como os espanhóis e os portugueses, os alemães do norte e do sul, os ingleses e os escoceses etc. Dei a isso o nome de “*narcisismo das pequenas diferenças*”, que não chega a contribuir muito para o seu esclarecimento. Percebe-se nele uma cômoda e relativamente inócua satisfação da agressividade, através da qual é facilitada a coesão entre os membros da comunidade.” (FREUD, 1930/2010, p. 81).

#### 4 A INDIFERENÇA EM FREUD

O tema da indiferença aparece em Freud profundamente ligado à teoria das pulsões e em seu interior as diferentes modalidades como o amor pode ser negado. O tema da indiferença reaparece em *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico*, de 1911. Texto que começa pela referência à perda da função do Real, em Pierre Janet. Lembremos que, ao contrário das outras pulsões, o amor admite não uma oposição apenas, entre passividade e atividade, mas três, ou seja:

- a) sujeito (eu) – objeto (mundo exterior) (*Aussenwelt*) (amor-indiferença);
- b) prazer – desprazer (amor-ódio);
- c) ativo-passivo<sup>4</sup> (amar-ser amado)

A primeira oposição é soberana e binária, pois descreve o “silenciamento” (*aufgedrängt*) dos estímulos pulsionais externos, mas não internos. A oposição do circuito do prazer liga-se a uma “escala de sensações” sugerindo uma oposição cromática, que admite a consideração de intensidades e qualidades. Finalmente, a oposição entre atividade e passividade envolve dois verbos não simétricos, a saber: receber e reagir. “O sujeito-eu seria passivo perante os estímulos exteriores, e ativo por meio de suas próprias pulsões”<sup>5</sup>. Ademais, a oposição atividade-passividade funde-se posteriormente com a oposição masculinidade e feminilidade. A situação de narcisismo combina duas dessas oposições facultando ao eu a satisfação tomando a si mesmo como objeto de satisfação autoerótica. Neste momento: “[...] o sujeito-Eu coincide com o que é prazeroso, e o mundo externo coincide com o que é indiferente” (*Gleichgültigen*)<sup>6</sup>.

O segundo tempo constrói a oposição entre amor e ódio. Ele está marcado pela introdução do princípio do prazer e, conseqüentemente, sua oposição ao princípio da realidade. Os objetos que são fontes de prazer são tomados para si (introjeção) e expulso (projeção) o que dentro dele se torna fonte de desprazer (*eigenen Innern Unlust*)<sup>7</sup>. Ele passa assim do Eu-real, regido pela oposição interior-exterior, para um “*Lust-Ich purifiziertes*” (eu-prazer purificado). O objeto coincide com o que é alheio (*fremd*) e odiado. O mundo externo está dividido entre o prazer incorporado e o estranho (*fremd*). Aqui há um efeito de retroação do texto. Freud caracteriza o que antes era Realidade exterior como “indiferença” e usa a palavra forte em alemão: *Indifferenz*.

“A indiferença remete ao ódio, à aversão, como caso especial, após ter urgido, primeiro como precursor. O exterior, o objeto, o odiado, seriam bem no início idênticos.”<sup>8</sup>

1. Sujeito-Eu = Prazer.
2. Mundo exterior = Desprazer.

Onde antes havia indiferença agora há desprazer. Pode-se dizer que este é o momento da gênese retrospectiva da indiferença.

O terceiro tempo comporta-se pela regra antes examinada da inversão do sadismo em masoquismo, com a formação de uma identificação: “Dessas três polaridades poderíamos designar a da atividade-passividade como biológica, a do Eu-Mundo externo como real e a finalmente a do prazer-desprazer como econômica.”<sup>9</sup>

Contudo, quando se quer dizer, por exemplo, que alguém é indiferente ao sofrimento do outro, não se usa nem o negativo de *Unterschied* nem o passivo *Verscheiden*, nem *Indifferenz*, mas “*gleichgültig*”, ou seja, igual, análogo. É o que podemos traduzir por “tanto faz”, ou seja, a escolha não exclusiva entre dois termos. Literalmente, “igual valor”. Lembremos que em seu texto obre a negativa, Freud opõe os juízos de valor aos de existência, afirmando a precedência dos primeiros sobre os segundos.

A diferença como *Verschiedenheit* implica que “os diferentes itens são indiferentes (*gleichgültig*) à diferença (*Unterschied*) entre eles mesmos”, ou seja, suas semelhanças e dessemelhanças não contam. Portanto, podemos organizar as versões da noção de diferença e, conseqüentemente, de indiferença em alemão segundo quatro planos, do mais genérico ao mais específico:

- a) a distinção indeterminada (*unbestimmter Unterschied*) (por exemplo, uma pena e um camelo);

b) a distinção determinada (*bestimmter Unterschied*) (por exemplo, um cavalo e uma vaca);

c) a oposição, onde cada oposto depende de seu contrário (*Verschiedenheit*) (ex. norte e sul);

d) a autonegação (*Diferenz*) expressa por algo totalmente contido em si mesmo e sem diferenciação interna. Algo assim teria duas propriedades: ser vazio e ser indeterminado. “É só na medida em que se relaciona ativamente com outras coisas e se diferencia destas, e no processo de diferenciar-se de si mesmo, que uma entidade adquire uma natureza determinada.”<sup>10</sup>. Este não é o caso nem da unidade numérica, nem da unidade qualitativa, mas da unidade negativa.

Se considerarmos o narcisismo como uma patologia do amor, percebemos que as três hipóteses sobre a gênese de nossa violência narcísica respondem por três maneiras distintas de negação da relação de reconhecimento: a negação do agente-outro (amor), a negação dos meios (desejo) e a negação dos fins (gozo).

Freud dizia que o amor é uma pulsão especial porque ela admite três e não apenas uma negação, como a maior parte das pulsões. Amar opõe-se a ser amado, como no canibalismo-cordial, mas também a odiar como na dominação-cordial. Contudo, a oposição real se dá entre amor e indiferença. O amor não acaba quando odiamos o outro ou quando queremos fazer ao outro o que ele nos fez, mas quando nos tornamos indiferentes ao outro. Este é o narcisismo de alta periculosidade, pois passa da docilidade à violência baseado apenas na experiência de admitir ou negar a existência do outro. Na cordialidade, na antropofagia ou na dominação sexual a existência do outro está prevista, bem como as alternativas de reconhecimento. Algo diferente se passa quando nossa cultura da indiferença é forçada a reconhecer aqueles que, até então, não existiam.

## 5 INDIFERENÇA E TEORIA DO RECONHECIMENTO

Antes de tratar deste ponto faz-se necessário insistir um pouco mais nessa estratégia inicial lacaniana, a fim de colocar a questão: O que significa deparar-se com a verdade de um desejo puro que parece transcender toda relação de objeto? Como reconhecer e dar estatuto objetivo àquilo que é pura negatividade que não cessa de não se inscrever? Lacan estaria defendendo alguma forma de *ataraxia*, na qual o sujeito poderia tomar distância de toda e qualquer relação de objeto, e gozar assim da *indiferença absoluta em relação aos objetos empíricos* (indiferença que tem como correlato a própria despersonalização do eu)? Lembremos que no *Seminário XI*, ao insistir na variabilidade própria ao objeto da pulsão, Lacan não deixa de perguntar: “O objeto da pulsão, como devemos concebê-lo para que se possa dizer que na pulsão, não importa qual ela seja, ele é indiferente?” (LACAN, 1973). Poderíamos dizer que a consequência necessária dessa perspectiva seria que no final de análise o sujeito aboliria toda fixação e trocava de objeto mais facilmente?

Um forte indicativo dessa estratégia de abolição de toda fixação de objeto como protocolo de cura encontra-se na compreensão lacaniana do Falo como “presença real” do desejo. Sabemos como o Falo é definido por Lacan como “o significante fundamental através do qual o desejo do sujeito se fará reconhecer como tal, quer se trate do homem ou da mulher”. Como tal significante fundamental, ele é um significante puro, sem força denotativa; ele não denota

## CONVIDADO

objeto algum. Lembremos da famosa definição de Lacan: “o significante é um sinal que não remete a um objeto”. Nesse sentido, o significante puro pode ser compreendido como a formalização da impossibilidade de a linguagem adequar-se aos objetos empíricos. O que mostra como a submissão da diversidade dos modos de sexuação a um significante puro traz como consequência a anulação de todo objeto empírico (por exemplo, o pênis orgânico e todo objeto empírico que venha a tentar substituí-lo, como fetiche) como objeto de desejo e função de gozo.

## NOTAS

<sup>3</sup>STONE J.; SMYTH, R.; CARSON, A. et al., Warlow C, Sharpe M. (2006). La belle indifférence in conversion symptoms and hysteria: systematic review. *Br J Psychiatry*, n. 188, p. 204-209, mar. 2006.

<sup>4</sup>FREUD, S. (1917) Pulsão e suas vicissitudes. In: *Obras In-Completas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 1917, p. 50.

<sup>5</sup>Idem: p. 51.

<sup>6</sup>Idem: p. 53.

<sup>7</sup>Idem: p. 53.

<sup>8</sup>Idem: p. 55.

<sup>9</sup>Idem: p. 63.

<sup>10</sup>INWOOD, M . (1993) *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 173.

## REFERÊNCIAS

FREUD, S. Pulsão e suas vicissitudes. In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Belo Horizonte: Autêntica, 1917, p. 50.

\_\_\_\_\_. El tabú de la virgindad. In: FREUD, S. **Obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 2006 (1918). v. 11.

\_\_\_\_\_. Mal-estar na civilização. In: **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (1930).

\_\_\_\_\_. Psicologia das massas e análise do eu. In: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1921).

INWOOD, M . **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LACAN, J. **O seminário: livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1973.

STONE J.; SMYTH, R.; CARSON, A. et al. La belle indifférence in conversion symptoms and hysteria: systematic review. *Br J Psychiatry*, n. 188, p. 204-209, mar. 2006.





## (IN)DIFERENÇAS SOCIAIS, (IN)DIFERENÇAS DE GÊNERO: O OLHAR DA PSICANÁLISE PARA AS MASCULINIDADES TRANS<sup>1</sup>

SOCIAL (IN)DIFFERENCES, GENDER (IN)DIFFERENCES: THE VIEW OF PSYCHOANALYSIS ON TRANS MASCULINITIES

Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta o modo como diferentes psicanálises abordam a transexualidade. Destaca-se a ideia de experiências identitárias e a análise das masculinidades trans como possível efeito das diferenças sociais entre os gêneros. O olhar psicanalítico transita entre enxergar liberdade e multiplicidade de gênero, por um lado, e, por outro lado, encontrar respostas sintomáticas de gênero.

**Palavras-chave:** Gênero. Masculinidades trans. Experiências trans. Transexualidade. Transidentidade. Feminismo.

*Abstract: The article presents how different psychoanalysis approaches transsexuality. It emphasizes the idea of identity experiences and the analysis of trans masculinities as a possible effect of social differences between genders. The psychoanalytic view transits between seeing freedom and multiplicity of gender, on the one hand, and, on the other hand, finding symptomatic responses of gender*

*Keywords: Gender. Trans masculinities. Trans experiences. Transsexuality. Transidentity. Feminism.*

<sup>1</sup> Texto adaptado a partir de conferência realizada na Jornada Externa InDiferençaS da Sigmund Freud Associação Psicanalítica em junho de 2018.

<sup>2</sup> Psicóloga, doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP), professora do curso de Psicologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Bauru) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual (UNESP/Araraquara). Pesquisa os seguintes temas: gênero, sexualidade, transexualidade e teste de realidade. E-mail: patiporchat77

Há algum tempo venho atendendo pacientes que se apresentam como pessoas trans no Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Estadual Paulista (UNESP) na cidade de Bauru, Estado de São Paulo. Coordeno um grupo de extensão e pesquisa que trabalha junto à população LGBT e, desde 2013, vemos crescer o número de pessoas trans que nos procuram. Nas supervisões clínicas e nos debates acerca desse trabalho, surgem situações que podem ser agrupadas a partir do termo “indiferenças”. Mas antes de entrar neste assunto fazemos algumas considerações sobre o modo como a psicanálise vem se debruçando sobre as questões trans.

Situarei, num primeiro momento, o que quero dizer com experiências trans, pessoas trans. Acredito que a transexualidade, assim como outras experiências trans, sejam experiências identitárias em que pessoas assumem uma identidade não coincidente com o gênero atribuído ao nascimento, a partir da anatomia identificada socialmente como macho ou fêmea, e podem, ou não, realizar modificações corporais. Nessas experiências identitárias, existem di-

versas formas de subjetivação e de construção de gênero, que se contrapõem à noção de uma posição subjetiva única, como parecem sugerir algumas teorias que tipificam o “sujeito transexual”. Nesse sentido, masculinidades trans, por exemplo, são experiências identitárias, que podem compreender diferentes posições subjetivas.

A psicanálise se desdobra em muitas correntes. Para ver como elas abordam a transexualidade, podem-se verificar as ideias de Robert Stoller, Jacques Lacan, Catherine Millot, Moustapha Safouan, Marcel Czermak, Collette Chilland e, no Brasil, de Paulo Roberto Ceccarelli, pioneiro neste tema, Marco Antônio Coutinho Jorge e Rafael Cossi. Mas para marcar a diferença com esses autores vale dizer que faço parte de um grupo de psicanalistas que trabalham com a ideia de *transidentidades* e não transexualismo ou transexualidade<sup>3</sup>. Nesta perspectiva, não se busca uma etiologia que generalize a chamada transexualidade, não se considera que ela seja uma patologia, mas acredita-se que a transexualidade foi uma invenção da medicina. A partir da endocrinologia e das possibilidades cirúrgicas, criou-se determinado quadro clínico que acabou se consolidando como uma entidade psicopatológica. Não há um verdadeiro transexual, como veremos, mas a psiquiatria e mesmo algumas psicanálises o criam e o creem. Para a psicanálise que trabalha com as transidentidades, privilegia-se o caminho de cada sujeito em relação à sua expressão de gênero e à própria intervenção sobre o corpo. Nesse sentido, não há um roteiro fechado em relação ao que deva ser feito para cada expressão de gênero. Hormonização ou cirurgias, cada um faz uma escolha, vai até um certo ponto e isso não o torna menos ou mais trans, transexual, transgênero, travesti, ou, enfim, o nome que essa pessoa queira usar para falar de si, de sua identidade. Essa é justamente a ideia de uma hipersingularidade que, por sua vez, combina com um dos sentidos atribuídos ao *queer*. Como diz Eve Kosofsky Sedgwick, “talvez a palavra *queer* só possa ser dita no singular” (SEDGWICK, 1993), ou seja, considera-se que não há ninguém igual a nós. *Queer* é único e raro.

Outro aspecto da perspectiva do trabalho com as transidentidades, é tomar em consideração a teoria butleriana e considerar o gênero como um ato performativo. As identidades binárias passam a ser um efeito ilusório de gênero a partir de certa performatividade. As práticas performativas produzem como efeito a ideia de que haveria uma substância que, de fato, não existe. Gênero se amplia em sua concepção e engloba o sexo anatômico, a identidade de gênero, o desejo e a prática sexual. Abre-se um campo para inúmeros gêneros, e a identidade não poderá mais ser considerada fixa ou imutável (BUTLER, 2003).

Por último, achamos fundamental a ideia de convocar as pessoas trans para falarem por si próprias. Há uma “expertise” dos sujeitos trans, pois são eles que vivenciam suas próprias experiências. Enquanto analistas, temos normalmente uma perspectiva clínica e essas pessoas são compreendidas enquanto pacientes. Falamos dos e das pacientes trans, da entidade trans. Mas não temos o paradigma da “normalidade”, pois a maioria dos analistas não convive ou sequer conheceu alguma pessoa trans. Faz muita diferença escutar essa pessoa de um outro lugar, ler o que ela escreveu, dividir uma mesa num congresso com ela, enfim, ter uma convivência fora do *setting* analítico. Certamente isso acontecerá cada vez mais, mas, de fato, por muito tempo não aconteceu. Em parte, porque essas pessoas vieram de uma condição marginalizada, fugindo do convívio social ou evitando profissionais da área da saúde mental, que fatalmente patologizariam sua condição. Trata-se de um salto qualitativo para a escuta analítica de pessoas trans, convocá-las a falar de um outro lugar, que

## CONVIDADO

não seja o lugar de paciente. Para escutá-las como sujeitos, é preciso tirá-las da condição de abjetos.

Nesse sentido, Thamy Ayouch e eu coordenamos um dossiê na revista *Periódicus*, da Universidade Federal da Bahia, em 2016, denominado *Corpo, política, psicologia e psicanálise: a produção de saber nas construções transidentitárias*. Consistia em artigos de pessoas trans e pessoas cis, em igual número. Entre as pessoas trans havia também psicólogos, o que tornou o número especialmente interessante, pois deslocou o lugar de fala e, no caso, de escrita. Não eram apenas pessoas cis psicólogas escrevendo sobre trans, pacientes em potencial. Havia psicólogos, psicólogas e *psicologues* trans escrevendo sobre si próprios e também sobre pessoas cis. Foram pontos de vista muito distintos. Ayouch comenta a posição da psicanálise diante das pessoas trans, dizendo que:

A “inversão da questão trans” consiste precisamente em deixar de perguntar o que a psicanálise pode dizer das transidentidades, o que seria abusivo, seja qual for a alegação: se a psicanálise pretende se ocupar da hipersingularidade do sujeito e foge a toda categoria generalizadora, faz pouco sentido falar globalmente de transidentidades, quanto de cis-identidades. A inversão consiste em perguntar, antes, o que essas identificações e sua nova visibilidade e empoderamento vêm revelar do funcionamento de um tipo de discurso psicanalítico, de sua essencialização e das suas metas de poder. A questão é irremediavelmente politizada: trata-se da inscrição da psicanálise na *Pólis*, da sua dimensão irredutivelmente política, dos efeitos de poder do seu saber. (AYOUCHE, 2016, p. 4).

O que acontece à psicanálise quando fala de modo tão determinante sobre o outro? Que tipo de exercício de poder se apresenta na imposição de uma categoria diagnóstica a um outro? Pensemos um pouco sobre o que é o ato de categorizar, de diagnosticar, de buscar uma etiologia. A quem isso serve? Quem é esse outro sobre o qual dizemos tanta coisa, produzimos tantas “verdades”? Um outro que, reativamente, também começa a dizer coisas sobre ele mesmo, tão submetido que se encontra a nossas verdades.

Os eixos de discussão que nortearam, até então, o debate sobre a clínica da transexualidade do ponto de vista psicológico, psiquiátrico ou psicanalítico, são: a) definição, tipo clínico, diagnóstico (patologia); b) etiologia; c) tratamento; d) benefícios de intervenções corporais; e) autonomia, e f) ética. Ao se fazer um percurso pelas teorias que abordam a transexualidade, é isso que encontramos, é isso que salta aos olhos.

Para retomar o que se produziu teoricamente acerca da transexualidade na psicanálise, vale lembrar que diversos são os paradigmas clínicos dos quais partem os diferentes autores para suas elaborações. Seja Millot, Stoller ou qualquer outro psicanalista conhecido pelos seus aportes teóricos sobre o tema, tenhamos sempre em mente o seu ponto de partida. Temos, por exemplo, psicanalistas que adotam o ponto de vista da psiquiatria, que identifica o transexual e o nomeia em função do desejo de mudança do sexo masculino para o feminino (Male to Female, MtF) ou do sexo feminino para o masculino (Female to Male, FtM). Seguem-se aqueles que consideram o desejo de mudança como algo da ordem de um delírio, de uma psicose, de um empuxo à Mulher. Quais teorias, afinal, sustentam quais verdades acerca das experiências trans?

Atualmente vemos uma proliferação de masculinidades trans, e é a partir delas que pretendemos fazer uma breve reflexão. Observem que estudar transe-

xualidades, ou, como propusemos, transidentidades, a partir de masculinidades trans, é diferente de pensar essas identidades a partir das mulheres transexuais ou das travestis.

Vejam os brevemente os principais nomes da psicanálise que se debruçaram sobre as questões trans. Sempre há a pergunta pela etiologia, quase como se fosse uma investigação policial. Em seguida, é preciso dar um diagnóstico e pensar num tratamento. É preciso *fazer* algo, acreditam esses autores, a cirurgia é uma indicação possível, assim como o tratamento hormonal. Em Stoller, por exemplo, a etiologia diz respeito à relação simbiótica intensa entre mãe e bebê e à dificuldade do menino em se desvincular da feminilidade primária. Em termos diagnósticos, não se trata de uma psicose, tampouco de uma perversão, mas de um distúrbio do ego corporal. As modificações corporais seriam saídas possíveis para o tratamento para a transexualidade. Stoller, como sabemos, é a porta de entrada da identidade de gênero na psicanálise, no final da década de 1960. O termo gênero entra para o vocabulário psicanalítico associado à patologia.

Nas considerações que faz sobre os meninos transexuais investigados, a partir dos quais desenvolve sua teoria do núcleo da identidade de gênero, Stoller tipifica as famílias às quais eles pertencem. Acredita encontrar um padrão e uma dinâmica muito específicos. Trata-se de uma mãe bissexual com um desejo parcialmente suprimido quanto a ser homem, e cronicamente deprimida; o filho considerado muito bonito e gracioso, mantido muito perto da mãe, física e emocionalmente; o pai, física e emocionalmente ausente, além de não servir de modelo de masculinidade, não impede e nem desencoraja a proximidade simbiótica estabelecida entre mãe e filho - este, conseqüentemente passa a se identificar com ela; tal simbiose inabalável é feliz e persiste ininterruptamente por vários anos (STOLLER, 1982, apud COSSI, 2011).

Depois de *Sex and Gender*, publicado no final da década de 1960, Stoller faz novas considerações sobre a transexualidade, mas essa é sua obra paradigmática, que marcará o pensamento psicanalítico sobre as pessoas trans. É esse tipo de referência que encontramos nos cursos de psicologia e nas sociedades de psicanálise. Quando alguém se inicia nesse tema, normalmente recorre às obras clássicas e constrói um pensamento a partir das “verdades” de referência desses autores. Isso não seria problemático, não fosse a complexidade que envolve os temas relacionados às sexualidades e às identidades. Não encontramos respostas para essas questões apenas nas grandes obras e no campo da psicanálise. Aí vislumbramos o equívoco em que muitos incorrem.

Outro nome importante na história do pensamento psicanalítico acerca da transexualidade é o de Colette Chilland, que, em 1999, publicou *Changer de sexe*. Inicia seu livro com agradecimento especial a Stoller, por abrir as portas de uma escuta distinta da escuta apenas do paciente e que envolve a dinâmica entre os pais e a criança “transexual”. Chilland trará a transexualidade como doença do narcisismo, associada aos estados-limite, ao que se chama “border-line”. Sobre os transexuais, diz:

Frente a seus pais, não puderam se ancorar em um investimento narcisista satisfatório, isto é, em um sentimento de unidade, de continuidade, de valor, de estima satisfatória de si mesmo. Seus investimentos objetivos estão perturbados; para amar os demais, faz falta amar a si mesmo. Os transexuais não puderam instalar-se em um investimento positivo do sexo de seu corpo. [...] nenhuma das duas figuras parentais era um modelo. Nenhum dos dois pais se sentia à vontade com sua identidade sexuada (CHILLAND, 1999, p. 243).

## CONVIDADO

Ainda no campo de um distúrbio em relação ao ego, vemos um autor brasileiro, Paulo Roberto Ceccarelli, investigando como se dá a construção do ego corporal no paciente transexual, como se produz o sentimento de identidade sexuada a partir da representação psíquica do corpo. Sua chave de leitura para a compreensão desse processo se relaciona ao fantasma dos pais, à posição subjetiva dos pais em relação ao próprio sexo, àquilo que o sexo anatômico do bebê provoca no imaginário desses pais. Esses são elementos que interferem na construção da percepção de um corpo em desacordo com a anatomia. Ceccarelli sugere que algumas partes do corpo de uma criança transexual, por exemplo, o órgão sexual, não obtiveram o mesmo investimento libidinal por parte da mãe. Por esse motivo, essas partes seriam recalçadas, ligadas a sentimentos de “vergonha”, de “desprezo”. Nesse sentido, encontra-se uma explicação, uma etiologia, quase uma generalização (CECCARELLI, 2008). Isso é o que encontramos no livro clássico do autor sobre transexualidades, reeditado em 2017. Mas é preciso ter em mente que Ceccarelli também realizou avanços em sua forma de pensar sobre a transexualidade. É preciso estar sempre em movimento quando nos aventuramos neste campo.

Vemos, a seguir, Lacan, que não tem propriamente uma teoria sobre a transexualidade, mas tece apenas alguns comentários. No entanto, eis novamente a referência ao mestre e à sua obra. O que Lacan escreve produz como efeito a invocação de seu nome para abrir ou encerrar debates, não importa qual seja o tema, nem quanto ele tenha se dedicado ao assunto. Às vezes, parece que tanto faz a consistência do que “Lacan diz”. Ela pouco importa para muitos de seus seguidores. O que ele disse sobre a transexualidade acaba por ser levado em conta, de qualquer modo.

Chama-se *Sex and Gender*, de um certo Stoller. É muito interessante de ler, primeiro porque desemboca num assunto importante – o dos transexuais, com um certo número de casos muito bem observados, com seus correlatos familiares. Talvez vocês saibam que o transexualismo consiste, precisamente, num desejo muito enérgico de passar, seja por que meio for, para o sexo oposto, nem que seja submetendo-se a uma operação, quando se está do lado masculino. No livro vocês certamente aprenderão muitas coisas sobre o transexualismo, pois as observações que se encontram ali são absolutamente utilizáveis. Aprenderão também o caráter completamente inoperante do aparelho dialético com que o autor do livro trata essas questões, o que o faz deparar, para explicar seus casos, com enormes dificuldades, que surgem diretamente diante dele. Uma das coisas mais surpreendentes é que a face psicótica desses casos é completamente eludida pelo autor, na falta de qualquer referencial, já que nunca lhe chegou aos ouvidos a forclusão lacaniana, que explica prontamente e com muita facilidade a forma desses casos. (LACAN, 1971/2009, p. 30).

Vemos que Lacan faz um comentário irônico sobre o livro do Stoller, sugerindo que este último deveria ter lido o primeiro. Obviamente Lacan não estava falando de todos os transexuais, mas de sua leitura dos pacientes que Stoller apresenta em seu livro. Na esteira de seu pensamento, surge o livro de Catherine Millot como uma espécie de bíblia sobre a transexualidade, pelo menos no pensamento francês que chega ao Brasil. *Extrasexo: ensaio sobre o transexualismo* foi publicado em 1983, na França, e, em 1992, no Brasil. Millot realiza entrevistas com pessoas transexuais e tem posições distintas ao longo dos ensaios ali

presentes. Em certo momento, apresenta a transexualidade como histeria, em outros momentos como uma psicose, diagnóstico que acaba prevalecendo.

Para Millot, o transexualismo<sup>4</sup> é um fenômeno social, um sintoma de civilização. As pessoas transexuais buscam adequar seu corpo às aparências no sexo oposto, pois possuiriam a certeza de que a sua identidade sexual verdadeira é contrária a seu sexo de origem biológica. O elo com o social, de acordo com Millot, se deve ao fato de que se trata de um pedido que se dirige ao outro, de uma solicitação feita a partir de uma oferta da ciência (MILLOT, 1992, p. 17). A medicina oferece avanços tecnológicos, cirurgias, terapias hormonais. As pessoas respondem a essa oferta com o seu desejo de modificação corporal. Esse é o raciocínio de Millot, que também tipifica a transexualidade. A mulher transexual se sente mulher e sempre se sentiu assim, diz Millot.

Quando se veste como mulher passa facilmente por mulher: ele é feminino, mas não efeminado. Ele não sente gozo sexual ao vestir roupas femininas. Se ele se sente atraído por homens, não se sente homossexual, pois os homens o agradam pelo fato dele se vivenciar como mulher - e apenas se estes homens forem heterossexuais. Nas relações amorosas, não suporta que seu parceiro se interesse pelo seu pênis. Se ele próprio se entrega à masturbação, é de modo feminino, por exemplo, fechando e apertando as suas coxas, e sem tocar no seu órgão. (MILLOT, 1992, p. 44).

O resultado desse tipo de descrição foi a produção de um roteiro que muitas mulheres transexuais seguiram ao pé da letra para obter a autorização médica e jurídica para a realização de modificações corporais junto aos serviços de saúde públicos. Perceberam que havia a necessidade de se conformar a um tipo, o “transexual verdadeiro”, que, eventualmente, pode coincidir com uma pessoa de fato existente. Mas, tenhamos em mente, as variações são inúmeras.

Podemos encontrar artigos dos anos 2015, 2016, 2017, em que analistas lacanianos repetem exatamente as ideias de Millot. É assim que entendem o que é uma pessoa trans. Mas nem se dão conta de que as pessoas trans estão igualmente lendo e decorando Catherine Millot: “Eu odeio o meu pênis. Não tenho gozo sexual. Sou assexuado”.

Sobre os homens trans, dirá Millot:

É a um macho viril que as mulheres transexuais procuram se conformar. Isso não as opõe forçosamente às históricas, cujo questionamento sobre as suas identidades pode levar a uma identificação imaginária com o Homem. Por não saber se situar do lado mulher, coloca-se do lado homem. O que é uma maneira de resolver a questão segundo os termos de uma delas. (MILLOT, 1992, p. 101).

Millot pode ter construído suas ideias acerca de entrevistas que realizou ou de alguns casos que atendeu. Mas há um evidente problema em generalizar suas observações. Há efeitos políticos, tanto para as pessoas trans quanto para os analistas. As pessoas trans se tornam vítimas de políticas públicas baseadas em visões patologizantes. Os analistas se tornam reféns de perspectivas igualmente patologizantes, através de seus autores e instituições de referência. É normal que, como analistas, façamos diagnósticos, observações clínicas e as compartilhemos entre os pares. No entanto, quando essas observações e teorias versam sobre questões de sexualidade, gênero e corpo, o cuidado deve

## CONVIDADO

ser maior. Identidade de gênero, identidade sexual, sexo, sexualidade comum e sexualidade, como conceito da psicanálise, são coisas distintas.

Na passagem acima, Millot aproxima a transexualidade masculina da histeria. Em outros momentos de seu texto, vemos seu pensamento conceber a hipótese de uma hipocondria, em que o indivíduo manifesta uma posição transexual para se fazer amputar os seios, por exemplo, porque teme que um dia eles possam vir a contrair câncer. Millot entende que não é pela sintomatologia que se define uma psicose, mas opta, finalmente, por definir uma espécie de limbo denominado “extrasexo”, um sexo dos anjos, fora da partilha sexual. Se havia, aparentemente ao longo do livro, uma diferença entre transexualidade masculina e feminina, em sua conclusão Millot dirá que, após ouvir o relato de uma transexual feminina (um homem trans), Gabriel, não haveria como sustentar uma diferença entre eles. Pode-se aproximar as duas posições (homens trans e mulheres trans) relacionadas “com o falo e ao que ele encarna de extrasexo, e mesmo de extracorpo” (MILLOT, 1992, p. 120).

Czermak (1982) sustentará claramente se tratar de uma psicose. Frignet (2002) fará diferença entre o transexual e o transexualista, o primeiro sendo psicótico e, o segundo, operando com o mecanismo de perversão, assim como os teóricos e políticos que trocam o sexo pelo gênero, dirá ele. No Brasil, Cossi (2011) propõe compreender a transexualidade através da *Verleugnung* (do desmentido, da clivagem do eu), como recurso que reconhece e nega o corpo concomitantemente. Vemos, desse modo, a busca incessante por etiologias da transexualidade. Essa busca culmina, recentemente, na proposta de uma histeria generalizada. Seriam os avanços técnico-científicos que ofertam a transição do sexo e, portanto, criam a transexualidade. Também ofertam a resposta para tapar o buraco do enigma sexual, vinculado à estrutura histórica, como ele sugere (JORGE; TRAVASSOS, 2017).

A publicação e o acesso às ideias de variados autores acima expostas implica numa clínica e numa teorização que atingem um patamar de intervenção política. O caso não está sendo discutido apenas com colegas, mas com qualquer um que tiver acesso a ele pela internet. Isso desencadeia reações que alimentam os movimentos sociais e as políticas públicas. Devemos nos perguntar, então, qual é a função e a responsabilidade do analista diante desse cenário. Sem dúvida, ele não pode ficar alheio às transformações sociais, algumas, inclusive, fomentadas pela própria psicanálise.

Retomando, agora, a ideia de que as masculinidades trans são experiências identitárias, vejamos em que medida elas se relacionam ao tema das indiferenças. Parto da seguinte pergunta: Haveria uma relação entre diferenças sociais e diferenças de gênero? Ou, dito de outra forma, entre as indiferenças frente aos problemas sociais, por um lado, e a produção de indiferenças de gênero, isto é, de gêneros aparentemente indiferenciados em homens ou mulheres? Digo isto, pois algumas masculinidades trans claramente não são FtM, do ponto de vista psiquiátrico e, em seu discurso, recusam a masculinidade representada pelo estereótipo do homem cis. Recusa-se, portanto, a afirmação: sou um Homem.

Podemos enumerar algumas diferenças sociais que, acredito, impactam na construção dos gêneros: primeiramente, a desigualdade nas relações de gênero. Apesar de denunciadas há muito tempo pelos movimentos feministas, continuamos assistindo a situações como a diferença salarial entre homens e mulheres, diferença de chances profissionais, falta de liberdade de circulação das mulheres, seja pela ameaça de agressão, seja por proibição de seus parcei-

ros, falta de autonomia em decisões sobre o próprio corpo, e, ainda, falta de liberdade sexual em muitos contextos. Assistimos, com alguma indiferença, aos movimentos que denunciaram essas diferenças. Sem dúvida, mudanças ocorreram nas últimas décadas e, mais recentemente, em maior escala e em maior velocidade. Todavia, as reivindicações continuam, pois as desigualdades permanecem. O que temos de novo, não é o incômodo com as relações de gênero, mas com o próprio gênero.

Nossa segunda indiferença, é quanto à violência de gênero. Parece haver uma cegueira social em relação a décadas de violência contra a mulher: violência física, psicológica e social. Mulheres submetidas, totalmente dependentes, mulheres vistas e usadas como objeto sexual. Graças à população mais jovem, atuante na luta pelo fim dessa violência, ela é denunciada com maior frequência, tornando visível, por exemplo, o alto número de assassinatos de mulheres. Movimentos como o *Ni una menos*, na Argentina, levaram às ruas quase um milhão de pessoas, em 2016, por ocasião de um assassinato brutal de uma garota de 14 anos e, poucos meses depois, outra, de 16 anos. Vemos aí que o gênero se moveu, isto é, as relações de gênero foram sacudidas, as mulheres, principalmente as mais jovens, se cansaram da violência. Talvez a psicanálise não tenha se dado conta, tanto assim, dessas mudanças.

Uma terceira indiferença que afetou as questões de gênero foi a negligência com relação às denúncias de violência contra a população LGBT. Masculinidades e feminilidades questionadas e amores proibidos foram tratados com agressão verbal, bullying, agressão física, exclusão social e assassinato.

As diferenças e a sociedade indiferente produziram seus efeitos. Movimentos sociais reagiram e se perguntaram pelas relações entre homens e mulheres, entre homossexuais e heterossexuais, entre cisgêneros e transgêneros. A psicanálise, considerando a ideia de um sujeito universal, não parece ter enxergado a violência nas relações de gênero, tampouco a indiferença da sociedade. Essas questões praticamente não foram incorporadas na escuta de seus pacientes, salvo na prática de algumas poucas analistas, como Bleichmar (1988) ou Fernández e Giberti (1989), na Argentina, já nas décadas dos anos 1980 e 1990.

A psicanálise foi efetivamente sacudida por essas questões após ser confrontada ao longo das décadas de 1990 e 2000 por teóricas ligadas aos estudos de gênero, à teoria *queer* e aos estudos gays e lésbicos. A partir desse momento, começou a ensaiar algumas respostas. Primeiramente de um ponto de vista defensivo. Posteriormente, incorporando críticas, revendo alguns de seus pontos de vista ou, ainda, buscando em seu próprio arcabouço teórico novas interpretações de velhos conceitos, de modo a ajustar-se ao mundo atual. Ainda que acredite não ser uma teoria normativa, certamente não partiu da psicanálise a disposição para analisar as relações de poder entre os gêneros e a heteronormatividade. Tampouco parte dela o questionamento sobre a corponormatividade, isto é, sobre o fato de se colocar em questão o que seria o “normal” de um corpo, quando se trata de modificações corporais relacionadas aos gêneros. Tomemos como exemplo o homem trans, sem seios, com barba, e que engravida. O que pensar disso?

Ser um homem, ser uma mulher, hoje, na sociedade atual, o que isso significa? O que podemos ser, o que queremos ser, o que conseguimos, efetivamente, ser? Usei no título o termo “(In)diferenças” de gênero, que pode sugerir algumas interpretações: diversidade de gêneros, diferenças entre os gêneros masculino



## CONVIDADO

e feminino, como já vimos, e gêneros que não se diferenciam em homem ou mulher, ou seja, considerando a disposição perverso-polimorfa e a disposição psíquica bissexual, gêneros que são ou se tornam indiferentes ao binarismo exigido pela sociedade. Não falo aqui de transexuais que assumem o binarismo de gênero e se autoreferem como mulher ou como homem. Aliás, era o discurso que prevalecia há mais ou menos dez anos. Ninguém dizia ser trans. Hoje muitos se assumem como mulher trans ou homem trans e isso significa uma relativa diferença com o ser mulher ou homem. Além desses, temos outros tantos gêneros, como sugeriu o Facebook (cerca de 56), em 2014. É a essa proliferação que eu chamo de indiferenças de gênero. Seria apenas algo da ordem da diversidade de manifestações e expressões humanas, uma multiplicidade de gêneros? Seriam respostas sintomáticas às indiferenças sociais? Seriam soluções psíquicas, ou seja, pontos de equilíbrio e estabilização do sujeito? Seriam expressões identitárias da atualidade ou, já existentes, e apenas permitidas pela atualidade?

Trabalhamos com duas hipóteses: a) as (in)diferenças sociais, que descrevemos como sendo a resposta da sociedade à desigualdade e à violência nas relações de gênero, geram desconfortos de gênero e produzem respostas sintomáticas no gênero; b) as mesmas (in)diferenças sociais geram desconfortos de gênero, mas geram também lutas (reivindicações de movimentos sociais) que produzem liberdade de gênero, no sentido da multiplicidade.

Sugiro uma resposta que é a seguinte: vamos pensar que gênero é um operador conceitual na intersecção entre indivíduo e sociedade. A existência das indiferenças ou da multiplicidade de gênero é uma questão social atual, seja pela possibilidade de sair do armário, seja pela eventual resposta sintomática, seja pela possibilidade de se inventar um gênero e mesmo um corpo.

Tomando as masculinidades trans como exemplo, pensemos que tanto o objeto de atração (homossexual ou heterossexual), quanto o objeto de identificação estão desvalorizados socialmente. Poderíamos fazer um raciocínio conservador e dizer que parece haver uma recusa em ser a mulher de certo imaginário social. Mas também haveria uma recusa em ser o homem já tão atacado, desvalorizado, e problematizado por toda uma reação feminista dos últimos anos. No entanto, poderíamos argumentar, existem tantas formas de ser mulher.... Não seria difícil relacionar uma masculinidade trans, a depender de determinada história pessoal, com a ideia de uma fuga da feminilidade. Esse seria o raciocínio conservador. Alguns analistas diriam: “Não seria o caso de impedir a hormonização dessa pessoa, porque mudanças produzidas por hormônio não têm volta, causam problemas, etc.?” Parece-me que esta é uma visão edípica normativa, isto é, uma redução da experiência transidentitária a uma leitura de um Édipo que não funcionou bem, que não deu certo, leitura que comporta modelos histórico-tradicionais de homem, de mulher, e de desejo sexual, no caso, heterossexual. Forçamos a escuta das construções edípicas normativas e chegamos, por exemplo, ao diagnóstico de histeria. Nesse raciocínio clássico e simples, chegaremos sempre ao mesmo lugar.

Poderíamos e deveríamos também raciocinar de outra maneira, de modo a não mais sermos indiferentes às relações de poder que sempre produzem violentos e violentados, não só nas relações de gênero. Uma sugestão é explodir a noção de gênero e passar a falar de expressões do ser (BUTLER, 2004). Resta pensar se o Édipo está ou não aprisionado numa certa concepção que crê o gênero como essência, como estável e estanque. O Édipo sobrevive à multiplicidade de identidades, para além do binarismo homem e mulher? E a psicanálise, caso necessário fosse, sobreviveria sem o Édipo? Van Haute e Geyskens, em seu livro *Psicanálise sem Édipo*,

sugerem que podemos prescindir do Édipo para pensar a patologia. Pode-se pensar a patologia como uma expressão excessiva dos mesmos distúrbios que acometem a todos, na ideia do cristal que se fragmenta em determinadas linhas. Os distúrbios seriam excessos de normalidade, dizem eles. Talvez o Édipo crie patologias psicanalíticas ao normatizar o gênero. O gênero, segundo Van Haute e Geyskens, tem o seu referente na disposição psíquica bissexual, não precisa do Édipo para lhe dar um destino. De acordo com os autores: “Freud e Lacan concordam em, ao menos, um ponto: seres humanos vivem suas vidas em uma tensão contínua, que não pode ser resolvida, entre patologia e cultura” (VAN HAUTE; GEYSKENS, 2016, p. 140). Eu diria que a mesma tensão se aplica à psicanálise. Algumas das patologias psicanalíticas, ao menos as de gênero, se criam e se dissolvem na cultura.

#### NOTAS

<sup>3</sup> Além de mim, cito Thamy Ayouch, Eduardo Leal Cunha e Simone Perelson, psicanalistas em diferentes instituições e espaços universitários, mas com perspectivas muito semelhantes quanto a questões de gênero.

<sup>4</sup> Hoje adotamos o termo transexualidade, para evitar uma aproximação com doenças ou patologias, frequentemente nomeadas de modo a terminar em -ismo.

#### REFERÊNCIAS

- AYOUCHE, T.; PORCHAT, P. (Orgs.). Dossiê corpo, política, psicologia e psicanálise: a produção de saber nas construções transidentitárias. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, 2016.
- BLEICHMAR, E.D. **O feminismo espontâneo da histeria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- BUTLER, J. **Problema de gênero**. Feminismo e subversão do sujeito. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Undoing gender**. Nova York e Londres: Routledge, 2004.
- CECCARELLI, P. R. **Transexualidade**. 3. ed. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017. (Coleção Clínica Psicanalítica).
- CHILLAND, C. **Cambiar de sexo**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1999.
- COSSI, R. **Corpo em obra**. São Paulo: Versos, 2011.
- CZERMAK, M. Précisions sur la clinique du transsexualisme. **Le discours psychanalytique**, n. 3, p. 16-22, 1982.
- FERNANDEZ, A. M.; GIBERTI, E. (Orgs.). **La mujer y la violencia invisible**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1989.
- FRIGNET, H. **O transexualismo**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.
- JORGE, M.A.C.; TRAVASSOS, N.P. A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização? **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 307-330, Apr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-47142017000200307&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142017000200307&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- LACAN, J. **O Seminário – livro 18. De um discurso que não fosse semblante**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MILLOT, C. **Extrasexo**. São Paulo: Escuta, 1992.
- SEDEGWICK, E. K. **Queer and now. Tendências**. Durham: Duke University Press, 1993.
- STOLLER, R. J. **Masculinidade e feminilidade: apresentações de gênero**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- VAN HAUTE, P.; GEYSKENS, T. **Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e em Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

## ENTREVISTA COM CHRISTIAN INGO LENZ DUNKER<sup>1</sup>

– EM SEU LIVRO *MAL-ESTAR, SOFRIMENTO E SINTOMA – UMA PSICOPATOLOGIA DO BRASIL ENTRE MUROS*, VOCÊ ELABOROU A NOÇÃO DE “LÓGICA DO CONDOMÍNIO” QUE CONCEBE AS RELAÇÕES NO PAÍS A PARTIR DE UMA FORMA DE VIDA QUE SÃO AS MORADIAS EM FORMATO CONDOMINIAL. ESTA SERIA VISTA COMO IDEAL DE VIDA E CONSUMO E COMO FORMA DE PROTEÇÃO DO OUTRO QUE É VISTO COMO PERIGOSO. PODERIA FALAR MAIS SOBRE ESSA LÓGICA E COMO O TEMA DA (IN)DIFERENÇA SE ENLAÇA COM TAL PROPOSIÇÃO?

**CHRISTIAN** - Freud tem um pequeno artigo sobre o falso reconhecimento (*Fausse Reconscense*) no qual aborda a situação clínica em que o paciente conta algo, como se fosse a primeira vez, mas em verdade repete algo que já tinha dito. Ele aproxima este fenômeno da experiência de que sentimos que já estivemos em uma situação ou lugar antes (*déjà-vu*). Sua hipótese é de que certos traços de percepção permaneceram suspensos e desligados do complexo representacional, de tal maneira que quando a coisa acontece pela segunda vez, nós sentimos que é como se fosse a primeira. A lógica do condomínio pode se inscrever no campo das experiências de falso reconhecimento, ou seja, uma forma de vida planejada, controlada e organizada, mas que, em verdade, reproduz uma comunidade de iguais, definida por quatro características: (1) o muro como estrutura material e simbólica de segregação do outro e da diferença, (2) o síndico como sucedâneo do regime de autoridade vigente, reduzida à administração de normas, à gestão de regulamentos, baseada na multiplicação de excepcionalidades e na inflação de normas corretivas (3) a fantasia de exclusividade e o circuito de afetos que vai do medo à inveja e funciona como uma construção secundária que cria por trás do muro a figura obscena do outro perigoso, com o qual não se pode conversar nem negociar e (4) os sintomas derivados da expansão do narcisismo das pequenas diferenças; rivalidade e exibicionismo; humilhação social dos funcionários e exercício do pequeno poder, baseados em violação ostensiva de regras, angústia difusa, apatia e déficit crônico de intimidade. No fundo a lógica do condomínio impõe uma gramática fundamentalmente baseada na proliferação da indiferença como uma patologia do reconhecimento. Não se trata aqui da indiferença como resultado final da série de oposições às quais o amor está submetido e que Freud chamou de oposição real. A indiferença narcísica, como patologia do social, implica um esforço decidido e laborioso, por meio do qual o desprezo pelo outro e a suposição de inveja neste outro é a base de minha satisfação narcísica. O modelo disto é obviamente o consumo conspícuo descrito por Veblen em sua sagaz observação sobre os novos ricos americanos das primeiras décadas do século XX. Sua principal característica é a forçagem da indiferença com relação aos que estão fora dos muros e uma consequência como a exageração das diferenças em relação aos que estão dentro do condomínio. Ou seja, a indiferença com relação à desigualdade social, aos maus-tratos das babás, motoristas e demais empregados não apenas uma decorrência de formações específicas de caráter ou educação, mas um traço distintivo da posição de identificação daquele sujeito. Isso implica uma maneira específica de relacio-

<sup>1</sup> Psicanalista. Professor Titular do Instituto de Psicologia da USP junto ao Departamento de Psicologia Clínica. Pós-Doutorado na Manchester Metropolitan University. É Analista Membro de Escola (A.M.E.) do Fórum do Campo Lacaniano. Coordena o Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da USP. E-mail: chrisdunker@usp.br

Entrevista realizada pela editora e comissão executiva da Sig Revista, com colaboração da psicanalista Eneida Cardoso Braga.

nar-se com seu próprio semblante, como se os objetos e posses não fossem referidos à história, à genealogia ou ao caminho pelo qual se os adquiriu, e portanto, pelos quais nos orgulhamos por sermos reconhecidos. Inversamente, para este tipo de patologia narcísica só importa o último capítulo da história, o instante de apresentação e exibição, pelo qual o show do eu será posto em prática. O resultado final do falso reconhecimento já foi descrito por Machado de Assis em seu conto “*O Espelho*”, no qual um alferes do exército torna-se depressivo quando vai visitar a fazenda de escravos da tia e lá ele só é reconhecido como a infantil figura do sobrinho da dona. Ao privar os escravos de seu reconhecimento ele se interditou de usufruir de um reconhecimento real, que o isola na cena terminal, diante do espelho, sozinho em autocontemplação.

**– PODERIA FALAR SOBRE O QUE PENSA DAS INSTITUIÇÕES PSICANALÍTICAS A PARTIR DESSA LÓGICA DO ENTRE MUROS, CONSIDERANDO SUA PROPOSTA DE TIRAR A PSICANÁLISE E OS PSICANALISTAS DAS QUATRO PAREDES DOS CONDOMÍNIOS INSTITUCIONAIS?**

**CHRISTIAN** - A ideia da lógica do condomínio não nasceu da observação dos muros dos manicômios psiquiátricos e dos filmes sobre segregação, como *Alphaville*, mas de minha própria experiência com escolas de psicanálise. Para qualquer estudante medianamente formado a ideia de evitar ler autores de outra escola é apenas e tão somente porque eles são de outra escola. As operações de invisibilidade e neutralização quando não de expurgo, assim como a confiança decidida de que o laço entre os analistas, e apenas e tão somente entre verdadeiros psicanalistas, seria suficiente para gerar um refúgio ao mal-estar na civilização são o modelo para a noção de muro. Os pequenos caudilhos que com sua concentração de transferências arrebatam pessoas e destroem a capacidade de pensar e de se autorizar me deram a ideia do tipo ideal do síndico. As tendências à separação e conflitos inúteis, do ponto de vista da autoridade e do poder, os projetos de colonização e endocolonização, do Brasil central para o Brasil profundo, serviram de mote para a ideia de que certos afetos podem circular como um modo de empreender um discurso sobre a alta modernidade, seja ela parisiense, carioca, londrina ou paulista. Finalmente, o sofrimento que via entre os jovens psicanalistas, incapazes de compreender a selva das cessões e divisões, herdando conflitos e desavenças importados de conversas das quais estavam excluídos, bem como a arrogância dos grandes mestres, e seus exageros tirânicos, deram-me a pista para retornar ao narcisismo de pequenas diferenças. Lacan, em sua tese de doutorado, cita as profissões delirantes, como a dos artistas e dos homens de propaganda, que seriam delirantes porque nelas tudo depende do que as outras pessoas acham sobre você. Diferentemente dos que produzem objetos ou oferecem serviços que podem ser comparados, precificados e colocados na forma universal da mercadoria, o artesanato psicanalítico ainda não foi devorado pelas corporações que empreitam o fazer, dividindo suas partes (por exemplo um faz o diagnóstico, outro interpreta, o seguinte maneja a resistência, o quarto propõe construções, o quinto cuida apenas dos finais de tratamento). Para o bem e para o mal não traduzimos a psicanálise em especializações ou segmentos naturais de mercado. Tudo isso depende do fato de que um psicanalista, quando se trata de sua atividade laboral, depende do que os outros acham sobre ele, como os outros o reconhecem, de que forma e segundo qual gramática. Isso é uma peculiaridade nossa, mas que me permitiu enxergar como haviam comunidades homólogas à nossa e como a loucura que nelas prolifera tem uma certa regularidade: prisões, shopping centers e favelas podem ser descritas com esses traços. Outras tarefas delirantes, como a dos políticos, tornam-se mais visíveis deste ponto de vista.

– NA MESMA OBRA, VOCÊ AFIRMA QUE A PSICANÁLISE CHEGOU AO BRASIL COMO IDEIA FORA DO LUGAR, TRATANDO AINDA DO “COMPLEXO DE IMPOSTURA” E DE NOSSA OBSESSÃO PELA “VERDADEIRA PSICANÁLISE E PELOS VERDADEIROS PSICANALISTAS” (P. 125). VOCÊ PODERIA DISCORRER UM POUCO MAIS SOBRE ISSO, DO CONTEXTO DA ENTRADA E DA ANCORAGEM DA PSICANÁLISE EM SOLO BRASILEIRO, PERPASSANDO PELOS DIAS DE HOJE?

**CHRISTIAN** - A psicanálise chega ao Brasil em vários momentos e possui, portanto, várias entradas. Minha pergunta de fundo era por que ela se deu tão bem em *terra brasiliis*, por que ela se disseminou culturalmente, entrou nas universidades e instituições de saúde. Uma das características das ideias fora do lugar, descritas por Roberto Schwartz, é que elas passam sem deixar memória ou traço, elas são instrumentos para justificar a sazonalidade necessária para que as estruturas de poder não se modifiquem. Portanto, seria possível pensar a psicanálise como um sintoma de Brasil. Explicar sua penetração cultural falava da psicanálise, mas também de nós e de nossos modos de subjetivação. Isso exigia atravessar o complexo colonial no qual recebemos e canibalizamos a psicanálise, a começar pelo fato de que não são todas que grassam por aqui. A obsessão com a verdadeira psicanálise aproxima-se assim da obsessão por justificar-se em uma determinada posição. Com lady MacBeth, com sangue nas mãos, isso significa dizer duas coisas diferentes, a primeira é que nós não somos bem daqui, viemos de lá, somos imigrantes, no fundo temos um ancestral que nos coloca lá fora, e portanto, longe da barbárie colonial. Mas a segunda coisa é que, justamente porque viemos de fora, nossa autoridade é legítima e os seus exageros serão perdoados irrestritamente. Aqui a psicanálise se infiltra de várias maneiras: como signo cultural que distingue minha posição e justifica a partilha do saber para poucos; como signo social da reprodução da aliança entre as antigas famílias; como signo econômico que se expressa pela concorrência por honorários exorbitantes capazes de fazer circular relações de reconhecimento, nos dois sentidos da palavra circular (fechar em si e trocar). A impostura não vem da psicanálise ela mesma, apesar do nosso consagrado provincianismo, mas de uma impostura anterior, que em geral as boas análises põe às claras, em relação ao nosso lugar social.

– VOCÊ UTILIZA A EXPRESSÃO “NARCISISMO À BRASILEIRA”. PODERIA NOS FALAR UM POUCO SOBRE A CONSTRUÇÃO DESTE TERMO?

**CHRISTIAN** - É uma referência à expressão de Freud no final de *Mal-estar na cultura*, quando ele fala em comunidades patológicas de cultura. Ela tenta aplicar o corte historiográfico e cultural a um conceito psicanalítico que tem óbvias correlações com os processos de individualização da modernidade. O mesmo valeria para as noções de ideal de eu e para o supereu, segundo certa leitura deste conceito. A intuição estava no Lacan do “declínio da função social da imagem paterna”, mas em um sentido completamente distinto do que víamos na recepção lacaniana contemporânea, na qual isso significa, muitas vezes, um retorno regressivo ao pai e uma higienização dos excessos de gozo. No Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da USP, percebíamos que muitos conceitos psicanalíticos tinham migrado para a teoria social. Adorno, Lasch, Habermas, depois Zizek, Badiou e Deleuze, mas poucos desses conceitos retornaram à psicanálise, modificando nosso fazer ou criticando certos empregos problemáticos no contexto de programas clínicos. A ideia de um narcisismo à brasileira é a tentativa de mostrar como funciona um sintoma social em contexto, segundo uma datação precisa, que se desloca e afeta nossos modos

de subjetivação, de educação, de criação de filhos, bem como nossos costumes políticos. Para fazer isso é importante recusar a hermenêutica psicanalítica que usualmente redescreve problemas sociais com um vocabulário clínico sem nada extrair ou acrescentar. O narcisismo à brasileira nos interessa porque ele permite pensar um tratamento para este mesmo narcisismo, um tratamento que passa por estratégias clínicas precisas, como tentei descrever no livro subsequente, o *“Transformações da intimidade”*. Mas também por transformações discursivas do próprio laço entre psicanalistas, como tentei promover com relação à minha própria instituição de psicanálise, o Fórum do Campo Lacaniano, onde um dia o condomínio grassou; mas também na transmissão cultural da psicanálise, como se dá na universidade, assim como nas plataformas digitais, em relação às quais temos feito experimentos de todo tipo.

– **EM UM RECENTE VÍDEO (*COISAS QUE NÃO SÃO PSICANÁLISE*, PUBLICADO EM 06/05/2018) DE SEU CANAL NO YOUTUBE, É LISTADA UMA SÉRIE DE CARACTERÍSTICAS INDICATIVAS DO QUE NÃO É UMA INSTITUIÇÃO PSICANALÍTICA. QUE ASPECTOS DEFINEM O QUE É UMA INSTITUIÇÃO PSICANALÍTICA?**

**CHRISTIAN** - É mais fácil perceber quando um limite foi rompido do que definir este limite internamente. Por isso também é mais fácil dizer que coisas como psicanálise evangélica ou terapia naturística não são psicanálise do que definir as diferenças entre uma instituição na qual se estuda psicanálise, como a universidade e como cursos de instrução, em relação ao que seria uma instituição psicanalítica, no sentido de que se organiza e se regula por experiências e práticas compatíveis ou dedutíveis da psicanálise. A transferência me parece ser uma boa medida disso, o que traz as dificuldades de distinguir seus usos mais baixos, suas instrumentalizações, em idealização ou identificação. Outras ideias importantes são relativas à lógica de decisões, por consenso ou por voto; o tipo de transmissão, tendente a horizontalidade e não apenas a verticalidade; a permutação dos representantes ou dirigentes; a relação com o espaço público, de abertura, intervenção ou justificativa em uma certa forma de inscrição no espaço público. Mas no essencial uma instituição de psicanálise forma psicanalistas, por isso a ideia de que os analistas falem de suas práticas e mostrem o que fazem, seja por meio do passe ou de qualquer outro dispositivo de arejamento me parece essencial. Grupos de dirigentes, segundo a lógica da gerontologia ou da genealogia não são muito salutares, mas gosto da ideia de que os mais antigos circulem seus lugares para os mais jovens, sem ao mesmo tempo criar cisões e disjunções. Acho que o nosso tempo é cada vez mais o do reconhecimento entre instituições. Afinal, quando vemos o esforço das federações e dos grupos que se organizam para barrar projetos de lei que tentam regulamentar a psicanálise, vemos que neste momento temos um reconhecimento comum, o que se dá pela situação crítica de um ataque de fora. Mas creio que isso pode evoluir para mais trabalhos conjuntos e iniciativas interassociativas.

– **VOCÊ AFIRMA NO ARTIGO *SUBJETIVIDADE EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE*, NO LIVRO *ÉTICA E PÓS-VERDADE*, QUE “A CONVERSAÇÃO NARCÍSICA DOS ANOS 80 EVOLUIU PARA A CONVERSAÇÃO ECOLÓGICA DOS ANOS 2000 E PARA A PÓS-VERDADE DOS ANOS 2010” (P. 33). COMO COMPREENDE O DESAMPARO E A INDIFERENÇA NESTES TRÊS CENÁRIOS?**

**CHRISTIAN** - A indiferença narcísica é uma falsa indiferença. Lá, na verdade, está baseada em táticas de amortecimento, ou seja, modulações químicas, regulação artificial da paisagem social, ou plásticas intersubjetivas de evitação

de conflito. A indiferença narcísica é uma diferença negada ou anestesiada de seu potencial transformativo, por isso ela só pode ressoar sofrimento como perdido de amparo. A conversação ecológica é uma incapacidade formativa de escutar o outro, ela decorre de novos recursos, desta feita digital, que situam uma experiência com a alteridade que supostamente está sempre disposta a ouvir suas opiniões, suas curtidas ou sua presença. Por isso o narcisismo incorpora ao plano da imagem o campo da voz. Aqui a indiferença assume uma polaridade de inversão com o ódio, que é incompreendido pelos participantes porque é, na verdade, uma tentativa de suspender a lógica do reconhecimento em uma espécie de paradoxo: *“quero ser reconhecido, nos meus termos, no meu tempo e da forma que bem entendo, sem que ninguém possa me impedir disso e sem que eu possa negar isso a qualquer outrem”* renunciado o mandamento do Marques de Sade. Ora, isso torna o falso reconhecimento e a ilusão a regra e não a exceção, sua lei é então enunciada com sabor materno de modo a fazer acreditar que todos somos especiais, potentes, prometidos para um estado de beatitude que cumpre um destino azul ou celestial. Se no caso da indiferença ecológica tratava-se de uma mentira compartilhada, aqui se trata de um efeito de pós-verdade, um efeito de seu desgarramento do real. Por isso seus efeitos clínicos se mostram em comportamentos de risco, retraumatizações e suicídios, que não são apenas um ataque ao desejo que não foi reconhecido, ou ao eu que se sente irrelevante, solitário e diminuído, mas um ataque à lei geral do reconhecimento.

– **AINDA EM SEU LIVRO *MAL-ESTAR, SOFRIMENTO E SINTOMA – UMA PSICOPATOLOGIA DO BRASIL ENTRE MUROS*, VOCÊ EXPLORA A QUESTÃO DO DIAGNÓSTICO A PARTIR DO ENLACE COM A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL, ENTENDENDO O SOFRIMENTO COMO MERCADORIA. A PARTIR DISSO, PODERIA DISCORRER MAIS SOBRE A DIFERENÇA ENTRE DIAGNÓSTICO E DIAGNÓSTICA E COMO COMPREENDE O DIAGNÓSTICO EM PSICANÁLISE?**

**CHRISTIAN** - Nós abandonamos o debate diagnóstico quando se rompeu o casamento obscuro entre psicanálise e psiquiatria, e quando deixamos abandonado o seu filho unigênito chamado psicodinâmica. Isso é contemporâneo de fenômenos econômicos muito interessantes relativos às diferentes implantações do neoliberalismo pelo mundo afora. Ora, a moral neoliberal, reverte a política liberal de que o sofrimento é um problema e ele tem que ser mitigado para chegarmos ao estado de bem-estar social. Os neoliberais descobriram que sofrimento é capital e que se soubermos induzir corretamente doses não imediatamente letais de sofrimento no trabalho a produtividade aumenta. Demissões programadas, cortes contínuos, competição entre partes de uma mesma empresa, sistemas predatórios de bônus, avaliacionismo e métricas de agregação de valor passam a ser então uma forma de vida, não apenas uma forma de trabalho. Isso tudo implica em uma mutação da racionalidade diagnóstica e, na verdade, uma expansão do diagnóstico para áreas como educação, terceiro setor, políticas públicas e instituições. Isso não é só uma metáfora, mas uma maneira de classificar, ordenar e disseminar teorias específicas sobre como a transformação acontece e como ela pode ser manipulada por pessoas que se entendem com pequenas empresas, mesmo em suas relações amorosas ou desejantes. Para isso temos que separar o ato diagnóstico do discurso no qual ele opera e que o torna possível. Este discurso é o que chamo de diagnóstica. Para criticar esta assimilação foi preciso rever o diagnóstico como prática específica na história da medicina e pensá-lo como um caso particular de uma função geral da linguagem, mais especificamente a função nominativa, aliás, tantas vezes examinada por Lacan. Daí podermos falar em um autodiagnóstico (significantes que valem como nome para o próprio

sujeito), um hetero-diagnóstico (nomes que são impostos ao sujeito por vezes determinando seu destino) e um paradiagnóstico (onde discutimos cruzamentos entre diagnóstico psicanalítico, médico, psiquiátrico, educativo) até chegar à metadiagnóstica (que é como épocas inteiras e epistemes, no sentido foucaultiano, pensam o sofrimento e o nomeiam historicamente).

– **EM RECENTE ENTREVISTA A RONALDO BRESSANE, PARA O ESTADÃO, PUBLICADO EM 02/12/2017, VOCÊ AFIRMA QUE “AS REDES (SOCIAIS) CRIAM A EXPERIÊNCIA DE SUPOR QUE NOSSO CLIQUE É IMPORTANTE. ISSO CAUSA UMA DEFORMAÇÃO NO TAMANHO DO EU” E AINDA DESENVOLVE A IDEIA DO SUMIÇO DA EMPATIA PELOS OUTROS, EM FUNÇÃO DESSA INFLAÇÃO DO EU.**

**CHRISTIAN** - Nossa teoria do narcisismo está demasiadamente dependente do modelo ótico proposto por Freud e estendido por Lacan. Peter Sloterdick sugeriu o estádio das sereias, para ampliar ainda mais a noção. Mas me parece possível falar em uma topologia do narcisismo e não apenas em uma geometria (ou ótica). Isso significa pensar espaços nos quais certos objetos são produzidos, como imagens ou como voz. Uma propriedade não métrica de espaços topológicos pode ser a da deformação proporcional, por exemplo, a expansão do espaço diminui proporcionalmente o tamanho do objeto (eu) e a expansão do lugar do eu pode tornar a experiência de mundo uma experiência asfixiante. A vida digital cria e manipula gramáticas deste tipo induzindo tamanhos de mundo muito menores do que certos eus podem suportar, e assim inversamente. Quando saímos do espaço digital para o mundo antes chamado de real, não estamos indo de uma esfera para outra, nem passamos do privado para o público. Há um ponto de passagem sem descontinuidade, exatamente como temos em uma garrafa de Klein. Ora, esta passagem pode produzir efeitos de “descompressão narcísica”, uma espécie de embolia ou trombose na experiência do corpo, do tempo, dos sentimentos de familiaridade e realidade. Certas intensificações de afetos são exemplos claros deste tipo de nova neurose atual que temos pela frente, com seus sentimentos de impossibilidade de ficar sozinho e de ocupação permanente.

– **OS DIVERSOS EFEITOS NO TAMANHO DO EU SÃO DECORRENTES, ESPECIALMENTE, DA GAMIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES PRODUZIDA PELA INDÚSTRIA DE CLIQUES. ESSES EFEITOS PARECEM JÁ TER SE ALASTRADO PELAS DIFERENTES GERAÇÕES, CULTURAS E REGIÕES DO PLANETA, E NÃO PARECE TER UM FIM. VOCÊ ACREDITA QUE A PSICANÁLISE VERÁ, EM ALGUM MOMENTO, A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO CONSIDERANDO ESSE O NOVO “NORMAL”, E NÃO MAIS COMO UM EFEITO COMPARATIVO DE “ANTES E DEPOIS” DA REVOLUÇÃO DIGITAL? PODERIA NOS FALAR UM POUCO MAIS O QUE PENSA SOBRE ESSE TEMA?**

**CHRISTIAN** - A experiência discursiva do mundo em estrutura de jogo, ou de viagem, é uma mudança importante, mas não vejo que ela seria devastadoramente importante. Há certos prejuízos narrativos, que se nota em sujeitos que não conseguem narrar seu sofrimento, mas por outro lado temos sujeitos que se exprimem em escala interminável de um mangá, de um *animé* ou de uma série com oito temporadas. O novo normal é o que chamo de normalopatia, a nossa tendência inesperada a nos apaixonarmos pela adequação de corpos e práticas de si. A mania, por exemplo, deixou de ser um quadro crítico e passou a fazer parte de nossa normalopatia. Teremos uma noção melhor disso quando começarmos a atender a esta geração criada por tabletes radioativos, aos quais os pais inadvertidamente expuseram seus filhos. A intoxicação digital eletrônica é a nova normalopatia. Veremos...



## SOBRE ÉTICA E PÓS-VERDADE

ABOUT ETHICS AND POST-TRUTH

Daniela Sevegnani Mayorca

**LIVRO: Ética e pós-verdade****AUTORES: DUNKER, C.; SAFATLE, V.; TEZZA, C. et al.****Porto Alegre: Dublinense, 2017, 144 p.**

Pós-verdade é um termo que apenas muito recentemente tem circulado como um significante que traduz algo do sensível de nossa experiência coletiva e que, por sua especificidade, demanda uma nomeação própria. As primeiras notícias do uso da palavra datam de 1992, sob a pena do escritor e dramaturgo Steve Tesch; vinte e quatro anos depois o significante figurou no ranking do Dicionário Oxford como a “palavra do ano” de 2016. O termo é ali definido como o que “se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública que apelos à emoção e a crenças pessoais” (OED, 2018)<sup>1</sup>.

A necessidade de nomear o fenômeno se dá menos por um ineditismo nesta seletividade afetiva no acolhimento de novas informações pelo sujeito e mais pela crescente centralidade que seus efeitos têm nas disputas políticas de nosso tempo. Alargar os sentidos da palavra *verdade* e analisar o tempo que lhe nomeia – *pós* – foi o objetivo do livro “Ética e Pós-verdade”, organizado pela editora Dublinense. O livro, que é o produto de um festival de mesmo título, contou com a participação de importantes intelectuais latino-americanos para dissecar o tema a partir de suas linhas de pesquisa e áreas de atuação. São eles: Christian Dunker, Cristóvão Tezza, Julián Fuks, Márcia Tiburi e Vladmir Safatle. Em cada um dos artigos, o estilo singular de cada autor ilumina caminhos para um percurso por entre o circuito de produção da pós-verdade, a partir de suas determinações históricas, políticas e econômicas e seus reflexos no campo das artes, da literatura, da clínica psicanalítica e nas sensibilidades contemporâneas como um todo.

O prefixo *pós* incide sobre a palavra que lhe segue indicando uma inflexão temporal, algo que vem depois de, e indica seus efeitos num *a posteriori*. Pós-verdade seria, nesse sentido, a nomeação de um outro tempo do mundo, marcado por sua relação com a verdade. Christian Dunker, em seu capítulo “Subjetividade em tempos de pós-verdade”, lança suas interpretações sobre a incidência da pós-verdade no laço social, enquanto signo de um novo tempo das práticas discursivas:

Uma longa jornada filosófica e cultural foi necessária para que primeiro aposentássemos a noção de sujeito, depois nos apaixonássemos pelo Real, para finalmente chegar ao estado presente no qual a verdade é apenas mais uma participante do jogo, sem privilégios ou prerrogativas (DUNKER, p. 11).

Para o autor, a pós-verdade não pode ser compreendida sem que se analise o impacto das formulações pós-modernas sobre o pensamento e os costumes nas últimas décadas. A pós-verdade viria, portanto, como uma espécie de reação regressiva aos ideais pós-modernos, mantendo com eles uma relação de “oposição sem contradição” (DUNKER, p. 13), isto é, sua cristalização em posições imaginárias ao invés de um avanço do debate no simbólico na direção de novas produções:

O sentimento social que alterna o desamparo e a solidão com o medo pela guerra de todos contra todos cria um tipo de laço que não é mais baseado no risco da palavra, mas na garantia de proteção por identificação. [...] É o que Lacan chamava de imaginário, esta inclinação a fechar o sentido cedo demais, a compreender o outro rápido demais, e a nos alienarmos em sua imagem e assim nos fecharmos para a sua palavra (DUNKER, p. 35).

Marcia Tiburi toma o conceito de pós-verdade a partir de uma leitura próxima a de Dunker em seu capítulo intitulado: “Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja”. A autora apresenta de início justificadas ressalvas às tendências conceituais que prometem explicar uma diversidade de fenômenos em uma única e nova palavra, sendo a pós-verdade uma concorrente neste mercado. Apesar disso, a autora concorda em analisar o conceito como parte de um contexto político e histórico mais complexo, onde este poderia servir à nomeação de elementos importantes para sua decifração. Em seu texto, a autora analisa a verdade a partir do seu caráter de mercadoria no capitalismo neoliberal e dos afetos que são o saldo de suas transações comerciais, dentre eles a inveja.

Não é novidade que, no capitalismo, somente é passível de inscrição aquilo que pode tornar-se mercadoria. Contudo, a verdade – ou a informação, que é a sua forma mais degradada – só pode vir a se tornar essa mercadoria promotora de lucros inéditos e sem núcleos definidos de produção na dinâmica atual das redes sociais virtuais, em profunda sintonia com a ideologia neoliberal. Através da internet, qualquer um pode concorrer ao posto de produtor de conteúdo e de *influencer* em suas apropriações. Agora a informação pode viajar rapidamente a longas distâncias e a mais delirante ideia pode arregimentar toda uma horda de entusiastas espalhados pelo mundo, sem que sua autoria precise ser sustentada. Uma mentira lançada segue produzindo efeitos de verdade mesmo após seu desmentido. Em suma, no capitalismo, se vende, funciona como verdade.

#### A IMAGEM-VALOR

Na promessa de conquistar sua “parte de visualidade no latifúndio da internet” (TIBURI, p. 120) o sujeito se divide, tal qual mercadoria, em algo que tem um valor de uso: um corpo, e um valor de troca: a sua imagem. E é com a própria imagem que se alimentam as redes sociais e a inveja, que é o seu motor afetivo-financeiro. Enquanto suporte de um valor de troca, a imagem pode ser vendida porque tem um valor generalizável, quantificável e, portanto, “trocável”. O corpo não: sua densidade e singularidade, as do desejo e da afetação, não cabem na generalização da mercadoria, perdem-se na tradução em *bits* e extrapolam o intervalo do código programador - entre o 0 e o 1.

A inveja [...] pertence a um regime visual. [...] Os *gadgets* que conhecemos alimentam e retroalimentam o narcisismo de nossas vidas como aparelhos da inveja generalizada, a inveja que não pode ser transformada em desejo pelo capitalismo. É o desejo que é justamente evitado pela oferta capitalista do consumo. Porque o desejo não consome, o desejo transforma (TIBURI, p. 122).

Nesse sentido, a inveja, o afeto-capital mobilizado pela pós-verdade, “é mais do que um afeto e menos do que uma postura” (TIBURI, p. 123), onde o que está em jogo é a possibilidade do reconhecimento e sendo ele impossível nesta dinâmica, “sobrevive-se com um olhar qualquer, com a fantasia de que se é desejado” (TIBURI, p. 118).

### CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E PÓS-ÉTICA

Para a psicanálise, o sujeito só pode se constituir enquanto efeito de sua posição no discurso, a partir da assunção do desejo que lhe causa e da responsabilização pelas consequências que este encontra no mundo. Processo que se situa no tempo próprio da dimensão ética: o do *a posteriori*.

Tiburi resgata a dimensão da verdade para a filosofia como o que anima o desejo de saber e este saber como aquilo que pode, então, nas palavras de Píndaro, constituir o sujeito: *Torna-te quem tu és*. Neste ponto a verdade não seria uma posse e nem poderia ser toda; a verdade é uma busca, um efeito de ficção que permite *fazer com* o indizível do desejo singular, ainda orientada para a sustentabilidade do laço social, isto é, da possibilidade de viver junto.

A verdade em sua versão mercantilizada, a pós-verdade, impediria justamente a constituição deste tipo de experiência ética, por ser refratária ao encontro com o outro em sua imprevisibilidade e por sua dinâmica temporal demasiadamente acelerada. Temporalidade esta que, segundo Dunker, impede a verificação das consequências que os atos do sujeito têm no mundo e o imperativo de sua tomada de posição. A consequência da pós-verdade seria, portanto, o de uma pós-ética e seu produto, um sujeito precário, alienado de seu desejo pela possibilidade virtualizada de não assumir sobre ele uma autoria.

### PÓS-FICÇÃO

Cristóvão Tezza em seu capítulo: “Ética e ficção”, vai analisar as formas literárias – da poesia à prosa até o texto jornalístico – a partir de sua relação com a verdade. O autor investiga o estatuto do pacto entre autor e leitor na garantia de verdade pressuposta em cada gênero literário. Haveria na poesia, por exemplo, uma pressuposição de que o texto refletisse um sentimento ‘verdadeiro’ do autor. Enquanto no romance o escritor estaria desobrigado da verdade por estar afiançado na expectativa de uma criação ficcional. Em um texto jornalístico, científico ou biográfico, por sua vez, haveria uma clara promessa de verdade sem muito espaço para liberdade da ficção, o que caracterizaria o dito que contradiz um fato, como má-fé, ou mentira.

A ficção se diferencia da mentira porque a primeira não se faz passar por verdade: ela não engana, ela metaforiza. A mentira diz: “é”, a ficção flexibiliza: “é como se”. É pelo efeito que produz no leitor que a ficção afirmaria a sua ética, pois quando seu ato criador retorna, o saldo não é de uma trapaça, mas do lançamento de uma oferta de narrativas ao leitor para localizar os fantasmas que

lhe rondam através das palavras do autor. Na ficção um laço muito específico se estabelece, portanto, entre os sujeitos que ocupam polos opostos nesta relação. Já o saldo da mentira é a tapeação da consistência especular que, ao reforçar estereótipos em um jogo de guerra, produz a degradação da experiência e do laço que a ficção uma vez permitiu.

Na esteira dos efeitos da mercantilização da verdade, a literatura contabiliza mais além as suas ruínas. “Outros, eles, antes, podiam” (p.75) inicia assim Julián Fuks o seu capítulo, parafraseando a abertura de um conto de Juan José Saer. O que estes *nós, agora*, não podemos mais seria abandonarmo-nos, através da escrita, na ficção. Em seu capítulo: “A era da pós-ficção: notas sobre a insuficiência da fabulação no romance contemporâneo”, o autor analisa um fenômeno atuante sobre as escritas contemporâneas que exigiria delas estrita correspondência com a realidade do autor. Uma apelação inusitada para um mundo que recupera nas obras literárias uma centralidade imprevista de sua ânsia por verdade. Tal obsessão narcísica se faria sentir na impossibilidade de preencher com fantasia o espaço entre o corpo real do escritor e a imagem-obra que ele cria. O escritor aceitaria, assim, ser acusado de tudo, menos de não ter feito expressar ali sua mais valiosa propriedade na era do capitalismo neoliberal: *si mesmo*.

O autor termina o capítulo afirmando que a proliferação de romances de autoficção na contemporaneidade representaria um momento de crise da literatura, ao mesmo tempo que o surgimento de uma nova possibilidade do autor responder ao real, visto que ele mesmo se encontraria cercado e constrangido por ficções. É ficção o passado, o presente, o futuro, “como é ficção a própria concepção de uma era em que a ficção seria impossível, a era da pós-ficção” (FUKS, p. 91).

É portanto, a própria noção de realidade e sua oposição que estariam em disputa. Não se trataria de um abandono absoluto da ficção no romance contemporâneo, mas uma transformação em seu conceito, colocando-a não em oposição à verdade, e sim “a serviço da complexidade” (FUKS, p. 91).

Nesse sentido, retomando as formulações de Tezza, a ficção complexifica a realidade ao não prometer confundir-se com ela. Ao contrário, a mentira, que tem seu império na era da pós-verdade e das *fake news*, simplifica o real, reforçando o que Dunker nomeia como “oposição sem contradição”, onde o que está em jogo é não a disputa entre narrativas, posições subjetivas e projetos de sociedade tomadas como ficções que permitem o laço e em última instância a democracia, mas a totalização do mundo em verdades consumíveis. Neste sentido é que se pode dizer que tudo é ficção, menos a mentira. A mentira é o delírio da colagem da forma com seu conteúdo, é pelo seu semblante de verdade que ela aprisiona os sentidos.

## O QUE FAZER?

Safatle aponta para os engodos nos apelos contemporâneos à tolerância e ao esclarecimento, como resposta aos efeitos da pós-verdade, em seu capítulo intitulado: “É racional parar de argumentar”. O autor resgata Derrida pela seguinte provocação: “não há nada mais violento que dizer” (SAFATLE, p. 127). Isto é, dizer, com a expectativa do entendimento, é apostar que “todos os conflitos e todas as posições conflitantes farão sempre referência à mesma gramática” (p. 128) e que nossas divergências seriam originadas por incompreensões de sentido a partir desta.

O fato, porém é que não partimos dos mesmos pressupostos porque, no plano subjetivo, não desejamos igual, e no plano social de um país fissurado por uma profunda desigualdade econômica, racial e de gênero, não compartilhamos a mesma história. Para Safatle (p. 133) “nossas sociedades não são apenas momentaneamente antagônicas. [...] nossas sociedades são estruturalmente antagônicas, e a divisão é sua verdade”, e por isso o pressuposto de uma gramática comum só poderia excluir um ou outro lugar de fala.

O critério do que me persuade está ligado a um julgamento valorativo a respeito de formas de vida que tem peso normativo. Argumentos que mobilizam móveis psicológicos são, na verdade, maneiras de mobilizar afecções que impulsionam nossa adesão a certas formas de vida (SAFATLE, p. 135).

Nesse sentido, manter o espaço da linguagem livre da pretensão do entendimento racional é apostar que verdade não é o mesmo que informação e que a ficção que cada um organiza para cernir o real que lhe causa não pode ser traduzida por universal sem que haja a exclusão de outras narrativas igualmente verdadeiras em sua singularidade. É nessa sua estrutura aberta, demandante de autoria que podemos, de fato, falar e escutar. Segundo Tezza (p. 49), “no evento concreto da vida, não temos alibi. Isto é, dizendo muito prosaicamente as coisas, que eu não posso abdicar da minha responsabilidade”.

Ao assumir a ficção em toda narrativa é que se pode prevenir que a mentira, como o esqueleto da pós-verdade, ganhe a batalha pela verdade, que só pode emanar da responsabilidade ética do desejo e da defesa da sua diversidade e singularidade. Por isso se faz necessário construir e encontrar ficções que permitam ainda o laço e assim fazer frente à mentira do poder que aposta na desagregação do tecido social e no império neoliberal da pulsão de morte. A assunção da impossibilidade de entendimento equivale a dizer com Safatle, que “compreender circuitos de afetos não é calar a razão, mas ampliá-la” (p. 136).

#### NOTA

<sup>1</sup> Oxford English Dictionary Online. 2018 Oxford University Press. Acesso: 09/11/2018. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>.

*Daniela Sevegnani Mayorca  
Psicóloga, psicanalista e mestre pela  
Universidade Federal de Minas Gerais.  
E-mail: ds.mayorca@gmail.com*



## GÊNERO: UMA CATEGORIA POLÍTICA

### GENDER: A POLITICAL CATEGORY

Mariana Lütz Biazzi

**LIVRO: Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler.**

**AUTOR: PORCHAT, P.**

**Curitiba: Juruá, 2014, 172 p.**

Fruto da tese de doutorado (2007) de Patrícia Porchat, publicado em 2014, o livro *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler* promove, de fato, uma desconstrução. A autora, que parte da questão sobre qual a noção de homem e de mulher deveria trabalhar na clínica da homossexualidade, escolhe buscar respostas em Butler, que “traçou o contorno da problemática da homossexualidade” (p. 7). Porém, encontrou, na sua busca, mais do que procurava: a possibilidade de “acrescentar à homossexualidade a transexualidade, os casos de intersexo, e tantos outros mais, que se enquadram na ideia de ‘gêneros não inteligíveis’” (p. 7) e sua condição de abjeto. É esse o tema central desse livro que, no decorrer da leitura, transforma-se em um mapa/guia para a compreensão da noção de gênero em Butler.

Da patologia à política, o caminho de Butler, seguido por Porchat, é claro: desenvolve “um novo e legitimador léxico para a complexidade de gênero que sempre vivemos” (p. 8) e, assim, devolve àqueles lançados à condição de abjeto sua posição de sujeitos, validando a sua existência. Assim, para Porchat, o ato político é o de “criar um mundo em que aqueles que entendem o seu gênero e seu desejo como não normativos possam viver e prosperar sem a ameaça da violência do mundo externo e [...] de sua própria irrealdade, que pode levar ao suicídio ou a uma vida suicida” (p. 8). Reside aí muito da importância não só teórica e clínica, mas social e, sobretudo, ética desse trabalho que refuta tudo aquilo que aprisiona as sexualidades.

Contudo, o caminho percorrido por Porchat inicia muito antes de Butler, uma vez que a autora não vê como isolar as práticas psicanalíticas das contribuições da antropologia, da sociologia e da história. Assim, o livro é dividido em duas partes: a primeira, na qual a autora revisita a psicanálise, a antropologia, a sociologia e a teoria de gênero, buscando as raízes e contextos de alguns conceitos fundamentais e cria uma base sobre a qual vai assentar a segunda parte do seu trabalho, dedicada à obra e aos embates de Judith Butler.

O primeiro capítulo, *inventando gênero*, foca na questão da construção do conceito de gênero e é dividido em dois: a teoria da construção social – que apresenta ideias de Foucault, Weeks e Laqueur – e o conceito gênero dentro da psicanálise. Ativos na busca pela igualdade de direitos e pela legitimidade das identidades sexuais, os autores referenciam a teoria da construção social marcam a incidência do contexto histórico, cultural e social sobre o que é re-

lacionado ao sexo, gênero e identidade. No entanto, nos conta Porchat, esse movimento acabou se transformando em um grupo que se tornou balizador de regras para a comunidade gay. Foi em oposição a essa normatividade e com o objetivo de desconstruir as categorias naturalizadas como gays e lésbicas, homossexual e heterossexual que surge a teoria *queer*, na qual Judith Butler se destaca. Seu mote principal é o de que todo o comportamento é uma construção social e histórica e as práticas sexuais não normativas são formas de resistência simbólica e política.

Na psicanálise, aponta Porchat, o percurso do conceito de gênero inicia em Freud que, embora não tenha utilizado o termo, se ocupava das questões sobre a masculinidade e a feminilidade. E, apesar de não ter esclarecido os caminhos percorridos na construção de gênero, Freud tinha claro que esse não era um percurso natural, tampouco óbvio. Mas foi na década de 1960, com Stoller, que o termo identidade de gênero foi tomado como um conceito e isso se deu a partir da sua experiência com pacientes transexuais, os quais apontavam para a importância de que se distinguisse o sexo (anatomia) da identidade (social ou psíquica). Entre críticas à psicanálise e ressalvas diante da dificuldade de se criar conceitos, Porchat nos apresenta considerações de diferentes autores. Além disso, o capítulo, ao apresentar um paralelo entre o conceito de gênero tomado pela psicanálise e o conceito de gênero tomado pela construção social, mostra que, apesar dos diferentes pontos de partida podem-se estabelecer relações entre ambos.

Com o objetivo de contextualizar as ideias e posições de Butler, no capítulo dois, *gênero, feminismo e psicanálise*, Porchat apresenta as raízes nas quais se apoia a filósofa que é “feminista, trabalha com gênero e dialoga com a psicanálise” (p. 51). Marcar a posição de Butler, conforme nos diz a autora, é importante na tentativa de esclarecer questões acerca das relações entre os gêneros, o poder e a transformação social. Assim, nesse capítulo, ficam claras as críticas de Butler e sua batalha para acabar com a hegemonia masculina e a subordinação da mulher na sociedade, bem como seu esforço para ampliar espaços que incluam as mulheres. Nesse mesmo sentido se dá a importância da ampliação de gênero promovida com a inclusão dos “gêneros não-inteligíveis”, pois, com isso, pode-se passar a “questionar a relação entre homossexualidade e a heterossexualidade e buscar uma transformação que visa a melhorar a vida dos que se incluem nos gêneros não-inteligíveis” (p. 51-52). Porchat, nesse segundo capítulo, além de introduzir as relações entre feminismo e gênero; feminismo e psicanálise; teoria social; gênero e psicanálise; apresenta ideias sobre o binarismo de gênero, marcando utilidade e os impasses provocados por essa concepção; e reproduz a resposta de Bruce Fink – psicanalista e comentador da obra de Lacan – à crítica feita por Rubin e Bleichmar ao uso do termo falo.

O terceiro capítulo, dedicado ao pensamento de Judith Butler, aponta, de início, a hipótese de uma transformação social no que diz respeito às relações de poder marcada pela ideia de que o gênero é um ato performativo. Para isso, Porchat destaca a importância de seguir Butler na “sua tentativa de estabelecer uma noção de sujeito que não determine, a priori, uma concepção de normalidade e de patologia a partir das identidades de gênero binárias” (p. 78). Assim, o capítulo é dividido: a primeira parte, que aborda as implicações da performatividade e a segunda, que toma os gêneros não-inteligíveis como modelo de gênero (dentro da qual Porchat retoma dois casos de gênero não-inteligível usados por Butler).



Butler responsabiliza a divisão binária que domina a sociedade pela dificuldade de alguns indivíduos não se reconhecerem enquanto humanos e, assim, deixa claro o seu objetivo no uso do conceito de gênero: dar conta do abjeto. Assim, está posta a necessidade de refletir sobre gênero, o que se deve à ideia de a binariedade forçar os indivíduos a terem que se encaixar em um ou em outro gênero, enquadrando-se, assim, nos gêneros inteligíveis. Mas por que limitar, simplificar a complexidade humana dividindo-os em dois? É aí que reside a importância da proposta de Butler, de reconfigurar o conceito de gênero, ampliando-o e, assim, permitindo que esse dê conta das mais diversas identidades, inteligíveis ou não, rompendo, assim, com o cenário social regulador que define as relações de poder.

O quarto e último capítulo encerra o livro com uma discussão filosófica que abarca críticas e respostas de Butler a Lacan e a Levi-Strauss acerca dos conceitos de simbólico, diferença sexual e parentesco, entendidos por Butler como estruturas incontestáveis e inalteráveis. A crítica de Butler inicia a partir da ideia de que a função simbólica é uma forma de organização, de criação de normas sociais, que acaba sendo, portanto, excludente. Quanto à diferença sexual, Butler, num primeiro momento, a entendia como uma teoria da heterossexualidade, o que a levou a receber muitas críticas. Num segundo momento, Butler acrescenta o conceito de pulsão (sexualidade como algo distinto da biologia e da cultura que funda um campo não apreensível pela linguagem) para tornar compreensível o termo diferença sexual, mas aponta a dificuldade de definir onde começam e terminam o biológico, o psíquico, o discursivo e o social. Já o incomodo com a noção de parentesco de Levi-Strauss, incorporada pela psicanálise a partir de Lacan, poderia se resumir na seguinte pergunta: “Quais as consequências de tornar certas concepções de parentesco atemporais e elevá-las ao *status* de estruturas elementares de inteligibilidade?” (p. 143).

Para concluir, Patrícia Porchat recomeça. Retoma suas questões iniciais, reapresenta as conclusões de cada capítulo e reafirma: gênero é uma categoria política. Acredita, declara, “que não se pode pensar ou fazer psicanálise acreditando que se está isento de um posicionamento político” (p. 161). Posiciona-se e, assim, não se furta da sua responsabilidade social, tampouco da sua responsabilidade clínica, ao descartar – e, dessa maneira, repensar e desconstruir não só gênero, mas, também a psicanálise – todas as classificações e categorizações que aprisionam sexualidades e, ao mesmo tempo, manter aquilo que provoca, interroga e possibilita, com isso, um espaço de abertura e constantes (re) significações.

Mariana Lütz Biazzi  
Integrante do Núcleo de Estudos, Produção e Atendimento  
das Questões de Gênero e Sexo (Constructo) e membro  
associado da Constructo Instituição Psicanalítica.  
E-mail: maribiazzi@yahoo.com.br

**Sigmund Freud Associação Psicanalítica**  
Rua Marquês do Herval, 375  
Moinhos de Vento . Porto Alegre, RS . Brasil  
CEP 90570-140 . (51) 3062.7400  
[www.sig.org.br](http://www.sig.org.br) . [sig@sig.org.br](mailto:sig@sig.org.br)  
[revista@sig.org.br](mailto:revista@sig.org.br)



associaçãopsicanalítica